

REVISTA

# TJPE

EDIÇÃO COMEMORATIVA

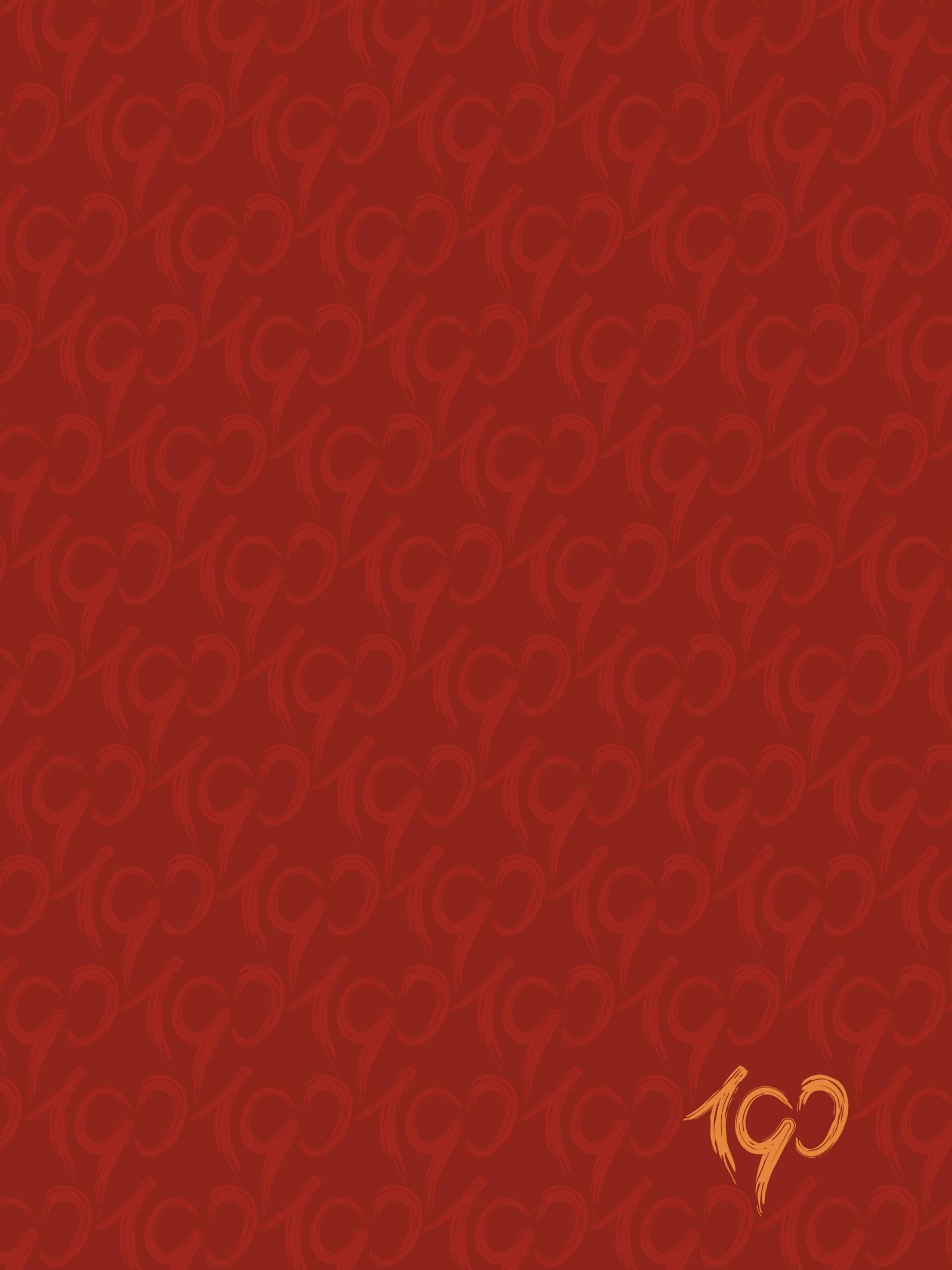
Revista do Tribunal de Justiça de Pernambuco - Ano III - nº 4 - agosto/2012

# TJPE 190 ANOS

Esta edição, comemorativa dos 190 anos do Tribunal de Justiça de Pernambuco, reúne os principais projetos e ações desenvolvidos pelo Judiciário estadual, revelando ainda a trajetória de vida de personalidades importantes do mundo jurídico







90

# O QUE É

# SUSTENTABILIDADE

## E O QUE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA TEM A VER COM ISSO?

Sustentabilidade é a capacidade de manter-se inserido num ambiente diminuindo os impactos negativos na economia, sociedade, cultura e natureza. Pensando nisto, o Tribunal de Justiça de Pernambuco criou em 2008 o Núcleo de Responsabilidade Social e Sustentabilidade, com o objetivo formar e recuperar, no âmbito do Judiciário pernambucano, um ambiente ecologicamente equilibrado e conscientizar servidores e jurisdicionados sobre práticas socialmente responsáveis, economicamente viáveis, culturalmente aceitáveis e ambientalmente sustentáveis. Conheça as ações do Núcleo e faça parte desta iniciativa!

Maiores informações pelo 81 3419.3451  
e pelo [sgp.sustentabilidade@tjpe.jus.br](mailto:sgp.sustentabilidade@tjpe.jus.br)





## Editorial

### A cara bonita do TJPE

Esta edição comemorativa da Revista TJPE está linda. Bem escrita, diversificada, com belo projeto gráfico e fotos de primeira qualidade. Mas não é somente isso. Trata-se de uma edição histórica, um legado do que tem sido a luta dos que fizeram/fazem este Tribunal nos seus 190 anos de existência.

Fiquei emocionada com a história de Selenia, na página 60, menina pobre e doente de apenas cinco anos, mas que soube conquistar a única coisa sem a qual o ser humano não vive; vegeta e murcha como uma flor tardia: o amor. Amor que a socorreu, protegeu-a e livrou-a da solidão. Tudo graças ao Programa Estrela Guia, que há dez anos se consolida como uma alternativa de convívio familiar e comunitário.

Vibre com o trabalho da Vara de Execução de Penas Alternativas, que foi capaz de tirar Guilherme das drogas e transformá-lo em cidadão honesto e cheio de dignidade. Isto através do seu Núcleo de Justiça Terapêutica. E me enchi de encantamento com a história do presidente Jovaldo Nunes, menino pobre que cavou o seu caminho na vida com esforço, dedicação e honradez.

Morri de saudade lendo as histórias de vida do desembargador Jones Figueirêdo, decano do TJPE, cujos amigos de infância e adolescência, em Garanhuns, são também amigos meus. Ainda em Garanhuns, foi Jones quem me deu as primeiras lições de jornalis-

mo, pois, muito jovem, alto e magérrimo, com grandes cabelos compridos que caíam sobre os ombros, ele era o único jornalista que eu conhecia e a quem podia consultar: eu havia sido convidada pelo diretor da Rádio Difusora de Garanhuns, "seu" Ivo, para escrever a crônica da cidade aos domingos, logo aos domingos. Precisava dos conselhos de um profissional...

Esta revista revela, de cara descoberta, o quanto o Poder Judiciário está fazendo, apesar da falta de verba e de um mundo de outras dificuldades, pela prestação da Justiça e pelo acolhimento dos jurisdicionados nas mais diversas áreas.

O ministro do STJ Og Fernandes, a quem conheço desde que era um garoto, me disse outro dia, ao me encontrar na sala do Tribunal Pleno: "Você voltou para o TJPE, não foi? Fez muito bem; aqui é a sua casa, você tem a cara deste Tribunal!" Pois, ministro, se eu tenho a cara do TJPE, então, nos meus 70 anos estou ficando cada vez mais jovem e bonita!

Como verá o leitor desta revista, fruto do trabalho de toda a equipe da Assessoria de Comunicação, sobretudo de Mícarla Xavier, Ivone Veloso e Othon Vasconcelos.

**Zenaide Barbosa**

Jornalista e assessora de Comunicação do TJPE

## Expediente

### Produção e Revisão de Textos

Assessoria de Comunicação Social do TJPE

### Chefe da Ascom TJPE

Zenaide Barbosa

### Edição

Ivone Veloso

Mícarla Xavier

Zenaide Barbosa

### Repórteres

Bruno Brito

Clareana Arôxa

Dyanne Melo

Ivone Veloso

Izabela Raposo

João Guilherme Peixoto

Mícarla Xavier

Pedro Fernando da Hora

Rafael Cavalcanti

Rebeka Maciel

Rosa Miranda

Vanessa Oliveira

Wesley Prado

### Projeto Gráfico e Diagramação

Othon Vasconcelos

### Núcleo de Imagem

Felipe Cavalcanti

Fernando Gonçalves

Luciana Bacelar

Luciano Costa

Othon Vasconcelos

### Publicidade

Núcleo de Áudio Visual - NAVI

Núcleo de Imagem - Ascom TJPE

### Fotógrafos

Assis Lima

Juliana Motta

Leandro Lima

Luciano Costa

Marcos Costa

### Foto da Capa

Assis Lima

# índice

## 6 história

A Justiça em Pernambuco

## 12 perfil

De menino pobre a presidente do TJPE: a trajetória de luta do desembargador Jovaldo Nunes

Fractais do tempo

## 29 artigo

Homenagem ao Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco pelos 190 anos

## 30 gestão

Justiça amplia quadros para atender melhor

Transparência é prioridade no TJPE

Poderes firmam parcerias em prol da segurança pública e desenvolvimento do Estado

## 35 corregedoria

Frederico Neves cria Núcleo de Apoio aos Juízes e Centro de Orientação Forense

Corregedoria implanta Penhora Online

## 37 conciliação

Investimento em conciliação resgata forma natural de resolução de conflitos

Proendividados comemora aniversário de um ano com índice de acordos de 80%

## 42 perfil

Alderita Ramos, a mulher que adorna e fortalece o TJPE

## 47 cidadania

Judiciário estadual prioriza combate à violência contra a mulher

## 50 juizado especial

Primeiro Juizado Especial da Fazenda Pública da Capital completa um semestre de funcionamento



---

## infância e juventude 52

O direito à acolhida através do Judiciário

Programa Mãe Legal comemora parceria com a Prefeitura do Recife

Escola Legal, Judiciário efetivo

Estrela Guia: há dez anos iluminando caminhos

---

## execuções penais 63

Vepa aprimora trabalho após implantação de núcleos

---

## perfil 66

A Justiça nas ondas do rádio

Um magistrado e o fascínio pela Sétima Arte

Homem de leis e letras

---

## infraestrutura 74

Diriest adota práticas de racionalização

---

## sustentabilidade 79

TJPE investe em um ambiente sustentável

---

## tecnologia 82

Reunião elenca prioridades de Tecnologia da Informação e Comunicação

Secretaria de Tecnologia da Informação desenvolve sistema de autenticidade digital

---

## artigo 86

Duas décadas de atendimento às famílias

Os Abutres

---

## imprensa 90

Na mídia





# A Justiça em Pernambuco

Nomes e atos que marcam a sua história

**Micarla Xavier**

O Tribunal da Relação da Província de Pernambuco foi instalado no dia 13 de agosto de 1822. Por meio de alvará, em 6 de fevereiro de 1821, Dom João VI determinou a sua criação, justificando-a com a citação de algumas dificuldades enfrentadas pelos habitantes de Pernambuco ao terem que recorrer judicialmente, até então, ao Tribunal da Relação da Bahia. A partir da instalação do seu tribunal, os pernambucanos não mais enfrentariam inconvenientes tais quais despesas

excessivas, distância, interrupção do trabalho e, até mesmo, separação das suas famílias, para prosseguirem na busca de solução para as suas causas judiciais.

Por sete décadas, esse Tribunal administrou a Justiça em terras pernambucanas, mediando os conflitos que necessitavam de sua intervenção. Nesse período, a sua sede enfrentou constantes mudanças, funcionando, inicialmente, no antigo Colégio dos Jesuítas, localizado na antiga Praça XVII,

hoje Praça da República; em seguida no antigo prédio do Erário, situado na mesma praça; passando a se instalar, posteriormente, no andar superior da Cadeia Pública, na Rua da Cadeia – hoje Rua do Imperador –, onde funcionou até a sua extinção, em 1892.

Em cumprimento à Constituição Federal, promulgada em 24 de fevereiro de 1891, o Tribunal da Relação deu passagem ao novo modelo republicano de Justiça, o Superior Tribunal de Justiça (STJ), criado por lei estadual. Em

sua primeira década de existência, o STJ teve como presidentes os desembargadores Gervásio Pires, Francisco Correia de Andrade e Manoel do Nascimento Fonseca Galvão. Funcionou até o advento da Constituição Federal de 1934, quando foi denominado Corte de Apelação. Com a decretação do Estado Novo e a Constituição de 1937, o mesmo passou a ser chamado de Tribunal da Apelação, permanecendo assim até o ano de 1946, quando foi constituído como Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE).

*“Este livro há de servir para nelle se lavrar a Acta da Abertura da nova Relação, mandada instalar nesta Villa do Recife e Província de Pernambuco, por Carta Régia de S.A.R., o Príncipe Regente Constitucional e Defensor Perpétuo do Reyno do Brasil, de 2 de junho do anno corrente, assim como prova os termos dos lavramentos e posse do Chanceler, e mais Desembargadores que foram empregados na mesma Relação. Vai por mim numerado e rubricado com o meo acolhido prévio e tem no fim hum termo de encerramento. Recife aos 13 de agosto de 1822. Como Chanceler interino Antônio José Osório de Pina Leitão”.*

**Termo de Abertura do Livro de Atas do Tribunal da Relação da Província de Pernambuco, lavrado por seu primeiro presidente, desembargador Antônio José Osório de Pina Leitão. O documento marca o início da história do TJPE.**

## Palácio da Justiça de Pernambuco

Adentrar no Palácio da Justiça de Pernambuco é passear majestosamente em seu passado; é como saborear as madeleines proustianas e vislumbrar a história de sua edificação. Sua pedra fundamental foi lançada no dia 2 de julho de 1924 pelo governador do Estado e juiz federal, Sérgio Loreto, durante as comemorações do primeiro centenário da Confederação do Equador. A inauguração do novo prédio aconteceu no dia 7 de setembro de 1930, na gestão do governador Estácio Coimbra, que, no ano de 1927, sucedeu a Sérgio Loreto. Na ocasião, o Judiciário pernambucano era presidido pelo desembargador Bellarmino Gondim.

O projeto escolhido para a obra do Palácio da Justiça foi de autoria de Giacomo Palumbo - arquiteto italiano formado pela Escola de Belas Artes de Paris - com colaboração de Evaristo de Sá. O local escolhido para a edificação do palácio - o bairro de Santo Antônio, no Centro do Recife - está intimamente relacionado com a história do Estado de Pernambuco. Válido é ressaltar que aquela área pertenceu ao Palácio Friburgh, conhecido como o “Palácio dos Despachos de Maurício de Nassau”. Para a construção do novo prédio, houve a necessidade de demolir a antiga ala das enfermarias do Convento de Santo Antônio e o prédio do 2º Batalhão da Força Pública, situado defronte a Praça da República. A demolição deste último fez com que um novo quartel fosse construído no bairro do Derby.

O edifício-sede do TJPE marca a paisagem do Recife por sua relevância arquitetônica. A presença de certos elementos na sua composição arquitetônica como, por exemplo, os frisos greco-romanos e os pilares coríntios, encimados por capitéis jônicos, fazem com que o prédio possa ser classificado como um dos mais belos representantes da arquitetura eclética em Pernambuco. Considerado, por muitos profissionais e estudiosos, como uma das últimas edificações, em seu porte, no Estado.

Com uma área de 2.506 metros quadrados, o palácio possui três pavimentos, além da cúpula, que abriga mais dois. A fundação do prédio passou por um difícil processo, devido à constituição do terreno, situado numa área de mangue. Outrora, em suas proximidades, havia um braço de rio que fora aterrado no período da presença holandesa em Pernambuco (1630-1654). A parte central do prédio foi reforçada, em sua fundação, com 12 pilastões, que têm como intuito distribuir o peso da cúpula.

A fachada principal do Palácio da Justiça é adornada por dois conjuntos de esculturas, que representam a Justiça e a Ciência do Direito, executadas pelo escultor pernambucano Bibiano Silva, sob orientação de A. Freyhoffer. Bibiano também executou os bustos de Paula Batista e Gervásio Pires, dois nomes importantes na história da Justiça pernambucana, localizadas na entrada da Salão dos Passos Perdidos.





## Vitrais

O conjunto de vitrais que enriquecem o Palácio da Justiça foi criado pelo alemão Heinrich Moser, que veio ao Recife, em 1910, para desenvolver projetos arquitetônicos do novo prédio da Casa Alemã, na Rua Barão de Vitória, hoje Rua Nova. Também desenhista, Moser marcou Pernambuco com a sua sensibilidade artística.

No vestíbulo da sua escadaria principal, há a representação da cena do primeiro Parlamento Democrático em terras americanas, convocado pelo conde Maurício de Nassau. Esses vitrais são compostos de três janelas, cada uma com cinco quadros. A obra é conhecida e aclamada não apenas no Brasil. Foi apresentada na Holanda,

no Siegener Zeitung, em 3 de junho de 1955, e também no catálogo da Exposição Johann Moritz Von Nassau-Siegen, em 1979, no transcurso do terceiro centenário da morte de Maurício de Nassau.

Heinrich Moser executou, ainda, outro belo trabalho na Sala Desembargador Antônio de Brito Alves, onde, por muito tempo, funcionou o Tribunal do Júri do Recife, no qual atualmente se reúne o Tribunal Pleno do TJPE. Ali, Moser retratou, em 1934, a representação da Justiça, um óleo sobre tela que mede 3,10 x 2,50 m, assentada ao fundo da sala e considerada uma das mais expressivas alegorias da Justiça.

## Mobiliário

Os luxuosos móveis da sede do TJPE foram projetados pelo arquiteto M. Nozières, após a inauguração do prédio, em 7 de setembro de 1930. As peças foram executadas pelas Casas Leandro Martins e Cia., do Rio de Janeiro, e artisticamente entalhadas com o intuito de rememorar o antigo Tribunal da Relação de Pernambuco.

*“Esta casa bem que se poderá chamar o Templo da Justiça. E que haverá sobre a terra que mais mereça um templo? A Justiça é a mais pura faculdade do espírito humano”.*

**Antônio Carneiro Leão, secretário da Justiça, na ocasião da inauguração do Palácio da Justiça de Pernambuco, em 7 de setembro de 1930.**

*“O nosso Palácio da Justiça é, incontestavelmente, um verdadeiro monumento de arte”.*

**Trecho de matéria veiculada no Jornal Pequeno do Recife, em 08.09.1930, referente à inauguração do Palácio da Justiça.**



## O Palácio da Justiça hoje

Da data de sua inauguração até os dias atuais, o Palácio da Justiça passou por diversas mudanças. Um dos exemplos refere-se à Sala de Casar, onde aconteciam os casamentos civis, que cedeu o espaço ao Salão Nobre. Para facilitar a circulação dos magistrados, servidores e usuários da Justiça, o principal acesso deixou de ser efetuado pela fachada central, voltada para a Praça da República, passando a ser feito pela fachada lateral, situada na Rua do Imperador. Ressalta-se, também, a colocação de uma nova ordem de colunas nos dois pátios internos.

No período de gestão dos desembargadores José Ferraz Ribeiro do Valle, Mauro Jordão e Luís Belém de Alencar, à frente da Presidência do TJPE, respectivamente, as mudanças contemplaram a substituição das lâmpadas holandesas do Salão Nobre por outra iluminação mais moderna, sem, para isso, descaracterizar o ambiente; nova pintura na entrada principal; cessão de espaço no segundo pavimento para abrigar as câmaras criminais, para as quais foram confeccionados móveis semelhantes aos do pavimento inferior; restauração das redes de eletricidade e telefonia; instalação do Tribunal Pleno, composto pelos 42 desembargadores da Corte, no salão que antes abrigava o Tribunal do Júri do Recife, transferido, por sua vez, para o Fórum Thomaz de Aquino Cirylo Wanderley, que também é sede da Corregedoria Geral da Justiça.

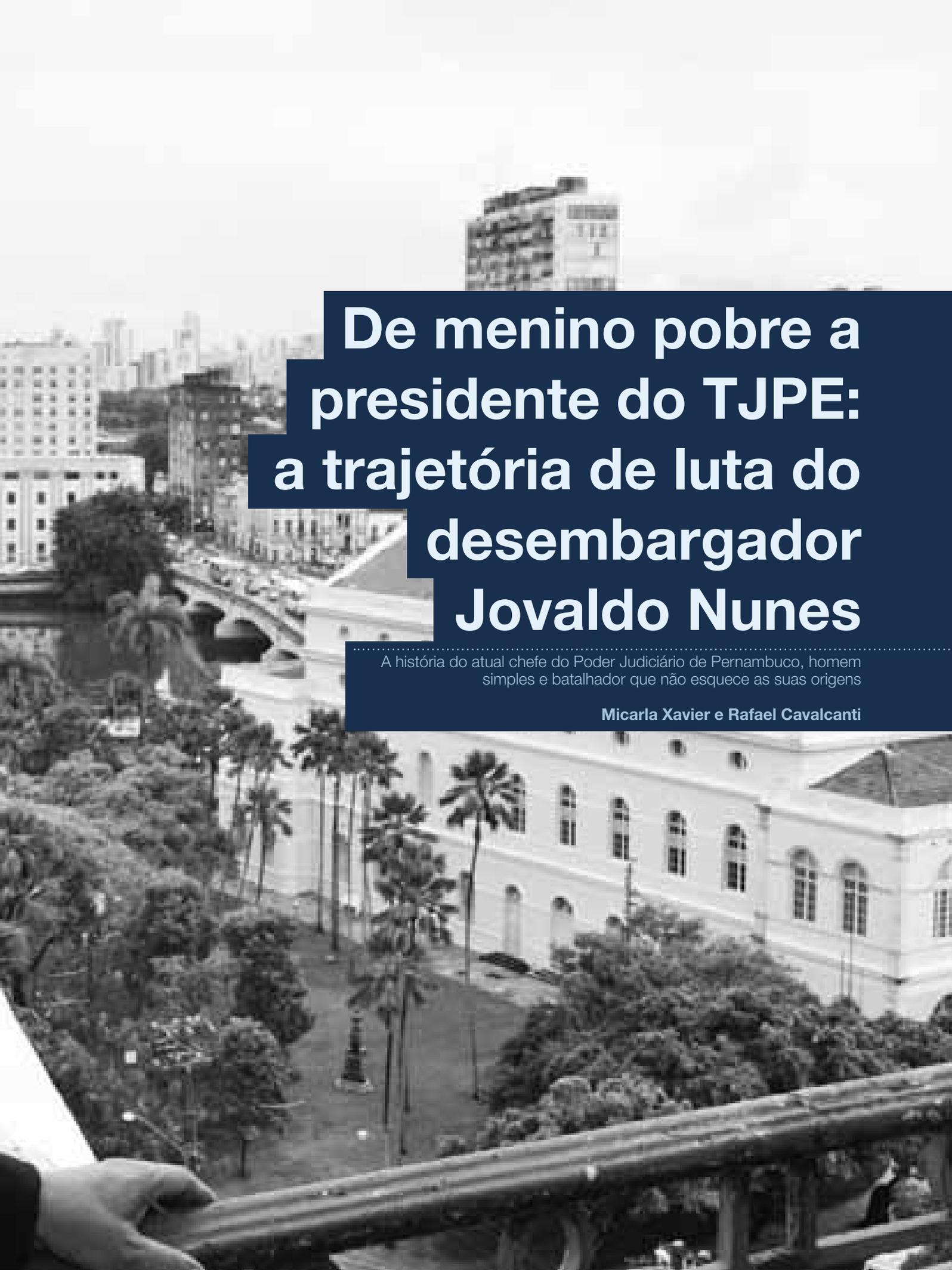
A gestão do desembargador Waldemir Oliveira Lins como presidente do TJPE, dentre outras realizações, trouxe um novo projeto de cores para o palácio. Para tanto, contou com um programa gráfico de Informática, através do qual foram desenhadas, por meio de um levantamento arquitetônico, todas as fachadas do prédio, aplicando-se, posteriormente, diversas propostas de cores. A escolha final recaiu para tons derivados do ocre, indo da cor bege até a marrom, levando-se em conta as cores de outros edifícios construídos no mesmo estilo. Na oportunidade, o TJPE contou com o apoio

técnico da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, que preserva os prédios tombados em âmbito estadual, bem como da empresa Coral, que não apenas forneceu o material, mas o suporte necessário no tocante aos cuidados que antecediam a aplicação da tinta.

A iluminação externa do palácio também foi efetivada com o intuito de destacar e valorizar o prédio no período noturno. Para a execução, o TJPE contou com a parceria da empresa Philips do Brasil, que doou todo o equipamento necessário para a concretização do projeto. Os vitrais de Heinrich Moser também foram restaurados e o trabalho compreendeu o desmonte, a lavagem e a remontagem de toda a obra, com a colaboração da Fundação Banco do Brasil. Hoje, o palácio prepara-se para receber um elevador panorâmico, com estrutura metálica e revestimento de vidro, localizado no segundo átrio do prédio.

O Palácio da Justiça continua sendo admirado pela população pernambucana e pelos turistas que visitam a cidade do Recife. Sua constante restauração só demonstra o quanto esta obra é valorizada pelos magistrados que vêm presidindo o TJPE. Sua majestosa edificação é um patrimônio edificado na história pernambucana, abrigando consigo um significativo acervo de arte e, principalmente, cumprindo a sua função de fortaleza para as justas decisões - obra maior do Poder Judiciário de Pernambuco. •





# De menino pobre a presidente do TJPE: a trajetória de luta do desembargador Jovaldo Nunes

A história do atual chefe do Poder Judiciário de Pernambuco, homem simples e batalhador que não esquece as suas origens

Micarla Xavier e Rafael Cavalcanti

No gabinete da atual Presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), na mesa de reuniões, vemos uma escultura. Trata-se de um carro de boi e nele está escrito “nobre e humilde”. A peça é de autoria de João, funcionário do Palácio do Governo que, nas horas vagas, trabalha com pintura de casas. João foi contratado para pintar o apartamento de Jovaldo e, durante o trabalho, fez o carro de boi e dedicou ao desembargador. Na ocasião, o artista afirmou que só fazia a escultura para pessoas nobres e humildes, como bem registrou na própria obra. Humildade é o traço que mais marca o atual presidente do TJPE. Tal traço é evidente, está claro na sua fala, nos gestos, nas declarações de sua família, amigos e companheiros de magistratura. Humildade foi uma das grandes riquezas que Seu Antônio Nunes Sobrinho e Dona Estela Nunes Gomes transmitiram ao filho Jovaldo.

Quem vê Jovaldo Nunes Gomes hoje, como desembargador e presidente do TJPE, não consegue imaginar por quantas coisas ele já passou na vida e quantas histórias tem pra contar. O segundo dos seis filhos – três homens e três mulheres – de um casal de oficiais de registro civil da Paraíba, nascido em Emas, uma pequena cidade no sertão paraibano, Jovaldo teve um cotidiano “de criança do interior”, como ele mesmo afirma. Em Emas, localizada no Vale do Piancó, ele passou grande parte de sua infância. Foi lá onde aprendeu as primeiras letras, o significado da vida. Por lá, o menino Jovaldo perambulou pela calçada da igreja, pelos antigos bancos da praça; tomou banho de rio com os amigos; sorriu e se divertiu nas festividades de São João e de Santa Terezinha.

Com 11 anos, Jovaldo Nunes se mudou junto com a família para Piancó, cidade histórica localizada também no sertão da Paraíba, para a qual o pai tinha sido designado para fiscalizar algumas obras de reestruturação em decorrência de uma severa seca que tinha se abatido sobre a região. “Naquele momento, em relação a Emas, Piancó era tida como cidade grande”, lembra Jovaldo. Nessa época, seus pais sustentavam os seis filhos com os



“ Se não faço bem o meu trabalho no Judiciário, pelo menos eu me esforço para fazê-lo. Eu me sinto realizado e acho que não me daria bem em outra profissão como me dou bem como serventuário da Justiça, como juiz ”



trabalhos no cartório e também com a agricultura. A família possuía uma propriedade onde o pai Antônio também trabalhava como agricultor. Foi em Piancó, um dos marcos da Coluna Prestes e cidade onde morreu um dos maiores bandeirantes brasileiros, Domingos Jorge Velho, que Jovaldo passou a adolescência, povoada por estudos, jogos de sinuca e tentativas de virar “empresário”.

“Cheguei a trabalhar em Piancó na adolescência, acompanhado do amigo Manuel Monteiro. Esta é uma parte da minha história de que eu sempre me lembro. Nós éramos meio jovens e precisávamos de dinheiro. Hoje, o meu amigo também é desembargador, no Tribunal de Justiça da Paraíba. Nós fizemos uma aventura, montamos uma banca e fomos vender verdura na feira de Piancó. Nós nos sentíamos como empresários vendendo as verduras e frutas”, recorda entre risos. O desembargador Manuel Monteiro lembra bem da história contada pelo seu amigo de infância. O magistrado define Jovaldo Nunes como alguém rico em pureza de espírito, como um amigo leal. Ele também se recorda da infância dividida entre o sofrimento e as brincadeiras com uma bola de pano, quando ambos moravam no bairro Belo Horizonte, em Piancó. “Eu não me distancio dele, a nossa amizade permanece a mesma de sempre. Acho que o sofrimento compartilhado nos ensinou a viver”, concluiu o desembargador do Tribunal paraibano.

Aos 16 anos, sentindo a necessidade de investir nos estudos, Jovaldo resolveu mudar para o Recife. Na capital pernambucana, as aventuras e a saga estavam apenas começando. A princípio, ele ficou hospedado na casa de um primo que estava servindo ao Exército e que morava no bairro da Mangueira. Como a vida não era fácil, e o salário do primo não era lá essas coisas, os dois montaram um bar perto da linha do trem. “Fiquei morando com ele e nós montamos um bar de madeira, uma barraca de madeira para ser mais exato. Esse bar servia refeição, era um negócio popular, e lá nós vendíamos cachaça com tira-gosto”, conta o desembargador.

“Tudo era difícil. Meu primo era cabo do Exército, mas naquela época um cabo do exército era autoridade. Ele vinha para o quartel, que era aqui no Parque Treze de Maio, e eu o acompanhava com o intuito de ficar no Mercado de São José e comprar frutas e verduras para o nosso bar. Para não pagar passagem, ele me colocava para entrar pela frente da condução. O motorista sempre via isso e não dizia nada, até que, numa certa vez, ele disse: ‘Mas, cabo, todo dia?’. Meu primo respondeu de imediato: ‘Ele vai preso’. Ele disse que eu ia preso para não pagar a passagem”, lembra Jovaldo. O atual presidente do TJPE afirma que provavelmente gosta de contar essa história para sempre se lembrar de onde veio e que as coisas nunca foram fáceis. A humildade sempre transparece nas palavras.

No Recife, Jovaldo também serviu ao Exército, passando 11 meses na 7ª Companhia de Intendência, em Tejipió. Depois dessa fase, ele começou a trabalhar no Palácio da Justiça de Pernambuco como prestador de serviços. Na época, a esposa de um primo trabalhava no 1º Cartório Cível, cujo titular era Antônio de Moraes Dourado, e Jovaldo passou a prestar serviços ali por aproximadamente oito meses. Depois disso, ele começou a atuar no 4º Cartório de Notas e Ofícios de Olin-da como tabelião substituto. O titular do cartório era Robert John Tom, mais conhecido como o “Inglês de Caruaru”. Nesse tempo, enquanto cumpria seu trabalho, Jovaldo Nunes concluiu o ensino médio e tentou vestibular em João Pessoa, pois tinha como objetivo o retorno para a Paraíba. Não tendo o sucesso esperado no certame, ele optou por ser aluno da primeira turma da Faculdade de Direito de Olinda, no período de 1971 a 1975.

Uma das irmãs de Jovaldo Nunes também havia se estabilizado em Pernambuco. A princípio como funcionária, depois como juíza do Tribunal Regional do Trabalho. Juntos, os dois resolveram propor aos pais, que nesta época já residiam em João Pessoa, que se mudassem para Pernambuco. A missão não deve ter sido fácil, mas o amor e a saudade que sentiam dos



Na primeira foto, o desembargador Jovaldo Nunes entre a mãe Dona Estela Nunes e a esposa Darci Dias, e nas demais os filhos Dayse, Jovaldo Jr. e Anne em momentos com a família

filhos falaram mais alto. Assim, Antônio e Estela concordaram com a mudança, venderam a propriedade da Paraíba, que era fruto de herança, e se estabeleceram em Olinda. “A propriedade dos meus pais não tinha tanto valor material, mas o valor sentimental era imenso. Mesmo assim, eles aceitaram a nossa proposta e compraram uma casa em Olinda, na Rua Cleto Campelo, 477. Lembro-me como se fosse hoje”, conta Jovaldo.

Falar de seu pai é falar de amor incondicional, é lembrar de um homem que dedicou toda a sua vida aos filhos. Jovaldo comenta que Seu Antônio gostava de reunir toda a família com frequência. Já morando em Pernambuco, o pai fazia questão de preencher seus domingos com grandes almoços, com o intuito de ter os filhos ao seu redor, numa mesa farta não apenas de comida, mas também de muito carinho. *Durante a entrevista, a lembrança do pai emocionou o chefe do Poder Judiciário pernambucano. Passados alguns minutos, enquanto continha a emoção e as lágrimas, Jovaldo Nunes retorna e pergunta ao repórter: “Seus pais são vivos?”. Diante da resposta positiva, ele conclui: “Graças a Deus!”.*

“O meu pai parecia uma criança quando todos nós estávamos na sua casa. Então, é difícil falar nele sem me emocionar, é natural. Ele foi um homem que cumpriu o seu papel aqui na terra; deu bons exemplos para todos nós, para todos os filhos. Meu pai foi um homem humano, decente, honesto. O patrimônio que ele deixou nós vamos sempre conservar: o patrimônio moral. Eu conservo isso em homenagem a eles, a ele e a ela, minha mãe, que também foi uma guerreira nos momentos difíceis ao lado do esposo. Eles criaram seis filhos naquela época, com todas as dificuldades, mas criaram, educaram, amaram. Então, esse legado moral haverá de ser honrado com muita satisfação, em homenagem à memória deles”, desabafa Jovaldo Nunes.

Ainda sobre a herança moral deixada pelos pais, Jovaldo confessa que procura transferir a mesma herança para os filhos. “O patrimônio moral é inalienável. E eu procuro transferir isso

aos meus filhos. O patrimônio material a gente tem hoje, mas pode não ter amanhã; é algo que se compra. O patrimônio moral a gente adquire”, conclui.

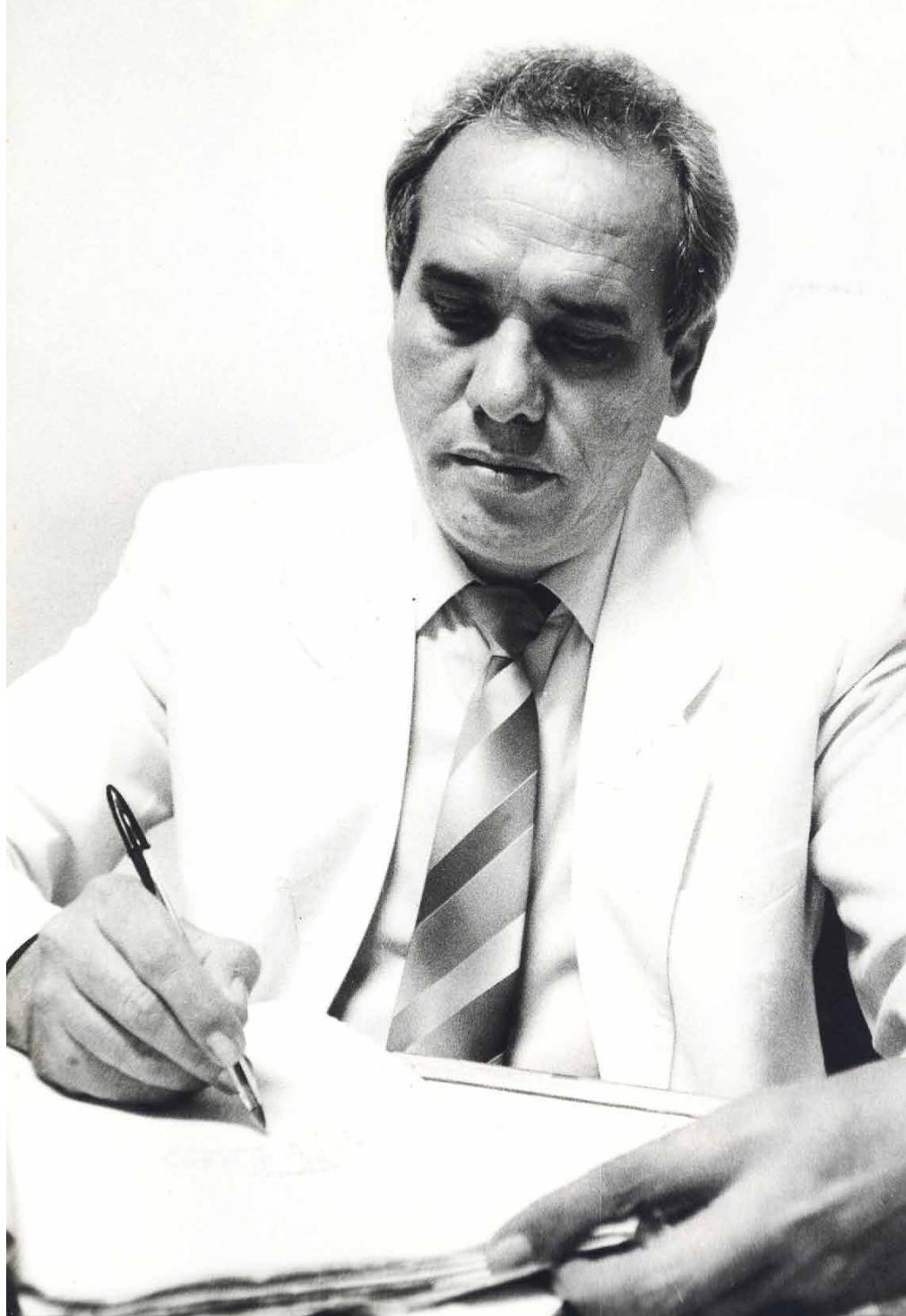
Jovaldo é casado com Darci Dias de Queiroz Nunes e com ela tem três filhos – Dayse, Jovaldo Júnior e Anne. Já funcionária da Justiça do Trabalho, atuando na Assistência Judiciária, Darci conheceu Jovaldo no cartório onde ele trabalhava. Foi naquele ambiente que Jovaldo começou sua paquera com Darci. Ela relembra, aos risos, do dia em que ele lhe ofereceu uma carona para o bairro das Graças, acreditando piamente que ela morava no local. “Mas por que Graças?”, Darci perguntou na ocasião. “Eu moro em Olinda”, esclareceu para o jovem. O casal terminou tendo um encontro apaixonado e decisivo no Carnaval de 1975, num baile no Clube Náutico Capibaribe. Depois de um ano, casaram. “Um amigo afirmou que eu iria fazer um bom casamento, porque Jovaldo era um bom filho. E quem é bom filho é um bom marido e um bom pai. Ele continua sendo o mesmo homem humilde que conheci, eu nunca vi sequer um traço de arrogância nele”, comenta Darci Nunes.

Para Darci, Jovaldo sempre foi um pai muito permissivo. Ela cumpria a missão de disciplinar e dar bronca nas crianças; depois, ele chegava e “estrugava” tudo. Jovaldo Nunes ressalta que tem mais uma riqueza na vida, além do patrimônio moral: seus três filhos. “Eu adoro meus filhos, sempre fiz questão de ser um pai amigo e de investir numa relação de carinho. A nossa ligação é muito forte”, ele comenta, mais uma vez emocionado. Jovaldo relata que certa vez deixou de fazer um intercâmbio em Nova Iorque só porque queria ficar com os filhos. Ele compartilha, cheio de alegria, que os filhos também apreciam muito a sua companhia. “Minha filha mais velha, Dayse, comanda um cartório em Abreu e Lima; meu filho Jovaldo Júnior é procurador da Fazenda Nacional; minha caçula, Anne, já é formada em jornalismo e agora estuda direito”, conta o pai, com orgulho.

A filha primogênita, Dayse, lembra bem da época em que o pai era juiz

no interior. Ela conta que, todo fim de semana, quando o pai vinha para casa, costumava levar ela e o irmão para uma lanchonete chinesa. Os dois ficavam contando as horas para que o pai chegasse e os levasse para o passeio de sempre (naquele tempo, a caçula ainda não havia nascido). Questionada acerca dos ensinamentos que seu pai costuma transmitir, Dayse é rápida na resposta: “Uma característica muito importante que meu pai me legou é a moral. Como ele sempre diz: o meu patrimônio é a minha moral. Tenho pautado minha conduta pela moralidade. Na verdade, agir com probidade e ética é uma obrigação e não um favor. Acho que este é um dos maiores legados que meu pai me ensinou e demonstra, a cada dia, com a sua postura”. Dayse confessa que lágrimas vêm aos seus olhos quando pensa em algo para escrever sobre o pai. “Tenho muito orgulho de ser filha de Jovaldo. Não só do desembargador Jovaldo Nunes, mas principalmente do pai, do filho, do marido que ele é. Meu pai é uma pessoa boníssima, de coração tão gigante, que mal cabe em seu peito tanta bondade”, diz a filha.

Uma das lembranças mais marcantes da infância de Jovaldo Júnior foi quando viu o pai pegar nos braços, pela primeira vez, a sua irmã caçula Anne. Com esta declaração, imaginamos a grandeza da cena de um pai que, ao imprimir tanto amor no gesto de aninhar a filha mais nova nos braços, marcou a memória sentimental do filho que herdou o seu nome. Sobre o fato de ser filho do presidente do TJPE, Jovaldo Júnior ressalta que qualquer um que conhece a história do seu pai considera-o um vencedor. “Sinto-me orgulhoso em ser filho desse vencedor”, declara. Sobre o filho, que atua em Petrolina, Jovaldo Nunes diz que tem necessidade de falar com ele diariamente. Emocionado, também confessa que o filho não passa quinze dias sem vê-lo. Jovaldo Júnior acredita que o chefe de um Poder tem a oportunidade de realizar grandes obras, mas, principalmente, de deixar uma boa mensagem para os outros. “Aproveite a oportunidade e deixe a sua boa mensagem, pai”, pontua.



“  
O nosso Judiciário precisa ser reestruturado para atender às necessidades da população. Sinto-me feliz, pois, mesmo com dificuldades, eu sei que temos avançado. E este é um trabalho gratificante, em prol da Justiça e da população  
”

“Lembro das tardes no Clube de Campo Sítio do Picapau; dos lanches no supermercado depois da feira, que deixava minha mãe louca porque ele me dava comida perto da hora do almoço; dos banhos de mar em Itamaracá. São lembranças sempre felizes!”, recorda a filha caçula de Jovaldo Nunes, Anne. Ela conta que a presença do pai sempre lhe trouxe a sensação de segurança. Ela também lembra que, aos três anos, machucou o queixo na borda da piscina de um clube. Levada à enfermaria do local, o médico disse que era necessário três pontos para que o corte não deixasse cicatriz. Ela lembra claramente do pai na porta da sala, sem querer chegar muito perto, por conta do sangue e para não ver a filha sofrer, dizendo que ela era muito novinha pra levar os pontos. Resultado: a cicatriz aparece até hoje. Assim como os irmãos, Anne também diz que o pai é motivo de orgulho na sua vida. “Só o fato de ele ter chegado a ocupar uma cadeira no TJ, independente de ser a de presidente, já me orgulha. Quem conhece meu pai, sabe a história de vida dele: vida difícil no sertão paraibano, poucos recursos, cinco irmãos, uma casa humilde, estudo em escola pública. Sair de casa aos 16 anos, deixar a família e tentar a sorte na cidade grande, sem dinheiro nem perspectiva, e chegar aonde chegou, não só me orgulha, como me emociona. A história dele é um exemplo pra todos de que, quando se tem vontade e um objetivo, você pode chegar aonde quiser. Tenho muito orgulho do pai que tenho, não só no âmbito profissional, mas, acima de tudo, pela pessoa que ele é”, afirma Anne.

#### O curso de direito, o ingresso na magistratura

Aos 26 anos, Jovaldo Nunes ingressou na primeira turma da Faculdade de Direito de Olinda. Na época, ele conciliava o trabalho no 4º Cartório de Notas e Ofícios de Olinda com os estudos. Jovaldo conta que a atuação no cartório ajudou muito na condução do seu curso, visto que vivenciava o dia-a-dia dos advogados e juizes com os processos. Em 1982, ele resolveu prestar concurso para magistrado

do Judiciário estadual. No concurso, foram aprovados 32 nomes e Jovaldo foi o 12º colocado. De sua turma, ele cita os desembargadores Bartolomeu Bueno, Fernando Cerqueira, Eduardo Paurá, Nivaldo Mulatinho, Alberto Virgínio, Antônio Fernando Martins, Luiz Carlos Figueiredo e Alfredo Jambo. Sobre a missão de ser magistrado, Jovaldo Nunes afirma: “Se não faço bem o meu trabalho no Judiciário, pelo menos eu me esforço para fazê-lo. Eu me sinto realizado e acho que não me daria bem em outra profissão como me dou bem como serventuário da Justiça, como juiz”.

A atuação de Jovaldo Nunes como juiz teve início na Comarca de Betânia. De lá, ele foi removido para Riacho das Almas e, em seguida, como juiz substituto, foi lotado em Jaboatão dos Guararapes. Jovaldo sabia que, como juiz substituto, ele poderia ser removido para qualquer lugar do Estado. Até que um dia, ele soube da necessidade de juiz em Petrolina. Na época, o chefe do Judiciário pernambucano era o desembargador Cláudio Américo de Miranda. “Teve uma passagem interessante. Eu era juiz substituto em Jaboatão e desejava demais ir para Olinda. Eu morava em Olinda, sempre morei em Olinda... Até que numa tarde, eis que recebo um telefonema do então presidente do Tribunal, Cláudio Américo, pedindo para eu vir aqui, ao gabinete da Presidência do TJPE, pois ele queria falar comigo. Eu pensei: ‘Pronto vou para Olinda!’. Só que não era Olinda, era Petrolina. Houve uma necessidade de juiz naquela comarca e o presidente disse: ‘Jovaldo, eu estou precisando de você em Petrolina’. Eu respondi: ‘Se não tem opção, eu vou. Sou soldado!’. Aí fui para Petrolina”, relembra.

Jovaldo passou aproximadamente oito meses na comarca. Depois, voltou para Jaboatão, já como juiz titular. Em 1989, ele foi promovido por merecimento a juiz da 3ª Entrância (Comarca da Capital), tornando-se titular da 4ª Vara da Fazenda Pública. Jovaldo também coordenou a instalação da 17ª Vara Cível, pela qual passou a responder, e por último assumiu a 10ª Vara Cível, onde permaneceu até



“  
Ser presidente do  
TJPE não é fácil,  
porém é mais uma  
missão, é mais um  
trabalho  
”

2001. Questionado sobre a decisão mais importante que tomou como juiz, Jovaldo relembra de uma ocasião em Riacho das Almas, quando presenciou uma família disputando herança. Os herdeiros não se entendiam, dirigiam e sofriam ameaças, inclusive de morte. Diante da contenda, o juiz Jovaldo resolveu marcar uma audiência de conciliação e juntou todos os herdeiros numa mesa. A audiência durou cerca de duas horas e o juiz conseguiu unir aquela família, dividindo a propriedade entre todos e pedindo que os presentes pedissem perdão uns aos outros. “Para mim, essa história tem muito significado. Como juiz, eu fiquei muito satisfeito”, afirma.

Em março de 2001, a cidade de Emas fez uma festa. O ilustre filho da terra, Jovaldo Nunes, acabara de ser nomeado desembargador do Judiciário pernambucano, por merecimento. O pessoal de sua terra resolveu prestar uma homenagem, já que Jovaldo era o primeiro desembargador daquela região. Teve churrasco, faixas nas ruas, saudação na Câmara dos Vereadores com a presença dos prefeitos de Emas, Piancó e Catingueiras. A festa

também contou com a presença de diversos familiares e amigos, dentre estes os irmãos Assis e Lauro, que na ocasião continuavam carinhosamente chamando Jovaldo pelo apelido de infância, Vavá. “Essa ligação com a minha terra e origem, eu faço questão de preservar. Sempre que posso, vou lá e me sinto à vontade. Quando vou à Paraíba, eu sou recebido com festa”, declara Jovaldo.

“Por favor, não me peça para decidir entre Pernambuco e Paraíba”, é o que diz Jovaldo ao repórter, antes mesmo deste abordar o assunto. Para Jovaldo, não há escolha, ambas as terras são dignas de seu agradecimento. Em março de 2001, quando ainda era juiz da 10ª Vara Cível, ele recebeu o título de Cidadão de Pernambuco, outorgado por unanimidade pelos membros da Assembleia Legislativa do Estado. Dez anos depois, no dia 7 de abril de 2011, ele recebeu o título de Cidadão do Recife, outorgado pela Câmara de Vereadores. No requerimento da comenda, a escolha de seu nome aconteceu tendo como objetivo “registrar a importância de uma vida dedicada à Justiça”. Ao falar de Pernambuco,

Jovaldo Nunes declara imediatamente seu louvor à Olinda. Ele diz: “Eu adoro Olinda. De Olinda, só sairei levado, só sairei à força”.

Como desembargador, Jovaldo Nunes foi diretor da Escola da Magistratura de Pernambuco (Esmape), presidente do Tribunal Regional Eleitoral e, ainda, vice-presidente do TJPE. Durante a gestão como diretor da Esmape, no biênio 2002/2003, ele foi responsável pela aquisição da sede própria da entidade. “Eu me sinto muito satisfeito de ter tomado a iniciativa para comprar a sede da Escola. Na época, conseguimos dar uma nova visão, uma melhoria no ensino. Depois, o desembargador José Fernandes, que me sucedeu, deu continuidade ao trabalho. Depois dele, os desembargadores Jones Figuerêdo, Frederico Neves e, hoje, o desembargador Leopoldo Raposo”, conta.

#### A Presidência do TJPE

No dia 9 de fevereiro deste ano, o desembargador Jovaldo Nunes Gomes tomou posse como presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Ao seu lado, ocupando os cargos de vice-presidente e corregedor geral da Justiça, respectivamente, os desembargadores Fernando Ferreira e Frederico Neves. A solenidade aconteceu no Palácio da Justiça de Pernambuco, na Sala Des. Antônio de Brito Alves. O espaço se tornou pequeno para abrigar as autoridades, servidores, amigos e familiares presentes. Emocionado, Jovaldo Nunes iniciou seu discurso de posse agradecendo aos pais, já falecidos, pelo exemplo de vida que transmitiram; e à família que constituiu em Pernambuco - sua esposa Darci e os filhos Dayse, Jovaldo Júnior e Anne. Na ocasião, ele também falou sobre uma particularidade do seu cotidiano no TJPE, algo já muito notado pelos servidores e magistrados da Casa. Ele se referiu ao seu momento de devoção na capela do Palácio da Justiça, onde constantemente ele pratica sua religiosidade, agradecendo a Deus pela vida. “Então, no final das minhas breves orações, naquela pequena capela, digo: ‘Senhor, não tenho o direito de te pedir mais nada; já me deste tudo. O meu dever, de agora em diante, é de

apenas te agradecer todos os dias que restarem da minha vida”, compartilhou em seu discurso.

Ainda em seu discurso de posse, o novo presidente do TJPE citou a sua cidade natal, Emas, bem como a sua chegada ao Recife. Ele também se dirigiu aos servidores do Judiciário, afirmando que assumia a missão de ser presidente do Tribunal com uma imensa vontade de acertar. “Eu sou filho de servidores públicos do Estado da Paraíba. Meus pais eram serventuários da Justiça. Também fiz parte dessa classe durante 17 anos na Comarca de Olinda. Essa é minha origem, da qual me orgulho. Pretendo manter com a classe um relacionamento cordial, respeitoso e sincero. Precisamos trabalhar juntos”, afirmou o desembargador.

Questionado hoje sobre como é ser chefe do Poder Judiciário de Pernambuco, Jovaldo responde que “não é fácil, porém é mais uma missão, é mais um trabalho”. Como presidente do TJPE, ele propôs a criação de mais três cargos de desembargadores para a Casa. Atento, ele também efetuou uma radiografia do Judiciário, contemplando a necessidade de criar mais 1.019 cargos de servidores para lotar as unidades judiciárias, sobretudo do interior do Estado. “Esses exemplos são projetos que, como presidente de um Tribunal, qualquer magistrado se sente lisonjeado em poder efetuar. Porém, eu tenho mais coisas a fazer. O nosso Judiciário precisa ser reestruturado para atender às necessidades da população. Sinto-me feliz, pois, mesmo com dificuldades, eu sei que temos avançado. E este é um trabalho gratificante, em prol da Justiça e da população”, comenta.

Jovaldo não esconde sua indignação ao se referir aos entraves burocráticos e seus extensos prazos e, como exemplo, ele cita as necessárias reconstruções dos fóruns nas comarcas do interior, que muitas vezes, demoram a se concretizar. Contudo o presidente do TJPE se sente feliz ao ver nos jornais a produção do Judiciário pernambucano aumentando: “Se a nossa produtividade aumenta, isso significa que nós estamos distribuindo Justiça. Nós estamos corresponden-



Para o vice-presidente do TJPE, desembargador Fernando Ferreira, Jovaldo é um humanista nato

do à expectativa. Outra coisa que me deixa alegre é a procura. Muita gente, muita gente procurando a Justiça. Mês a mês, ano a ano, a procura pela Justiça é grande. Para mim, tal fato significa que o povo confia na Justiça e isso me deixa satisfeito”.

Quando fala em metas de gestão, o presidente do TJPE retorna ao seu discurso de posse. Sua principal meta é lotar as unidades judiciárias de servidores. “Minha equipe fez um levantamento. Nós chegamos à conclusão de que cada unidade judiciária de primeira entrância deve ter seis servidores; de segunda, sete servidores; e de terceira entrância, nove. É um quantitativo mínimo, e não quer dizer que numa unidade não possa ter mais servidores. Com esse estudo, concluímos que não podemos exigir tanto de um juiz que só tem um ou dois funcionários. Se você estrutura uma unidade judicial, essa unidade tem condições de render mais. Então, este é o meu grande objetivo. Se no final da minha gestão, eu tiver preenchido e dotado todas as unidades com esse quantitativo de pessoal, eu me sentirei muito feliz”, afirma.

Numa de suas viagens institucionais a Brasília, o chefe do Judiciário estadual visitou o presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Ari Pargendler. Na visita, Jovaldo apresentou um cronograma com o projeto de lotar as unidades judiciárias pernambucanas com mais servidores. O ministro gostou do que viu e disse ao presidente do TJPE que este pode se considerar realizado como gestor se

conseguir dotar as unidades judiciárias de mais pessoal. “Esta é a minha principal meta. Eu não posso, repito, exigir alta produtividade do juiz do 1º Grau que possui apenas um ou dois funcionários. Mas, a partir do momento que proporcionamos melhores condições de trabalho, teremos como cobrar o retorno. E eu tenho certeza de que, dentro do possível, esse retorno vem acontecendo na minha gestão. Em quatro meses de gestão, eu já nomeei cerca de 500 servidores”, diz o presidente do TJPE.

Zelo e cuidado com a instituição e o jurisdicionado são traços bem visíveis no magistrado Jovaldo Nunes. Para o chefe de gabinete da Presidência do TJPE, Daniel Leão, Jovaldo preza pela simplicidade e clareza nas suas decisões, inclusive ele sempre recomenda à sua equipe a trabalhar com uma linguagem em que todas as partes entendam o que foi decidido. Daniel trabalha com o desembargador Jovaldo Nunes desde 2008 e diz que ele sabe como proporcionar união em sua equipe, sempre agindo com cordialidade e procurando quebrar as barreiras que, por ventura, possam existir entre magistrados e servidores. “O desembargador Jovaldo trata todos com igualdade, ele é um chefe que ganha o respeito de todos nós sem precisar impor autoridade. O seu senso de Justiça é sua principal virtude como magistrado, ele sempre nos ressalta que a função do julgador é fazer Justiça”, afirma Daniel.

Para o vice-presidente do TJPE, desembargador Fernando Ferreira,

uma característica muito peculiar da personalidade de Jovaldo é particularmente notável: “O amigo concilia, com rara felicidade, a sensibilidade de um humanista nato com um invulgar tirocínio para a função judicante”. Ele também destaca os gestos bondosos de Jovaldo Nunes no dia-a-dia, tanto nas atividades jurisdicionais e administrativas no Tribunal de Justiça quanto nas interações familiares que ambos costumam promover ao longo de mais de 15 anos de estreita amizade. “Sua história de vida é, certamente, a mais bonita deste Tribunal. Jovaldo soube vencer todas as adversidades em seu caminho, tendo construído, junto com Darci, uma prole bonita, unida e vitoriosa. Ele é um homem rico de recursos íntimos, dotado de invulgar inteligência despida de eruditismo pedante. Costumo defini-lo como uma pessoa que nasceu premiada com o tirocínio de magistrado. Sempre me impressiona sua capacidade para desarmar espíritos e intrigas, sua tranquilidade no enfrentamento dos problemas, os mais diversos, e a transparência no trabalho voltado para a administração da Justiça. Sinto-me honrado por ser seu amigo e, atualmente, escudeiro no desenvolvimento de ambiciosos projetos para um bom governo à frente

do Judiciário pernambucano”, declarou o desembargador Fernando Ferreira.

Ao fim da entrevista, Jovaldo Nunes encara o repórter e ressalta que não foi fácil chegar à Presidência do Tribunal de Justiça pernambucano. “Estas são as linhas gerais da minha trajetória de vida. Para chegar aqui, eu ralei e sofri muito”, diz. Depois do comentário, Jovaldo sorri e prova que não se deixa ferir ou abalar pelos obstáculos passados, mostrando que soube absorver grandes lições diante de todas as adversidades que enfrentou. Na mesa de reuniões da Presidência do TJPE, o desembargador observa o carro de boi nordestino. “Eu acho essa obra muito importante. E nem é pelo valor material, mas sim pelo valor emocional. O gesto dele, de me achar nobre e humilde, emociona. O porquê dele me considerar nobre e humilde, eu não sei... Olha, eu me sinto muito lisonjeado com o reconhecimento dessa nobreza e humildade que o seu João ‘Pintor’ acha que eu tenho. Seu João é uma pessoa extraordinária, uma pessoa muito simples. É um artista não é? Fazer isso aí, só sendo um artista...”, assim conclui Jovaldo Nunes Gomes. Com humildade. •

**Texto:** Micarla Xavier

**Entrevista:** Rafael Cavalcanti

Escultura feita por João “Pintor” em homenagem ao desembargador Jovaldo Nunes



# Fractais do tempo

Decano do Tribunal, o desembargador Jones Figueirêdo revela momentos marcantes da sua história

## Wesley Prado

Numa tarde fria de junho, conversei com o desembargador, que então assumia interinamente a Presidência do Tribunal de Justiça enquanto o colega desembargador Jovaldo Nunes assumia o Governo do Estado. A conversa foi longa, ia e voltava no tempo, várias vezes. Era até difícil acompanhá-lo nessa viagem. Afinal, alguém com uma carga de histórias como de a Jones Figueirêdo Alves, decano do Judiciário pernambucano, tem muita coisa para contar. Num dado momento, o diretor geral do TJPE, Leovegildo Mota, que esteve presente em parte da entrevista, lançou a epígrafe do livro de memórias do escritor Gabriel Garcia Marquez: “A vida não é a que a gente viveu, e sim a que a gente recorda, e como recorda para contá-la”. Se essa frase cabe a alguém mais além de Garcia Marquez, esse alguém se chama Jones Figueirêdo.

Nascido no Recife, em 20 de agosto de 1947, na Rua José de Alencar, Boa Vista, e criado em Garanhuns, Jones cresceu sob importante valor: o da qualidade. Seu pai, Sebastião, mestre de obras e topógrafo, chegava a recusar trabalhos se o material da obra fosse de segunda qualidade. “Fui educado assim. Valorar as coisas e não ser refém daquelas que não sejam verdadeiras”. Além desse nível de exigência diante da vida, seu pai foi um visionário. Em 1951, comprou um terreno nas cercanias de Garanhuns, loteou a área, denominando-a Jardim Mundaú. Hoje, esse loteamento configura-se em um dos bairros daquele município. Esse mesmo terreno, certamente, despertou inspirações futuras no menino Jones. Ao menos indiretamente. Seu

Jones Figueirêdo: “Fui educado assim. Valorar as coisas e não ser refém daquelas que não sejam verdadeiras”

Sebastião colocou anúncio na rádio da cidade, patrocinando o programa A Crônica do Meio-Dia, onde o locutor lia uma crônica sobre um assunto do dia-a-dia, com uma voz tonitruante, empostada. “A gente corria, eu e meu irmão, para ouvir o jingle do terreno e a crônica. Com seis anos de idade, eu ficava em cima de um tamborete, repetindo o que o locutor dizia. Talvez tenha surgido daí aquela ideia de oratória”. Talvez nasceu ali, sem ele nem mesmo saber, a vocação para duas carreiras que ele seguiria futuramente: o direito e o jornalismo.

Anos mais tarde, Jones e o amigo, Gladstone Vieira Belo... Sim, o vice-presidente do Diário de Pernambuco. A vida tem das suas coincidências, também conhecidas como destino... Jones e Gladstone estudavam no Colégio Diocesano, em Garanhuns. Coursaram juntos o clássico – equivalente ao atual ensino médio. Jones escrevia para o semanário da Diocese, chamado O Monitor, geralmente uma coluna literária. Mais tarde, ele e Gladstone tiveram um programa de rádio, com atualidades e notícias. Numa das edições desse programa, um caso muito curioso aconteceu. O papa João XXIII falecera, e os dois jovens radialistas resolveram fazer uma edição homenageando o pontífice. Jones foi até o bispo Dom Adelino Dantas, conseguir réquiems para a trilha sonora do programa.

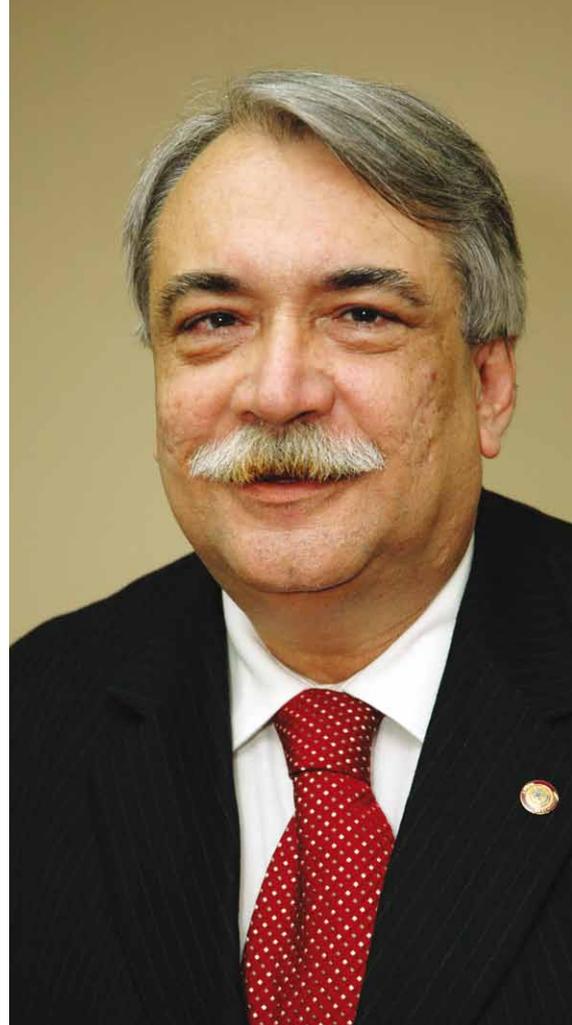
Jones e Gladstone redigiram o texto, produziram o programa, a história de João XXIII passada a limpo. Lá pelas tantas, havia uma referência ao então presidente americano Dwight Eisenhower e ao secretário-geral da ONU, Dag Hammarskjöld. “Só que ninguém sabia pronunciar o nome dos dois... Não lembro quem de nós emperrou na pronúncia, o nome não saía. Caímos na gargalhada, e a sonoplastia subiu para tentar encobrir a gafe”, conta risonho o desembargador. Escrever para um semanário e produzir um programa de rádio ainda rendeu mais uma inusitada conquista para Jones: ser secretário de Imprensa da Prefeitura de Garanhuns, no Governo de Amílcar da Mota Valença, com 16 anos e meio.

Voltemos para Recife. Jones estava para fazer o vestibular. Tentou o curso

de direito na Universidade Federal de Pernambuco, e jornalismo na Universidade Católica de Pernambuco. A admiração pela toga não veio da família – nenhum de seus parentes era bacharel em direito. A vontade de ser aluno da Faculdade de Direito veio da mística do lugar, de ser “a casa de Tobias Barreto”. Não acreditava, porém, que conseguiria ser aprovado na UFPE. “Não tinha feito curso de preparatório. Naquela época, só existia um famoso, o Curso Torres, e eu não tinha condições de pagar”. Escolher um segundo curso em outra faculdade foi um caminho natural. “Então, resolvi que faria jornalismo. Se não passasse [em direito], pelo menos poderia passar em jornalismo e aí, não teria que perder um ano”. Passadas as provas, o resultado: 14º lugar em direito e 4º lugar em jornalismo. Guerreiro, Jones cursou ambas as graduações simultaneamente. Direito pela manhã e jornalismo à noite. E ainda trabalhava no Jornal do Commercio, à tarde. “Para me sustentar, tinha que custear a faculdade. Meus pais não moravam aqui, moravam em Garanhuns. Passei um ano morando em república”.

Precoce, Jones teve sua primeira experiência de júri ainda muito verde no curso de direito. Precisamente 15 dias após começarem as aulas. De volta a Garanhuns, para aproveitar as férias e comemorar a aprovação nos dois vestibulares, encontra o advogado Everardo Gueiros, a quem chamou de velho professor durante a conversa, e recebe o convite: “Jones, você agora é estudante de direito. Devia fazer um júri aqui. Você fazia júri simulado no Diocesano [como, por exemplo, o júri de Lampião]... Tenho um em Angelim, você podia fazer. Topa?”. Jones topou. Em 17 de março de 1966, estava ele defendendo um ancião, acusado de matar duas mulheres, mãe e filha, vizinhas dele, por uma briga de roçado.

Everardo Gueiros fez a abertura dos trabalhos de defesa e passou a bola para Jones. Que fez bonito, por sinal. Absolvição por cinco a dois. Satisfeito, o acusado absolvido pagou cinco cruzeiros. O primeiro da carreira dele. Com esse dinheiro, Jones conseguiu comprar quatro livros de direito. Os



“

Desde o primeiro minuto da minha carreira, sempre me dediquei a um trabalho institucional de cooperação com a melhoria do Judiciário

”

primeiros de sua vida. O primeiro deles, uma obra sobre criminologia de um autor italiano, foi lavrado em ata. De sua biblioteca pessoal com mais de 12 mil volumes, esse é seu xodó.

Se seu primeiro episódio de carreira acadêmica foi inusitado, que dizer daquele momento que fechou parte desse ciclo? Jones foi orador de turma em ambos os cursos, mas na formatura de jornalismo, em 1978, certos acontecimentos foram históricos. A cerimônia, no mosteiro de São Bento, contou com um convidado nada especial: a ditadura. O 4º Exército – hoje, Comando Militar Nordeste – queria tomar o discurso preparado por Jones para censura. Ele se negou, no que teve apoio do então reitor da Unicap, Potiguar Matos, a quem permitiu a leitura do discurso. “Vai depender da sua entonação, da sua gesticulação”, brincou o reitor. O discurso era inflamado – “coisas de estudante revolucionário”, ele sorri. Mas o ponto alto da solenidade foi a presença da patronesse Niomar Muniz Sodré de Bittencourt, dona do Correio da Manhã, jornal emblemático no combate à ditadura. Na sua vez de discursar, ela contou a história do pai, jornalista e fundador do jornal, durante o Estado Novo... Uma forma inteligente de protestar diante da intenção dos militares de censurarem a formatura. “Mera coincidência”, ironiza Jones, que completa: “Tudo aquilo que ela dizia da ditadura de Vargas cabia naquele momento”. Niomar acabou detida após o encerramento da formatura, para prestar mais depoimentos. Seu jornal, no entanto, não resistiu à pressão e acabou sendo fechado tempos depois.

As histórias de Jones Figueirêdo naquela que seria sua segunda vocação, o jornalismo, são no mínimo interessantes. De conversas acompanhadas de uísque com Sarney, no antigo Grande Hotel, a driblar barreiras idiomáticas com boas ideias de improviso, Jones tem muitas delas. “O jornalismo foi uma experiência boa. Eu acho uma escola de vida. Porque você passa a ter um exercício de dialética, de retórica, de estilo, de tudo. Sempre foi muito bom, como aprendizado de vida, de humanidade”.

Jones viveu uma época do jornalismo que ele chama de “romântica”. Tempos onde o sujeito chegava diante de uma máquina de escrever Olivetti e começava a bater a pauta, sem poder errar – se errasse, jogava a página inteira no lixo. Tinha que escrever rápido, lead e sublead, concentrar ideias, escrever texto... Sem auxílio de Internet, celular ou agências de notícias na apuração. Só havia o legwalking, que o lendário jornalista Gay Talese tanto defendia: a necessidade do jornalista de botar o pé fora da redação e ir atrás de sua notícia.

Jones trabalhou em praticamente todas as principais editorias de um jornal. Só não trabalhou em jornalismo policial e esportivo. O primeiro pela cruzada das notícias, o envolvimento, até certo ponto, com os maus elementos. O segundo, por não lhe atrair. Começou na editoria de política. Cobria as sessões da Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe). Pouco tempo depois, foi transferido para a de economia, quase simultaneamente ao convite do deputado Paulo Rangel Moreira, então presidente da Alepe, para que ele chefiasse a bancada de imprensa do órgão. “Assim, ganhei meu segundo emprego”, conta.

Já como repórter de economia, cobria pautas relativas à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Foi onde conheceu Sarney. O governador do Maranhão tinha 35 anos e veio ao Recife para uma reunião com outros governadores da região, na Sudene. O chefe de Estado paraibano, João Agripino, defendia participação de lucro das empresas pelos empregados, tema que estava na agenda da Sudene. Quando Jones terminou seu dia de trabalho, partiu para a faculdade, passando depois pelo Grande Hotel, um dos melhores da cidade entre os anos 50 e 70, e onde estavam hospedados os que participariam da reunião. No Esquina 17, encontrou Sarney, tomando uísque. Ele o chamou para dividir a bebida e Jones aproveitou para perguntar: “A reunião de amanhã será uma pauta muito controvertida?”. Sarney disse: “Não, vai ter uma questão técnica amanhã, vamos suscitar um problema de quórum

qualificado e a reunião não vai acontecer”. “Mas o senhor me autoriza a dizer isso?”. “Pode, não vai ter reunião”. Jones correu para a redação, para não perder aquele furo. E aconteceu como Sarney disse... (Em tempo: o assessor de imprensa da Sudene era redator do Diário).

Além das editorias mais conhecidas, Jones trabalhou em uma que os mais jovens praticamente nunca ouviram falar (hoje, nem existe mais): personalidades em trânsito. Ele explica: “Gente importante que chegasse no Recife, eu cobria a visita. Tanto podia entrevistar um deputado suíço como discutir com um cientista nuclear sobre reator atômico, ou quem sabe, esbarrar com a Miss Brasil... Conheci Vera Fischer quando ela tinha 18 anos e veio aqui, de Joinville, para a Fecin (Feira de Comércio e Indústria do Nordeste), realizada onde hoje é a Jaqueira, em 1969”. Ele também fez a completa cobertura da visita da Rainha Elisabeth ao Recife, naquele ano.

Mas o grande desafio nessa editoria eram os estrangeiros. Jones admite que nunca teve grande domínio da língua inglesa. E pior, ele “concorria” com Lino Rocha, do Diário de Pernambuco, que, dentre tantas línguas, falava até russo. Um dia, recebeu a informação de que Euclides Zerbini, o “homem do coração”, médico que realizou o primeiro transplante de coração no Brasil, convidara o médico sul-africano Christiaan Barnard, que tinha realizado o primeiro transplante de coração do mundo, para palestrar, em São Paulo, sobre uma técnica nova que ele havia desenvolvido. Jones seguiu viagem e esperou o voo de Barnard no aeroporto. Chegando lá, na tentativa do furo de reportagem, encontra Lino Rocha. Não teve outra: os dois “disputaram” a atenção do médico. Jones fez uma entrevista rápida com Barnard. O médico havia descido junto com a tripulação. Jones teve uma ideia: procurou o capitão da aeronave e perguntou quem viajou ao lado de Barnard. Deu sorte. O companheiro de viagem do médico foi um empresário paulista. E melhor, os dois haviam conversado muito durante a viagem. Jones teve detalhes que Lino não conseguira, como saber que o

médico estava com uma enfermidade numa das mãos ou que já manifestava vontade de trabalhar com transplante de rins, por exemplo. Graças à astúcia de Jones em driblar a situação, o *Jornal do Commercio* publicou matéria muito mais ampla.

Jones Figueirêdo deixou o JC em 69, no fim do curso de jornalismo, para advogar. Seu velho amigo Gladstone foi enfático. “Jones, você não pode deixar jornal! Você vai escrever aqui pro *Diário*”. E assim, voltou à atividade jornalística, escrevendo uma coluna de notícias variadas e literatura, que ele não podia assinar por não ter vínculo trabalhista. Era algo que fazia mais por devoção do que por necessidade. Um freelancer em termos.

Não pense o caro leitor que a carreira jurídica de Jones Figueirêdo não tem a mínima relevância. Essa longa tratativa sobre o jornalista Jones, até agora, foi apenas para trazer um aspecto inusitado do ilustre desembargador. Maior prova disso é uma importante contribuição sua para a vida do brasileiro: a participação na Comissão Especial do novo Código Civil.

A reforma do Código Civil é um projeto que vem desde 1971. Na época, Jones estava terminando a graduação em direito. Foi criada uma comissão de notáveis para elaborar um anteprojeto de lei que pretendia mudar o Código Civil de 1916, até então vigente. O Executivo recebeu o anteprojeto e o encaminhou à Câmara Federal, em 1975. Ano em que Jones entrava na magistratura. Coincidências...

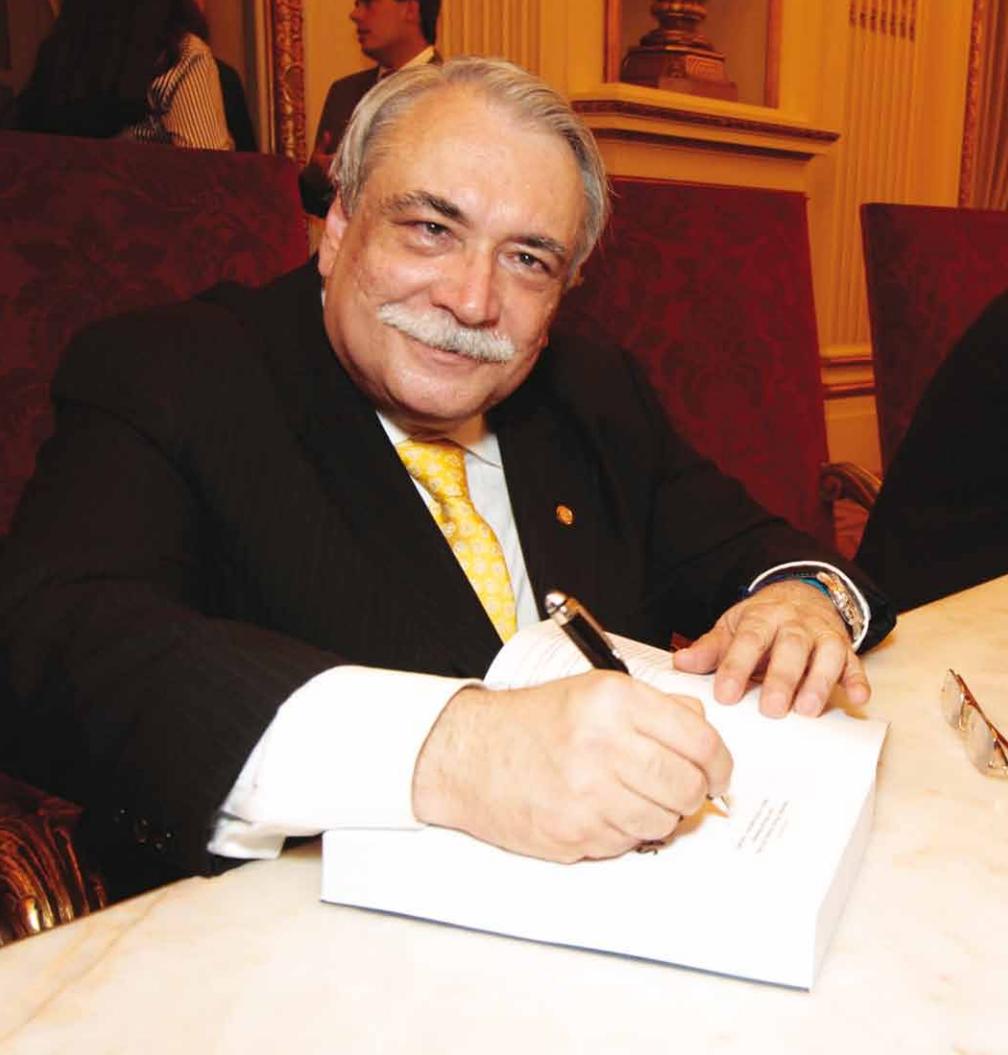
“Veja como as coisas são interessantes... Eu não comprei muito livro de direito civil porque os livros que eu tinha da faculdade eram todos do Código de 1916, e quando entrei na magistratura, foi exatamente quando se fez o primeiro projeto de lei do Código Civil. Pensei comigo ‘não vou comprar muito livro de direito civil porque vai mudar rapidamente’. E se passaram 27 anos... O projeto ficou na Câmara Federal de 1975 a 1984, e no Senado, de 84 a 96. Em 96, voltou para a Câmara apreciar as trezentas e poucas emendas do Senado. Em 99, criaram uma Comissão Especial na Câmara Federal para a reforma do Código Civil”.

O relator foi o pernambucano Ricardo Fiúza, e o presidente da comissão, João Castelo. Ficou resolvido que seriam feitas audiências públicas com vários juristas do país. Gente como Miguel Reale, autor do projeto original, Álvaro Vilaça, Moreira Alves, entre outros. Ao término da série de audiências, Fiúza quis a participação de alguém de Pernambuco e pediu indicação de nome ao TJPE. Jones foi indicado para fazer uma das palestras sobre o projeto na Comissão da Câmara Federal para os 32 deputados.

Jones notou logo um problema. O lapso de tempo entre o trâmite do projeto o deixou desatualizado, especialmente na presença da então recente Constituição Federal de 1988. “Havia um buraco negro e aquele projeto todo deveria ser salvo com normas de consonância. Ou seja, ajustar a legislação superveniente e fazer com que aquele texto pudesse ser adequado em relação à própria Constituição. Para se ter uma ideia, já existiam leis de união estável e o projeto sequer abarcava isso. Elenquei mais de 40 situações de inconstitucionalidade, por omissão ou porque havia uma quebra da própria ordem constitucional nova”, comenta o desembargador.

Fechada essa fase das sessões, foi feito um relatório geral da comissão. Foi por apontar esse problema do projeto que Jones acabou recebendo um convite de Michel Temer, presidente da Câmara Federal, para ficar à disposição da mesma e ajudar. Foram mais de seis meses, no ano de 1999; Jones estava começando sua carreira de desembargador no TJPE. O relatório preliminar teve mais de mil páginas. “Foi quando a Câmara resolveu fazer uma solução bicameral, permitindo que o projeto voltasse ao Senado, para que houvesse um parecer, atualizando-o, para depois retorná-lo à Câmara.

Àquela altura, o presidente da Câmara era Aécio Neves, que pediu a Jones para que retornasse e ficasse novamente à disposição. Assim se fez. Nessas voltas e voltas do projeto, ele finalmente é aprovado. “Repare bem, o primeiro projeto desse Código Civil foi publicado no *Diário do Congresso* quando eu entrei na magistratura. Mal



Como pesquisador, o desembargador Jones Figueirêdo colaborou em diversas obras jurídicas

sabia eu que 27 anos depois, viria ser participante junto à Comissão Relatora da reforma do Código Civil”.

O reconhecimento por esse trabalho está afixado na parede de seu gabinete, junto de tantos outros títulos. Uma foto e uma placa, com Aécio Neves e João Castelo, onde recebeu a Medalha do Legislativo pelos serviços prestados. Sobre a experiência, Jones comenta: “Foi muito boa. A primeira obra doutrinária sobre o CC teve minha participação. É muito importante você ver certas coisas que acontecem e que eu diria imprevisíveis”.

Em 1996, o Tribunal abriu um prêmio de monografias jurídicas. “Participei e ganhei o primeiro prêmio com uma monografia sobre o poder ex-officio”. Nos dois anos seguintes, conquistou a mesma honraria. Parou de se inscrever depois disso. Nesses três prêmios, todos foram sobre direito processual civil. “Eu não podia nunca imaginar que depois fosse me dedicar ao direito civil. E aconteceu acidentalmente, porque o relator da comissão era de Pernambuco, eu tinha chegado no TJ e ele pediu uma indicação de

nome pra fazer essa palestra. Eu fui o indicado. Nunca houve antes alguém que pudesse ser colocado à disposição de outro Poder como juiz pra trabalhar no processo legislativo”.

#### Deixando marcas

A importância do trabalho de Jones Figueirêdo também aparece em nível estadual. “Completei 36 anos de magistratura, iniciados em 27 de novembro de 1975. Se você considerar tudo que aconteceu em nosso Poder Judiciário, vai sempre encontrar minhas impressões digitais”. Ele não diz isso por orgulho besta, muito pelo contrário. Jones sempre teve interesse em trabalhar pelo Judiciário, indo além da função judicante. “Desde o primeiro minuto da minha carreira, sempre me dediquei a um trabalho institucional de cooperação com a melhoria do Judiciário”.

Uma das suas contribuições de grande vulto para o Tribunal de Justiça, e que mostra o quanto ele herdou o sentido visionário do pai, foi ele ter presidido o primeiro plano diretor de Informática do Judiciário pernambucano.

Nos idos de 1981, quando os computadores de grande capacidade eram os enormes mainframes, Jones estabeleceu o plano diretor de implantação do sistema de Informática do TJPE, tendo realizado visitas de benchmarking, em 1985, no Judiciário de São Paulo e de Belo Horizonte. A intenção era analisar o modelo dos sistemas de Informática dessas instituições e avaliar qual seria o mais adequado para o Tribunal.

Ao assumir a Presidência do TJPE, em 2008, ele deu continuidade a essa modernização, através da informatização de todas as comarcas de Pernambuco. Até junho daquele ano, nem metade das comarcas era informatizada. “Não havia ligação em rede alguma. A informatização se resumia a um computador na mesa. Partimos de 56 comarcas informatizadas e chegamos a 150, porque eu instalei a comarca de nº 150, Lagoa Grande. Fechou-se um ciclo”. E outro foi iniciado, com a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe), na gestão de José Fernandes de Lemos. “É uma obra que você vai botando um tijolo a cada dia. As coisas nunca terminam, tem acrés-

cimo permanente”, comenta Jones. E continua: “Problemas sempre existirão. Na medida que haja consciência de direitos, o exercício da cidadania vai exigir demandas novas. O Judiciário sempre precisará ser monitorado”.

### Patrimônio

O desembargador Jones Figueirêdo também tem séria participação na ampliação do patrimônio físico do Tribunal. Três estruturas que existem atualmente tem, como ele mesmo diz, suas impressões digitais.

O Memorial da Justiça, que tem como função principal “guardar, preservar, organizar e divulgar a documentação histórica da Justiça pernambucana, de modo a disponibilizar seu acervo à pesquisa”, além de ser um espaço cultural do Poder Judiciário, nasceu de seu intento. O prédio do Memorial, localizado no Forte do Brum, ao lado da fábrica da Pilar, era uma estação de trem e pertence à Rede Ferroviária Nordeste (RFN). Seria vendido para a iniciativa privada, mas Jones entrou em contato com o diretor regional da RFN, Paulo Araújo. “Vamos trabalhar uma cessão de uso, por 30 anos, para o Tribunal, que a gente pode fazer lá um memorial da Justiça”. Ele se empolgou com a ideia e respondeu com um pedido: “Eu só quero que você preserve a parte da locomotiva, a estrutura da estação”. Jones trabalhou a cessão de uso para a corregedoria, e assim nasceu o Memorial da Justiça, no ano de 1992. Isso aconteceu quando ele era juiz corregedor auxiliar na gestão do corregedor geral desembargador Itamar Pereira. Dentre as atividades mais recentes do lugar, estão as oficinas de férias, voltadas para crianças entre quatro e dez anos, realizadas ao longo do mês de julho.

Antes de abrigar as atividades do Judiciário, o Fórum Thomaz de Aquino foi um hotel. O Grande Hotel estava desativado já havia algum tempo e pertencia ao Estado, sendo arrendatário o Grupo Monte. Só existia o Fórum Paula Batista, com varas criminais e cíveis. Jones era então assessor do presidente Etério Galvão. Joaquim Francisco prometeu que poderia ceder esse prédio ao Tribunal, só que o lobby

do trending turístico impedia que ele efetivasse a cessão do comodato. As negociações empacaram. Roberto Pereira, diretor da Empresa de Turismo de Pernambuco (Empetur) naquela época, ficava sempre adiando, sempre soltando um “hoje não, amanhã”...

Numa sexta-feira, Jones resolveu que iria dar conta do problema. Chegou na Secretaria de Turismo, que era no Centro de Convenções, e disse: “Eu preciso da chave do Grande Hotel”. O funcionário informou que o secretário não se encontrava no local por conta de uma homenagem póstuma ao seu pai, Nilo Pereira. Jones ficou tranquilo e disse que esperaria para receber a chave. Ficou por lá até as 16h30, quando Roberto Pereira fez uma ligação para ele, dizendo que a chave estava com Romeu da Fonte, do Grupo Monte. Recados foram repassados e logo Jones estava em contato com Romeu, pelo qual soube que o único empecilho para entregar o hotel era seu mobiliário.

“Peguei o pessoal da Secretaria do Governo para fazer um inventário das louças, utensílios, móveis, tudo que estava dentro. O hotel estava fechado, pertencia ao Estado, mas tudo que estava lá pertencia ao Grupo Monte. Chamei Ordolito Azevedo, da Procuradoria do Estado, e que era membro do Serviço de Patrimônio do Estado, e fizemos o inventário”. Desde a portaria até o último andar, Jones coordenou o trabalho de inventariar todos aqueles bens, sob o olhar da comissão de trabalho do Serviço de Patrimônio do Estado. Todos os itens foram para o Estado, que ficou como guardião daquelas peças, e o prédio foi entregue ao Tribunal.

Por fim, o Fórum do Recife, na Ilha Joana Bezerra, também tem a marca de Jones Figueirêdo. Foi ele quem trabalhou a adaptação da planta original. O projeto do Fórum do Recife não foi licitado, mas sim concursado, e o vencedor foi um escritório de arquitetura composto por Paulo Raposo, Mônica Raposo e o pai, Moisés. Eles têm direito autoral sobre o projeto. Porém, na hora de construir o prédio, o projeto não atendia às necessidades funcionais, pois as baterias dos bancos

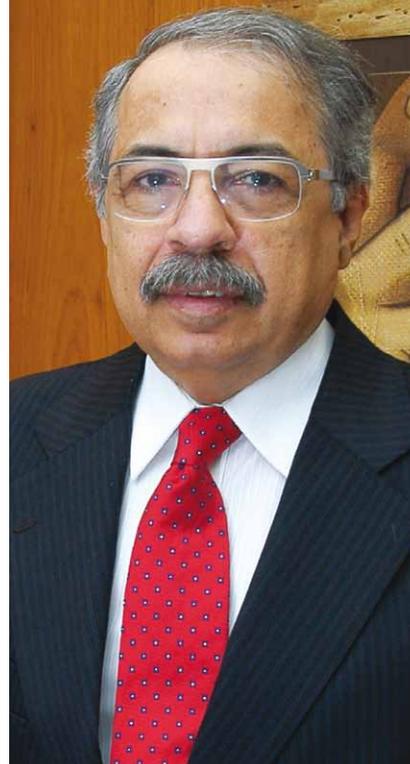
ficaram distantes dos distribuidores judiciais. Quem resolveu o problema foi Jones, desenvolvendo todo o layout que operacionalizou o fórum.

“É interessante porque o filme passa e você vê como as coisas aconteceram”... O desembargador relembra Benildes Ribeiro e sua obra, Diagnóstico do Poder Imolado, um grande inventário do Judiciário pernambucano até 1985. Além de texto, Jones colaborou no livro com várias fotografias das comarcas do interior, muitas sucateadas quando produzido o livro. O Fórum de Ouricuri, por exemplo, funcionava numa garagem da Prefeitura. Benildes, diz ele, foi um dos maiores gestores do Judiciário estadual, carismático, líder nato, exemplo de juiz.

Jones Figueirêdo é um humanista e pesquisador. Gosta de história, nomeadamente a medieval. Cinéfilo, tem uma cinemateca pessoal com mais de oito mil DVDs, todos de filmes clássicos, de diretores notáveis e de filmes premiados. E mais: profundamente religioso, mariano confesso, fez dois anos de teologia, com o teólogo espanhol Manolo, na Universidade Católica de Pernambuco; coleciona postais de igrejas do mundo (mais de dois mil) e possui uma biblioteca específica sobre cristologia.

O tempo da conversa, infelizmente, havia acabado. Jones precisava entrar em reunião. Ficou aquele gostinho de que haveria muito mais a ser contado. Mas pelo visto, talvez faltasse espaço para contar tudo. Ao menos, ficou um pouco dele nesse texto, de suas múltiplas experiências e de sua importância na história recente do Tribunal de Justiça. “Hoje, eu não estou preocupado com currículo. Estou ocupado com a biografia. No final das contas, são esses pequenos fatos que vão historicizando a sua vida, não é?”. •

**Geraldo Og Nicéas Marques Fernandes**  
Ministro do Superior Tribunal de Justiça



## Homenagem ao Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco pelos 190 anos

É verdadeira honra aceitar o convite para integrar o projeto editorial concebido pela atual gestão do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, em celebração ao ano em que o Tribunal de Justiça completa íntegros e memoráveis 190 anos de existência.

Igualmente prazeroso é declarar que minhas origens profissionais possuem fortes vínculos com a Justiça pernambucana, na qual decidi iniciar minhas aspirações judicantes.

O Tribunal de Justiça de Pernambuco foi instituído em 1821, por ato de Dom João VI, recebendo, na altura, a denominação de Tribunal da Relação de Pernambuco, seguindo, obviamente, a nomenclatura atribuída às cortes judiciais portuguesas.

Em agosto de 1822, ocorrem as instalações do Tribunal, de forma ainda não definitiva. Em 1930, sua sede foi transferida para o local onde, atualmente, funciona o Palácio da Justiça.

Segundo os registros históricos de nosso Estado, o lugar sede do Tribunal de Justiça pertenceu ao Palácio Vriburgh, que pode ser traduzido como “Alcançar a Liberdade”.

É, também, nessa respeitável Casa de Justiça que a sua história nos brinda com registros de ações de liberdade do homem escravo impetradas ainda no século XIX e patrocinadas por juristas célebres como Tobias Barreto, para quem “nenhum povo é realmente

grande, senão pela liberdade que tem ou que conquista”.

É por essas e tantas outras razões que enxergo no Tribunal pernambucano órgão tutelar da liberdade – contra toda opressão considerada ilegítima, imoral ou contrária ao homem e da expressão ética da igualdade, como preleciona o ilustre jurista Miguel Reale.

Desde os seus primórdios, o Tribunal de Justiça de Pernambuco engrandece o nosso Estado e o seu povo, com julgados que mereceram a imortalidade histórica.

Apresento ao nosso Tribunal, que tive a honra de presidir e que, neste ano, se aproxima do seu segundo século de humanista e profícua existência, as minhas especiais homenagens, e aos seus atuais gestores, as minhas felicitações. •

“

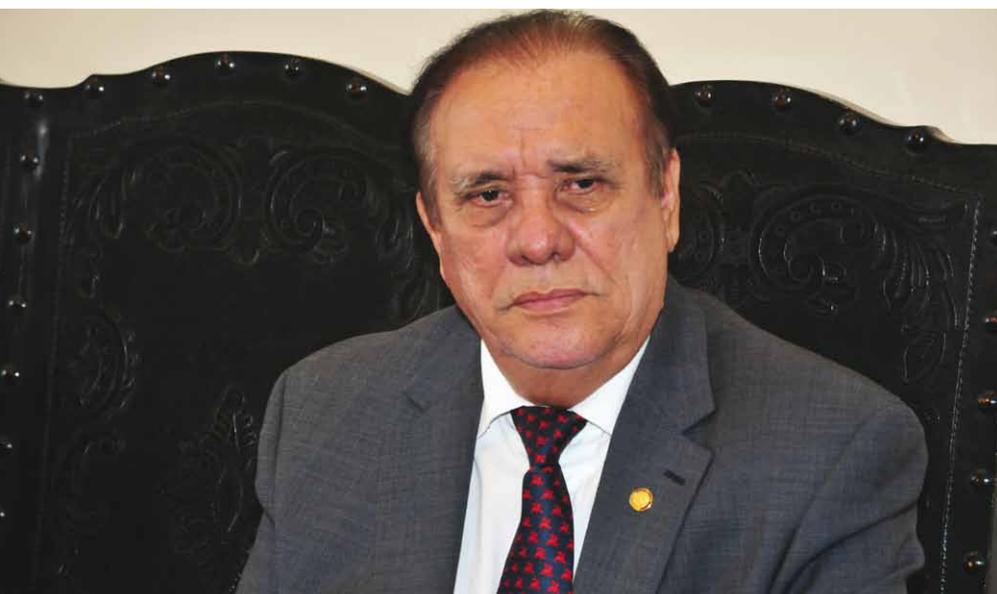
Desde os seus primórdios, o Tribunal de Justiça de Pernambuco engrandece o nosso Estado e o seu povo, com julgados que mereceram a imortalidade histórica

”

# Justiça amplia quadros para atender melhor

Com o objetivo de dar celeridade aos processos judiciais, o TJPE tem investido na ampliação do quadro de servidores e magistrados

Rebeka Maciel



Jovaldo Nunes: “Só através de nossos servidores e magistrados é que podemos melhorar a prestação jurisdicional”

Melhorar o atendimento à população e fazer uma Justiça efetiva. Essas têm sido prioridades no Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). Para alcançar os seus objetivos, o Judiciário tem investido não só em construção de fóruns e instalação de varas, mas também na ampliação dos quadros de servidores e magistrados para dar celeridade aos processos judiciais.

Segundo o presidente do TJPE, desembargador Jovaldo Nunes, investir no capital humano do Judiciário é fundamental para melhorar o atendimento ao jurisdicionado e garantir uma estrutura ideal para o bom funcionamento das unidades judiciárias. “Só através de nossos servidores e magistrados é que podemos melhorar a prestação jurisdicional. E isso vai beneficiar quem? O cidadão, que está lá na ponta, em busca de uma Justiça eficaz”, destaca.

Para ampliar os quadros, o Tribunal realizou concursos para servidor e juiz substituto. O certame de servidor abriu 203 vagas, mas, desde que foi homologado, em março, mais de 400 aprovados, entre técnicos judiciários, analistas judiciários e oficiais de justiça, foram nomeados.

Por iniciativa do Tribunal, também foi aprovada a Lei 14.684, que cria 1.019 cargos de servidor efetivo no âmbito do Judiciário estadual. A norma tem como objetivo dotar cada vara de um quantitativo mínimo de servidores que vai garantir o bom funcionamento da unidade.

A publicação da lei efetiva a criação de 564 cargos de analista judiciário, 387 cargos de técnico judiciário e 68 de oficiais de justiça. Com isso, a partir de janeiro de 2013, cada unidade de 1ª Entrância passará a funcionar com dois oficiais de justiça, dois analistas judiciários e quatro técnicos judiciários; na 2ª Entrância, serão dois oficiais de justiça, dois analistas judiciários e cinco técnicos judiciários; e na 3ª Entrância, dois oficiais de justiça, três analistas judiciários e seis técnicos judiciários.

Em junho, o Tribunal nomeou os 49 aprovados no concurso para o cargo de juiz substituto. Os novos magistrados vão atuar em varas das comarcas de 1ª Entrância. De acordo com o presidente, os novos juízes preenchem cerca de 1/3 das vagas existentes para magistrados, cerca de 160. Por isso, um novo concurso está sendo organizado com o intuito de preencher as vagas restantes. •



O Comitê para Prestação de Serviço de Informação ao Cidadão, que tem o objetivo de trabalhar a Lei nº 12.527 no âmbito do Judiciário estadual, será coordenado pelo desembargador Eurico de Barros

## Transparência é prioridade no TJPE

Ações importantes foram implantadas visando disponibilizar informações sobre gestão orçamentária e financeira, quadro de pessoal e respectiva estrutura remuneratória

### Rebeka Maciel

A busca por transparência e acessibilidade tem sido uma tônica nos órgãos públicos. Mas o que era apenas uma tendência virou regra em maio deste ano, quando entrou em vigor a Lei nº 12.527, conhecida como Lei de Acesso à Informação. Antes disso, porém, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) colocou essa ideia em prática. Em 2010, lançou o Portal da Transparência, no qual disponibiliza informações sobre gestão orçamentária e financeira, quadro de pessoal e respectiva estrutura remuneratória.

A criação do site tomou como base a Resolução nº 102, de 15 de dezembro de 2009, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e atende ao princípio constitucional da publicidade dos atos, previsto no art. 37. Com o intuito de ampliar a comunicação entre o Judiciário e a população, o portal, instalado no sítio do TJPE, também foi incrementado com informações adicionais de interesse público, como estatística sobre ausência de magistrados, relatório sobre audiências de júri, lista de veículos oficiais e dados sobre os gastos realizados em compras ou contratação de obras e serviços pelos órgãos do Tribunal.

Para o diretor geral do TJPE, Leovegildo Mota, a Lei de Acesso à Informação vai complementar o trabalho que já é desenvolvido pelo Judiciário de Pernambuco, uma vez que vai além das informações disponibilizadas no Portal. “A norma é mais minuciosa, detalhista.

Por isso, pretendemos reestruturar o Portal da Transparência, que vai trazer informações mais amplas”, explica.

O presidente do Tribunal, desembargador Jovaldo Nunes, criou o Comitê para Prestação de Serviço de Informação ao Cidadão. O grupo, gerido pelo ouvidor geral do TJPE, desembargador Eurico de Barros, tem o objetivo de trabalhar a lei no âmbito do Judiciário estadual. Também integram o Comitê a secretária de Tecnologia da Informação e Comunicação, Norma de Miranda Lyra, o assessor técnico da Coordenadoria de Planejamento, Paulo Emílio Tavares Pessoa de Melo, e o juiz Luiz Gomes da Rocha Neto.

O Comitê tem, entre suas atribuições, o atendimento e orientação do público quanto ao acesso a informações. Ainda informará sobre a tramitação de documentos nos órgãos e unidades internas, e deverá protocolar documentos e requerimentos de acesso, promover a divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações, e desenvolver ações institucionais visando a fomentar a cultura de transparência.

Segundo o coordenador do Comitê, Eurico de Barros, o grupo já está trabalhando para disciplinar internamente a Lei de Acesso à Informação. “Realizamos algumas reuniões e estamos em contato com o CNJ para ver que medidas serão tomadas para garantir a efetividade da norma”, afirma. •

# Poderees firmam parcerias em prol da segurança pública e desenvolvimento do Estado

Judiciário se une ao Executivo em programas que priorizam o combate à criminalidade e o progresso de Pernambuco

**Wesley Prado**

As parcerias entre os Poderes que compõem o Estado são essenciais para um progresso harmonioso da sociedade. Quando eles comungam um objetivo comum, é a população quem colhe os frutos. No caso do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e do Governo do Estado, dois projetos têm recebido muita atenção nos últimos anos. São eles o programa Pacto pela Vida e a construção da ferrovia Transnordestina.

O Pacto pela Vida começou em 2007, uma iniciativa do governador Eduardo Campos para combater a violência no Estado. Na época, Pernambuco era líder nacional em número de mortes. O programa nada mais é do que uma articulação entre Governo, TJPE, Ministério Público, Defensoria Pública, Secretaria de Defesa Social do Estado e demais órgãos relacionados, realizando várias reuniões para discutir como debelar o número de assassinatos, ou Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), e mantê-los em níveis controlados. Anualmente, o programa estabelece a redução de 12% na taxa de homicídios

Basicamente, o Pacto pela Vida se organiza num Comitê Gestor, que administra as atividades do programa de forma geral, e cinco câmaras setoriais (Segurança Pública; Articulação do Ministério Público, Poder Judiciário e Defensoria Pública; Defesa

Social; Sistema Prisional; e Enfrentamento do Crack e Outras Drogas). A atuação do Judiciário dentro do Pacto pela Vida refere-se ao acompanhamento e discussão dos problemas de violência no Estado. O Judiciário não participa apenas com sugestões, mas também com ações concretas, como dar agilidade ao trâmite processual e prioridade nos casos de envolvidos em CLVIs. Ainda dentro das ações do Judiciário, destaca-se a criação de mais varas criminais, a nomeação de mais magistrados nessa área, a lotação de servidores e a melhoria do ambiente de trabalho visando ao aumento da produtividade.

As reuniões ocorrem nas terças-feiras, com a Câmara Setorial de Articulação, e nas quintas-feiras, com o Comitê Gestor – presidido uma vez por mês pelo governador Eduardo Campos e, nas outras três vezes, pelos secretários de Planejamento e Gestão e de Defesa Social, Alexandre Rebelo e Wilson Damázio, respectivamente. Nas reuniões das quintas, participam todas as câmaras e órgãos de segurança e de planejamento do Estado, como a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (Sejudh) e, eventualmente, a Secretaria de Saúde. Em ambas as reuniões, o representante do Poder Judiciário é o juiz assessor da Presidência do TJPE, Humberto Inojosa.



O representante do Judiciário nas reuniões do Comitê Gestor do Pacto pela Vida é o juiz assessor da Presidência do TJPE, Humberto Inojosa

Uma das iniciativas que trouxe grande avanço no combate ao crime em Pernambuco foi a criação de um livro digital com os mil procurados mais perigosos do Estado. O livro – em formato digital e contendo fotografia e histórico criminal dos procurados – foi distribuído para todos os juízes criminais de Pernambuco, promotores de Justiça do Ministério Público estadual, delegacias e demais entidades. O grau de sucesso do Pacto tem sido crescente desde que foi implantado, demonstrando a eficácia da atuação conjunta entre os Poderes.

O Pacto pela Vida divide o território pernambucano em 26 Áreas Integradas de Segurança (AIS). Cada uma dessas AIS é dividida em oito territórios, por sua vez geridos por um coronel da Polícia Militar e um delegado de polícia, chamados comandantes de territórios. A eles, estão subordinados todos os batalhões da Polícia Militar e outras unidades militares, além de todas as delegacias de polícia daquela área.

Em cada avaliação do Comitê Gestor, são discutidos o quantitativo de mortes, o grau de eficiência das AIS, com metas a serem cumpridas. Se a meta não é alcançada, os comandantes das AIS com problemas prestam contas da sua jurisdição, informando qual foi a deficiência e a motivação dos crimes. Também é feito um perfil dos

criminosos e das vítimas para verificar se aquela ocorrência poderia ter sido evitada pelo programa – por exemplo, uma briga de vizinhos que porventura acabe em morte é uma ocorrência praticamente impossível de ser controlada.

Além de discutir o combate à violência pela ação policial e judiciária, o Pacto pela Vida também discute complementações sociais a esse investimento, como a deficiência de moradia, escolas, áreas de lazer e atividades. Essas questões são levadas ao Executivo, permitindo um retorno não apenas pelo viés da Lei, mas também da dignidade humana.

#### Transnordestina

Outra iniciativa do Governo, e que conta com apoio do Tribunal de Justiça de Pernambuco, é a construção da ferrovia Transnordestina, que corta 32 municípios pernambucanos. A ferrovia tem a missão de dar início a um longo ciclo de desenvolvimento no Nordeste, já que vai unir os portos de Pecém e Suape ao cerrado do Estado do Piauí, elevando assim a competitividade da produção agrícola e mineral da região nordestina. Para a concretização da obra, será necessária a desapropriação de terrenos e algumas moradias ao longo do trajeto por onde passará a ferrovia. É nesse ponto que entra o TJPE: na intermediação das



Juntos com representantes do TJPE, a presidente da República, Dilma Rousseff, e o governador do Estado, Eduardo Campos, visitaram comarcas por onde passa a Transnordestina, com o objetivo de otimizar a construção da ferrovia

negociações entre os donos dessas propriedades e o Estado. Foram 2.920 processos, num trecho que se inicia em Araripina, indo em perpendicular até Salgueiro e daí até o Porto de Suape, seguindo um traçado próximo da BR-232.

O governador Eduardo Campos, junto com a equipe da Procuradoria Geral do Estado (PGE), se reuniu no TJPE com os 32 juizes das respectivas comarcas por onde passará a estrada de ferro. Na ocasião, o juiz Humberto Inojosa foi designado para coordenar os trabalhos relativos ao Judiciário, representando a Presidência do TJPE.

“Viajamos o Estado inteiro, sempre em contato com os magistrados dessas comarcas, para estabelecer com eles uma linha uniforme de trabalho e cuidar desses processos com maior celeridade”, comenta Inojosa.

Como toda grande obra, porém, a Transnordestina não seguiu sem percalços. “Teve trecho que ficou paralisado devido à existência de sítios históricos descobertos no traçado da ferrovia”, conta o juiz. Na cidade de Custódia, por exemplo, foi necessário fazer um desvio para preservar uma igreja com os restos de um cemitério quilombola. Já em Palmares, o desvio foi por conta das barragens, após as cheias que atingiram a região no ano passado. E na altura do município de Arcoverde, um túnel cruzando a BR-232 está sendo construído. Com as referidas obras inacabadas em alguns trechos, também há um evidente atraso na tramitação dos processos judiciais. Continuam pendentes cerca de 150 ações, contudo, ressalta-se que o Poder Judiciário praticamente assumiu toda a sua responsabilidade na parceria com o Governo. •

## Frederico Neves cria Núcleo de Apoio aos Juízes e Centro de Orientação Forense

O centro será integrado por juízes e desembargadores, designados pelo corregedor geral da Justiça, que vão atuar sem prejuízo do exercício da função jurisdicional ou administrativa

### Rosa Miranda

O corregedor geral da Justiça do Judiciário estadual, desembargador Frederico Neves, conseguiu a aprovação do projeto de resolução para a criação do Núcleo de Apoio aos Juízes (NAJ) e do Centro de Orientação Forense (COF). O projeto foi aprovado no dia 23 de abril, por unanimidade, na sessão da Corte Especial do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), e não cria novos cargos nem despesas para o Poder Judiciário. “Nosso objetivo é melhorar o canal de comunicação com a magistratura pernambucana, fomentando a troca de experiência e dando apoio aos nossos juízes”, explicou o corregedor na ocasião.

A Corregedoria Geral da Justiça é, segundo estabelece o art. 35 do Código de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco (Lei Complementar Estadual nº 100/2007), órgão de fiscalização, controle, orientação forense e disciplina dos magistrados da 1ª Instância, dos serviços auxiliares da Justiça das primeiras e segundas instâncias, dos juzados especiais e dos serviços públicos delegados. Para a Corregedoria Geral de Justiça desenvolver ações efetivas, no entanto, implicava em estruturar um órgão especificamente destinado a estabelecer um canal direto de comunicação com os juízes do Estado; além de outro com o objetivo de sistematizar a orientação forense e o esclarecimento das dúvidas jurídicas apresentadas pelos juízes.

Entre as atividades do NAJ, além do atendimento exclusivo e individualizado dos juízes, destacam-se: receber consultas, diligenciar junto aos setores administrativos competentes e prestar informações e esclarecimentos sobre atos, programas e projetos da Corregedoria Geral da Justiça e do Conselho Nacional de Justiça; receber informações, sugestões, reclamações, críticas



e elogios dos juízes sobre as atividades da Corregedoria Geral da Justiça e encaminhar tais manifestações aos setores administrativos competentes, mantendo o magistrado sempre informado sobre as providências adotadas.

O Centro de Orientação Forense sistematiza a ideia de que os magistrados mais experientes, notadamente aqueles em exercício em unidades especializadas, podem prestar inegável contribuição para o aprimoramento do exercício da função jurisdicional, compartilhando conhecimentos, orientando os juízes e esclarecendo-lhes as dúvidas. O COF será integrado por juízes e desembargadores designados pelo corregedor geral da Justiça, que atuarão, sem prejuízo do exercício da função jurisdicional ou administrativa. •

Frederico Neves: “Nosso objetivo é melhorar o canal de comunicação com a magistratura pernambucana, fomentando a troca de experiência e dando apoio aos nossos juízes”

# Corregedoria implanta Penhora Online

A finalidade da iniciativa é dar celeridade ao tráfego das ordens judiciais e certidões para averbações de penhoras

Rosa Miranda



O evento do termo de assinatura da Penhora On Line aconteceu, no dia 8 de junho, no gabinete da Presidência do Judiciário estadual

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), através da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ), celebrou um Termo de Cooperação Técnica (TCT) com a Associação dos Registradores Imobiliários de São Paulo (Arisp). O objetivo do termo é implantar o sistema de Penhora Online e estabelecer um intercâmbio de informações por meios eletrônicos em Pernambuco.

“Queremos dar celeridade ao tráfego das ordens judiciais e certidões para averbações de penhoras”, explicou na ocasião o corregedor geral da Justiça, desembargador Frederico Neves. A ação também vai atender

requisições de pesquisas para localização de imóveis e emissão de certidões digitais pelas Serventias Extrajudiciais de Registro de Imóveis, que prevê adesão pelo Poder Judiciário.

Assinaram o TCT o presidente do TJPE, desembargador Jovaldo Nunes; o corregedor geral da Justiça, desembargador Frederico Neves; e o presidente da Arisp, Flauzilino Araújo dos Santos. Magistrados, servidores e representantes dos cartórios estiveram presentes. O evento aconteceu no dia 8 de junho, no gabinete da Presidência do Tribunal, no Palácio da Justiça. •

# Investimento em conciliação resgata forma natural de resolução de conflitos

A atuação do Sistema de Resolução Consensual e Arbitral de Conflitos conquistou índices de sucesso em quatro anos de atividade

**João Guilherme Peixoto**

Uma solução definitiva, pacífica e acessível para as lides. Eis uma definição pertinente para o Sistema de Resolução Consensual e Arbitral de Conflitos do Poder Judiciário de Pernambuco. Composto pelas Centrais, Câmaras e Serviços de Conciliação, Mediação e Arbitragem, bem como pelas Casas de Justiça e Cidadania e do Programa Justiça Comunitária, o projeto completa quatro anos com resultados mais que animadores.

Em relação aos índices de conciliação no Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), somente em 2011, a marca atingiu os 80%. Em 2008, esse percentual era de 60%. Já em relação ao resultado acumulado, que é mensurado pela diferença entre a quantidade de audiências marcadas e o número de acordos efetuados, o TJPE atingiu 78% em 2011.

Para Adriano Costa, chefe do núcleo de apuração da produtividade e comunicações da Coordenadoria do Sistema de Resolução Consensual e Arbitral de Conflitos, o crescimento é fruto de muita dedicação e trabalho da equipe. “Acredito que nossa preparação e experiência contribuem muito para atingirmos nossas metas. A atuação dos conciliadores e mediadores tem sido bastante elogiada pelos usuários do sistema”, declarou.

Segundo o coordenador geral do Sistema, desembargador Leopoldo Raposo, um dos grandes diferenciais do programa é a estrutura multidisciplinar (composta por psicólogos, advogados, assistentes sociais, entre outros), o que resulta em uma composição mais harmônica do sistema.

“A proposta aqui é transcender os limites da atividade judicante tradicional. Estamos acostumados a uma Justiça imperativa, focada na figura do magistrado e na capacidade recursal. Aqui, nas Centrais e Câmaras de Conciliação, Mediação e Arbitragem ocorre justamente o oposto. Nós estimulamos as partes a encontrar a solução do conflito. Isso gera ganho moral e harmonia no final da cadeia”, afirmou o desembargador.

Um dos beneficiados pelo sistema de resolução de conflitos é o autônomo Amaro Siqueira, que rapidamente teve sua lide solucionada pela técnica de conciliação. “A gente muitas vezes pensa que tudo na Justiça é lento e não funciona. Mas aqui fui muito bem atendido e resolvi rapidamente minha questão”. Amaro buscava a realização de um divórcio.

## Mutirões

Para desenvolver ainda mais a proposta de agilização processual decorrente da adoção de uma política de conciliação, mediação e arbitragem na Justiça pernambucana, foi criado em fevereiro deste ano, o Núcleo de Agilização Processual. O objetivo é promover mutirões de ações com a mesma demanda processual. A iniciativa busca agilizar a solução desses processos. Com a criação da unidade, os mutirões deixaram de ser atividades esporádicas, tornando-se uma política de ação permanente com uma agenda quadrimestral. Sob a coordenação da juíza e responsável pelo Núcleo de Agilização Processual da Central de Conciliação, Luzicleide Vasconcelos,



os mutirões visam ressaltar a cultura da conciliação.

Um dos projetos que já fazem parte do calendário do Sistema de Resolução Consensual e Arbitral de Conflitos é o Mutirão do Seguro Obrigatório DPVAT. O evento visa solucionar as ações que tratam da cobrança de indenização a título de seguro obrigatório, que indeniza vítimas de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT). Este ano, sua quarta edição resultou em um índice de conciliação de mais de 70%. Alunos da graduação de direito da Faculdade de Boa Viagem, do Instituto de Ensino Superior de Olinda e da Faculdade de Olinda participaram como voluntários do mutirão. “É muito bom colaborar com a sociedade. Estou começando o curso agora e é uma ótima oportunidade de aprender sobre a profissão”, afirmou o voluntário André Oliveira.

Outro evento que já apresenta resultados animadores é a Semana Pernambucana de Conciliação. A terceira edição do mutirão, promovida entre 14 e 18 de maio, resultou em 211 audiências realizadas com a solução de 150 processos, movimentando R\$ 285 mil. As ações levadas ao mutirão

tratavam de questões de consumo que envolviam as empresas Oi/Telemar, Banco do Brasil, Íbis C&A, Itaú, HSBC Losango e Vivo Celular. Para um dos juízes coordenadores do evento, Heraldo José dos Santos, esta iniciativa oxigena o TJPE. “Nós, do Judiciário, devemos fomentar, nas partes, que a conciliação é uma forma de resolver as lides”, declarou.

#### Novas unidades

Para ampliar a atuação do Sistema de Resolução de Conflitos do TJPE, novas unidades estão sendo instaladas em todo do Estado. Somente em 2012, cidades como Timbaúba e Santa Cruz do Capibaribe receberam câmaras de conciliação. Hoje, o Tribunal conta com 18 delas, que estão instaladas, por exemplo, em instituições de ensino superior. Para Rômulo Freitas Filho, coordenador da Câmara de Conciliação das Faculdades Integradas Barros Melo (Aeso), a construção das unidades gera espaços democráticos de acesso à Justiça. “A resolução surge através do diálogo. Acredito muito nessa prática, já que as soluções são concebidas de forma harmoniosa. É uma verdadeira revolução silenciosa”, afirma. Já em relação às centrais,

que funcionam exclusivamente em unidades da Justiça pernambucana, seis já foram inauguradas. Garanhuns e Pesqueira também receberão novas unidades.

Para o diretor do Fórum de Santa Cruz do Capibaribe, juiz Tito Lívio Araújo, a conquista para o município de uma unidade do Sistema de Resolução Consensual e Arbitral de Conflitos reflete um desejo antigo. “Esperamos que a Central de Conciliação, Mediação e Arbitragem de Santa Cruz produza resultados positivos para o Judiciário pernambucano, o que representa uma atuação séria na pacificação social e nos conflitos do dia-a-dia”, declarou.

#### Documentário

Em consonância com os resultados positivos apresentados pelo Sistema de Resolução de Conflitos, a Assessoria de Comunicação do TJPE prepara o lançamento, ainda em 2012, de um mini-documentário sobre a atuação dos diversos setores do projeto. A proposta do material é abordar as principais ações desenvolvidas pelo programa e traz depoimentos que revelam procedimentos e condutas adotadas pelos participantes.



Turma de voluntários assiste ao curso de mediação judicial, na Escola da Magistratura Federal, no dia 22 de maio



Vânia Loureiro: “Hoje somos referência no treinamento sobre técnicas de mediação e conciliação”

## Tribunal tem programa de treinamento de voluntários próprio e aprovado pelo CNJ

**Bruno Brito**

Os voluntários que são aprovados em seleção para atuar nas Centrais de Conciliação, Mediação e Arbitragem (CCMA) são submetidos a um programa de treinamento do Tribunal com carga horária e conteúdo próprios. A iniciativa tem aprovação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O treinamento está dividido em quatro cursos: mediação judicial (40 horas/aulas), sistema mediador (20 horas/aulas), organização e funcionamento da CCMA (5 horas/aulas) e funcionamento da secretaria das CCMA (4 horas/aulas). As aulas teóricas e práticas acontecem nas comarcas de Recife, Garanhuns, Caruaru e Petrolina. Magistrados e servidores atuam como instrutores. O objetivo dos cursos é padronizar a qualidade dos procedimentos adotados pelos mediadores e conciliadores.

Segundo a chefe do Núcleo de Capacitação e Treinamento da Coordenadoria Geral do Sistema de Resolu-

ção Consensual e Arbitral de Conflitos do TJPE, Vânia Loureiro, o curso mediação judicial foi criado pelo CNJ. “O Conselho realizou dois cursos de formação de instrutores em mediação e conciliação entre o segundo semestre de 2011 e o primeiro semestre de 2012. Ao todo, a Presidência do TJPE enviou 13 servidores para Brasília. Eles foram capacitados para atuar como multiplicadores no seu próprio Estado e em outros tribunais de Justiça”, afirma.

Além de ensinar as técnicas de mediação de conflitos de acordo com o padrão nacional, o TJPE ainda tem dois assuntos incluídos no programa de treinamento. “Ministramos as disciplinas qualidade no atendimento e lavratura de acordos. Essa proposta de ensino foi enviada para o CNJ, que a aprovou em sua integralidade. Hoje somos referência no treinamento sobre técnicas de mediação e conciliação”, declara Loureiro. •



Para o desembargador Leopoldo Raposo, coordenador geral do Proendividados, o Tribunal de Justiça de Pernambuco demonstra sua permanente preocupação com a cidadania ao manter em sua estrutura o núcleo de apoio e reeducação ao superendividado

## Proendividados comemora aniversário de um ano com índice de acordos de 80%

A iniciativa visa reintegrar as pessoas atendidas no programa à vida econômica e financeira mediante uma revisão dos conceitos em relação ao consumo

### Wesley Prado

O programa de tratamento de consumidores superendividados (Proendividados) completou um ano no fim do mês de abril com resultados muito satisfatórios. Foram mais de 3 mil audiências de conciliação, totalizando uma média mensal de 250 sessões. Cerca de 2.500 audiências resultaram em acordo, registrando um índice de conciliação de 80%.

Inserido na estrutura da Central de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Capital, do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), o Programa Proendividados tem por finalidade desenvolver e executar ações que promovam tratamento, acompanhamento e resolução amigável de conflitos que envolvam consumidores em situação de superendividamento.

Em um ano de atividade no Recife, foram atendidas cerca de 7 mil pessoas, com média mensal de 500 pessoas. Os valores homologados nos acordos ultrapassam R\$ 12,3 milhões. Vale ressaltar que tal quantia é calculada sobre os valores negociados nos acordos, normalmente com descontos para facilitar a vida do devedor. Para evitar uma nova situação de superendividamento, o programa também

oferece aos consumidores atendidos assistência social e psicológica, além de cursos específicos para auxiliá-los na sua reeducação financeira.

De acordo com o coordenador geral do Proendividados, desembargador Leopoldo Raposo, a iniciativa vem atender às expectativas da sociedade para a solução do seu descontrole financeiro. “Não se encontra nem no Código Civil nem no Código do Consumidor nada que proteja as pessoas do superendividamento por motivos alheios à vontade delas. O programa, portanto, tem a finalidade de renegociar essas dívidas, ajudando a população com esse tipo de dificuldade”, declara o magistrado

“O Tribunal de Justiça demonstra sua permanente preocupação com a cidadania ao manter, em sua estrutura administrativa, o núcleo de apoio e reeducação ao superendividado. A finalidade dessa iniciativa é reintegrar as pessoas atendidas no programa à vida econômica e financeira mediante uma revisão dos conceitos em relação ao consumo”, afirma a coordenadora do Proendividados da Central de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Capital, juíza Nalva Cristina Campello.

Um estudo realizado pelo Núcleo de Apuração da Produtividade e Comunicações do Proendividados constatou que 62% dos devedores são do sexo masculino, 70% das dívidas são relacionadas a cartões de crédito e 34,5% das pessoas que participam do programa atribuem, como causa principal para o superendividamento, o fato de gastarem mais do que ganham.

### Expansão

Através do Ato nº 570 da Secretaria Judiciária (Seju), de 14 de junho de 2012, o Programa Proendividados ganhará um incentivo. Tudo graças às Centrais de Conciliação, Mediação e Arbitragem existentes no Estado. Com esse ato, passa a existir nas centrais a Seção Especializada de Tratamento de Consumidores Superendividados, com a finalidade de executar o Proendividados naquelas unidades. Serão turmas especializadas que atenderão à população que se enquadra no perfil do programa. Ainda não estão definidas quantas turmas serão formadas, nem quando elas começarão a funcionar, mas com a publicação desse ato, tem-se a intenção de disseminar o Proendividados para um número ainda maior de pessoas.



Em um ano de atividade no Recife, o Programa Proendividados realizou mais de 3 mil audiências de conciliação, alcançando êxito em 2.500 delas

## Um novo começo

Nem sempre abusar de compras é o grande motivo para o superendividamento. Às vezes, a simples intenção de mudar de vida pode trazer esse risco. Foi o caso da professora do ensino infantil, Elma Moura, 37, que ensinava numa escola da Zona Sul do Recife e quis abrir um reforço escolar em casa. “Ensinava em dois turnos na escola onde trabalhava. Então, acabei pedindo redução de carga horária, passando a ensinar apenas num turno, e poderia abrir as aulas de reforço no outro”, explica Elma.

Só que tal escolha a levou a acumular uma dívida de mais de R\$2.500. “Com a redução da carga horária, meu salário também diminuiria. E os alunos demoraram a aparecer (no reforço). Achei que daria conta da falta de dinheiro nessa primeira fase”. Elma passou quase seis meses para ter uma clientela que fizesse o reforço valer a pena. Nesse meio tempo, porém, entrou de vez no cheque especial, e o resultado, já sabemos qual foi.

A salvação da professora foi uma amiga, que havia sido recentemente empossada como servidora no Tribunal de Justiça de Pernambuco. Ela indicou o Proendividados a Elma, que a princípio, nem acreditou muito no programa. “Serviço público, deve ser demorado, desorganizado”, pensou ela. A realidade, no entanto, foi bem diferente.

A amiga de Elma entregou-lhe apostila com orientações do programa, e em pouco tempo ela preencheu o formulário. A conciliação junto aos dois bancos em que ela tinha dívidas foi logo marcada. “Confesso que fiquei feliz. Fui bem atendida, deu tudo certo”.

A negociação do valor devido chegou a um desconto total de R\$1.219, o que representou quase 54% do montante.

Depois do sufoco que passou, Elma evita ao máximo compras no crediário e uso de cartão de crédito. “Só uso em emergências”, diz ela. Outra característica da consumidora, esta mais enraizada por ser um hábito familiar, é o de não cair nas tentações das datas comerciais, como o Natal. O que é preciso comprar para a festa, ela o faz com meses de antecedência, deixando tudo preparado. E também espera o período de liquidações que se segue, poupando ainda mais.

Hoje, a professora e ex-superendividada mudou de local de trabalho – agora ensina num colégio de grande porte na mesma região da cidade – e mantém seus alunos do reforço, uma média de 13 por mês. “Fevereiro e março são os meses mais fracos, início de ano letivo. Mas quando chegam as provas finais de semestre, a procura aumenta”. No reforço, além do ensino infantil, Elma também dá aulas para alunos do ensino fundamental (2º ao 5º ano).

Outro ponto do Proendividados que Elma gostaria muito de usufruir são os cursos de orientação de consumo ofertados. “Não participei por conta do choque de horários com meu trabalho. Mas se abrisse, por exemplo, aos sábados, eu teria muito interesse em participar”, conta. •

### Serviço:

Programa de tratamento de consumidores superendividados - Proendividados  
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley  
Avenida Martins de Barros, 593, 4º andar  
Bairro: Santo Antônio Recife-PE  
Telefones: (81) 3225-0209/3224-0501  
e-mail: proendividados@tjpe.jus.br



Desembargadora do Tribunal de Justiça de Pernambuco desde 2004, Alderita Ramos passou a ocupar a 6ª Turma do Superior do Tribunal de Justiça (STJ), em Brasília, onde permanecerá até novembro deste ano

# Alderita Ramos, a mulher que adorna e fortalece o TJPE

A trajetória de vida de Alderita Ramos, nomeada desembargadora do Tribunal de Justiça, pelo dispositivo do Quinto Constitucional, na vaga destinada ao Ministério Público, e que atualmente é a única mulher a ocupar este cargo no Judiciário estadual

## Micarla Xavier

No filme, há um filho – Rafael, de 42 anos – que começa a repensar seus valores quando sofre um ataque cardíaco. Diante do susto, o personagem passa a redefinir as verdadeiras prioridades de sua vida, dentre elas se reaproximar da mãe, que sofre do Mal de Alzheimer e se encontra internada num asilo. “O Filho da Noiva”, película argentina produzida em 2001, é o filme preferido da desembargadora Alderita Ramos e, com uma sutileza magnífica, trata de lições sobre a importância da família, vida, respeito, renúncia, zelo e amor. Diante da história de vida de Alderita Ramos, não é difícil entender a sua predileção pelo referido filme. Adentrar na história dessa magistrada é ter lições de fortaleza e de auto-superação. Assim como os personagens de seu filme predileto, Alderita sabe bem o que significa reconstruir-se, pois já teve que se reerguer em diversos momentos de sua trajetória de vida.

Desde o dia 15 de maio, em caráter provisório, a única mulher desembar-

gadora do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) passou a integrar a 6ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em Brasília, onde permanecerá até novembro deste ano. Para Alderita Ramos, a convocação para atuar como ministra do STJ foi muito honrosa. Mal sabe ela que essa mesma honra é compartilhada por todos que fazem parte do TJPE, principalmente por aqueles que sabem do quão difícil foi para esta grande mulher chegar aonde chegou. Natural da cidade de Mamanguape (PB), a criança Alderita conheceu a pobreza e a injustiça social de perto, mas também conheceu a boa educação proporcionada pelas mãos dos educadores do Orfanato Dom Ulrico, instituição administrada pelas Irmãs dos Pobres de Santa Catarina de Sena.

Ali, a menina Alderita, quiçá sem perceber, começou a dar os primeiros passos para a concretização de uma vida de brilho. Ali, Alderita alicerçou sua formação moral e religiosa,

que serviu de base para os estudos aplicados no orfanato. Em 2004, ao tomar posse como desembargadora do TJPE, o seu discurso resgatou a pobreza enfrentada na infância, emocionando a todos ao declarar que, muito cedo, adotou a concepção de propriedade formulada pelo filósofo Sêneca, que afirma: “Minhas coisas, eu as tenho comigo: justiça, firmeza e perseverança; e principalmente esta: não considerar minhas as coisas que me possam ser arrebatadas”. Esta é a mulher que o Tribunal de Justiça pernambucano tem orgulho de apresentar.

Até compor o quadro de desembargadores do TJPE, Alderita Ramos de Oliveira trilhou um caminho digno de registro. Ainda pequenina, ela mudou com a família para o Recife com o objetivo de tentar uma melhoria de vida. Recife se tornou o seu lar. Nesta terra, Alderita deu continuidade aos seus estudos, casou-se e constituiu família. Graduou-se em direito na Faculdade

de Direito do Recife, em 1974. No segundo ano de faculdade, Alderita engravidou do seu quinto filho. Ela lembra, cheia de risos, que houve um certo frisson entre as colegas de curso quando estas descobriram que ela estava grávida. “Mas, quando souberam que eu era casada e que aquela era minha quinta gestação, elas ficaram sossegadas”, conta.

Concluído o curso de direito, Alderita prestou alguns concursos, nos quais sempre obteve aprovação e boa colocação. Ela iniciou sua carreira pública exercendo o cargo de técnico de controle externo do Tribunal de Contas da União. Em 1982, logrou aprovação no concurso público do Ministério Público de Pernambuco (MPPE), tomando posse como promotora de Justiça da Comarca de Ipojuca. Por merecimento, foi promovida para a Comarca de Jaboatão e, em seguida, para o Recife, onde chefiou as Promotorias do Meio Ambiente, até que, em 1997, também por merecimento, Alderita foi promovida para o cargo de Procuradora de Justiça, tendo integrado o Conselho Superior da instituição. Mestre em direito público pela Universidade Federal de Pernambuco, e com toda a bagagem moral e ética, Alderita chegou ao TJPE pelo Quinto Constitucional. Sobre seu ofício, ela diz que sente-se feliz sempre que consegue fazer justiça, e que este é o ideal que ela persegue. Sobre o Quinto Constitucional, Alderita afirma que a cada dia se convence mais de sua necessidade. “É um instituto com mais de 70 anos de assento constitucional, trazendo aos colegiados perspectivas mais amplas na análise dos fatos trazidos a julgamento, tanto do ponto de vista jurídico quanto sócio-cultural”, comenta a desembargadora.

De acordo com pesquisas realizadas pela Revista Consultor Jurídico em março de 2012 (na matéria “Salto no Direito, escrita pelas jornalistas Marina Ito e Marília Scriboni), a participação feminina nos Tribunais de Justiça do país está longe de ser equilibrada, assim como é a divisão da sociedade brasileira entre homens e mulheres. Questionada sobre esse tema, Alderita Ramos conta que em sua atuação

judicante jamais percebeu nenhum preconceito, nenhum tratamento diferenciado pelo fato de ser mulher. Ela também compartilha que não tem dificuldades em conviver só com homens no seu ambiente de trabalho, pois não teve irmãs, nem filhas, de modo que sua vida toda foi de convivência com o sexo oposto. O conselho que ela dá às mulheres que iniciam a carreira jurídica é que não tenham medo de ousar.

“É preciso confiar na vida e em suas potencialidades”, ressalta. A respeito de sua atuação como desembargadora do TJPE, Alderita diz que julgar o semelhante não é tarefa fácil, momentaneamente na seara criminal, diante dos índices de violência de Pernambuco de um lado e, de outro lado, a precária situação do sistema carcerário do Estado. “É sempre muito angustiante condenar alguém à prisão nessa estrutura que nós temos”, lamenta. Encarando uma rotina de trabalho em Brasília, visto que está em fase de formatação e composição do seu gabinete no STJ, Alderita não esquece de parabenizar o TJPE por seus 190 anos. “É uma longa trajetória, uma história de excelentes serviços prestados aos jurisdicionados e que nos honra a todos”.

Alderita é mãe de Kleber, Glauber, Flávio e Marcos. Seu primogênito, Carlos Júnior, faleceu há duas décadas. Esta foi a maior dor da sua vida, mas ela faz questão de ressaltar que o amor continua grande e forte. Porque é eterno o laço que une mãe e filhos. Porque a morte não bloqueia o amor. Porque existe um Deus e, ainda, uma religiosidade que a mãe Alderita sabe preservar e seguir. Um de seus filhos, Flávio de Oliveira, é servidor do Poder Judiciário pernambucano. Diante da pergunta “como é ser filho da desembargadora?”, ele responde que não é filho da desembargadora, nem da ministra convocada pelo STJ, e sim filho de Alderita, sua melhor amiga. Flávio destaca a humildade da mãe como uma das características que ele mais admira. E também destaca que sente orgulho de ter recebido vários elogios em relação à atuação honrosa da mãe como magistrada. Ele não poupa elogios à mãe, e diz que a admiração que sente por ela é compartilhada

por todos os irmãos. “Minha mãe é uma pessoa extremamente estudiosa e dedicada aos ramos de conhecimento que lhe interessam”, conta ele com brilho no olhar. Aos risos, Flávio compartilha que “Alderita mãe” conseguia moralizar qualquer ambiente de bagunça que ele e os irmãos porventura efetuassem nos dias da infância. Ele ressalta que a mãe, ao se divorciar, cumpriu com brilhantismo os papéis de mãe e pai ao mesmo tempo. “Isso para mim é forte, é emocionante, faço questão de ressaltar essa parte da nossa história”, conta emocionado.

Uma das cenas mais marcantes na infância e adolescência desse filho era a rotina da família no fim de semana. A mãe Alderita dividia as tarefas do lar entre todos os filhos: um era o responsável pela limpeza da piscina, outro pela limpeza do carro, outro cuidava da grama, e, claro, também havia o filho que tinha como missão aplicar o banho no cachorro... Depois de concluídas as tarefas do lar, os meninos passavam por uma sabatina de matemática, e nessa ocasião, a tabuada era aplicada pela mãe de acordo com o grau de escolaridade de cada um. Só depois dessas etapas obrigatórias, a mãe Alderita liberava o dinheirinho para o fim de semana e os deixava livres para a diversão. Mas, quando essa turma resolvia brigar entre si, Alderita punia todo mundo. “Quando havia briga entre nós, o que é normal numa casa de cinco irmãos, ela punia a todos e dizia que mesmo que houvesse razão em uma das partes, esta já havia sido perdida através da briga”. Flávio compartilha as lembranças com saudade, estas eram as ações encontradas pela mãe Alderita para disciplinar e inculcar responsabilidade nos seus amados filhos.

Já como avó, Alderita não conhece a palavra rigor, conta Flávio. Ela vive mimando os netos. E eles são nove: Karina, Igor, Kamila, Rebeca, Pedro, Marina, Ester, Artur e a pequenina Nicole. Caseira, Alderita adora estar rodeada pelos filhos e netos e sabe como mimar cada um com os pratos diletos de cada um deles. Ainda sobre mimar e amar, Flávio lembra de uma cena que até hoje toca seu coração:



jovem, com 22 anos, ele quebrou o pé num acidente de moto e teve que passar por uma cirurgia. Ele não tinha noção de quão imensa seria a dor na fase do pós-operatório, o que lhe acalmou foi a presença constante da mãe ao seu lado. “Para mim e para os meus irmãos, ela sempre estava lá”, diz emocionado.

O filho também conta que Alderita Ramos adora viajar. Flávio lembra que no antigo apartamento compartilhado pela família, Alderita expunha um mapa-múndi no corredor. E não havia apenas o mapa. Nele, havia dezenas de alfinetes espetados nas cores azul, amarela e vermelha, que significavam, respectivamente, “lugares visitados por mais de três vezes”, “lugares que pretendo voltar” e “lugares que almejo conhecer”. Flávio e os irmãos brincam com a mãe dizendo que a coisa que ela mais adora na vida é o portão de embarque. Isso é notório até mesmo em seu gabinete no TJPE, onde, dentre tantos certificados e comendas, há um especial fixado na parede: o registro de uma viagem de balão na Capadócia, Turquia. Como companheiros de viagem, Alderita tem contado com a presença do desembargador Alexandre Assunção e da procuradora de Justiça Eleonora Luna.

A respeito da ausência da desembargadora Alderita Ramos no seu gabinete do TJPE, durante esse período de atuação no STJ, percebe-se que ela não faz falta apenas para os seus familiares. Os seus assessores, antes acostumados ao convívio diário no trabalho, também declaram admiração pela magistrada. José Alves é um deles. Ele afirma que a conduta de extrema disciplina e dedicação ao trabalho da desembargadora resultou em algo bastante positivo para a equipe, que é o permanente aperfeiçoamento profissional de todos e, que, aliás, já foi objeto de reconhecimento por outros desembargadores deste Tribunal de Justiça e pelo próprio Conselho Nacional de Justiça. Sobre a característica que mais admira em Alderita Ramos, José Alves é direto: “É admirável a sua capacidade de auto-derminação, bem assim de superar as dificuldades e desafios, além

de uma vontade perene de inovar, buscando soluções que vão além do previsível, o que é facilmente constatado em sua disposição incansável de persistir no alcance de seus objetivos.” Andando por seu gabinete (então vazio) no TJPE, não apenas notamos o perfeccionismo e a organização de Alderita, ali o amor ao ofício está anunciado nos livros, nos certificados de cursos de aperfeiçoamento, nas comendas de mérito, nos quadros que retratam o Palácio da Justiça de Pernambuco.

Esta é Alderita Ramos, mulher que se destaca no Poder Judiciário pernambucano, mãe que ama e que “está lá” para todos os filhos, avó adorável que mimia e cozinha para os netos, uma apreciada companheira de viagem, leitora voraz, aquela que se emociona com um filme que trata de resgate de laços familiares. Alderita espalha dedicação em todos os âmbitos de sua vida. E como se isso não bastasse, ela ainda demonstra encontrar prazer nas coisas mais simples da vida, como, por exemplo, a arte da jardinagem, o plantio de árvores. Só existimos na paixão pela vida e eis que se descobre que a paixão de Alderita Ramos é ousar buscar todas as chances de felicidade, é aninhar todos os seus cinco filhos e nove netos, reproduzindo além da vida e da morte a autenticidade de seu amor; é sonhar com as viagens ainda não realizadas e com os caminhos ainda não percorridos; é ter sede de justiça. E para ela, também é preciso plantar uma árvore, para ter a certeza de que a beleza permanecerá viva além das gerações. •



“  
É sempre muito  
angustiante  
condenar alguém  
à prisão nessa  
estrutura que nós  
temos  
”

# Judiciário estadual prioriza combate à violência contra a mulher

A atuação do 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal tem sido decisiva na redução do número de agressões contra a mulher em Pernambuco

## Ivone Veloso

No Brasil, a violência contra a mulher atinge números preocupantes, principalmente no que diz respeito à taxa de homicídios femininos. Segundo o Mapa da Violência 2012, publicado pelo Instituto Sangari no início de maio deste ano, nos 30 anos decorridos a partir de 1980 foram assassinadas no país cerca de 91 mil mulheres, sendo 43,5 mil só na última década. O número de mortes passou de 1.353, em 1980, para 4.297, no ano de 2010, o que representa um aumento de 217,6% – mais que triplicando – nos quantitativos de mulheres vítimas de assassinato. O estudo toma como base o Sistema de Informações de Mortalidade (SIM),

da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), do Ministério da Saúde (MS).

Em comparação a 84 países do mundo, o Brasil ocupa a sétima posição com uma taxa de 4,4 homicídios em 100 mil mulheres, de acordo com dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), obtidos entre 2006 e 2010. No contexto do país, Pernambuco ocupa a 10ª colocação com 5,4 mulheres mortas em cada 100 mil, sendo o primeiro lugar do Espírito Santo com o assassinato de 9,4 mulheres em 100 mil. A posição de Pernambuco melhorou, tendo como base que em 2008 ocupava o terceiro lugar, com 6,6 mulheres mortas em cada 100 mil. A

última pesquisa, que embasou o Mapa da Violência 2012, foi realizada há dois anos.

Para a juíza Maria Thereza Machado, a instalação do 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Estado (1º JVD FM), no ano de 2007, em Recife, foi decisiva na redução dos crimes praticados contra as mulheres na capital pernambucana, o que contribuiu para a redução dos números de homicídios femininos de todo o Estado, apontada na pesquisa. O principal objetivo do juizado é aplicar a Lei Federal nº 11.340/2006, também conhecida como Lei Maria da Penha. A nova legislação torna obrigatória



Para comemorar cinco anos de atividade, o 1º Juizado de Violência Doméstica contra a Mulher realizou, no período de 5 a 9 de março deste ano, uma série de eventos na sede da unidade, incluindo apresentação de vídeos e discussões sobre as agressões sofridas pelas mulheres no Estado

a aplicação das chamadas medidas protetivas de urgência, que representam um conjunto de medidas cautelares voltadas à tutela da integridade física, moral e psicológica da vítima. Segundo a magistrada, a aplicação dessas medidas representou um avanço significativo no combate aos crimes perpetrados no âmbito familiar, sobretudo em virtude da previsão do afastamento compulsório do suposto agressor do local de convivência com a vítima. “Antes da vigência desta lei, na grande maioria dos casos, a mulher ou se via compelida a permanecer convivendo com o seu agressor ou, então, era forçada a deixar o local de residência, já que não dispunha de instrumentos jurídicos capazes de fazer cessar a violência”, descreve.

De acordo com a juíza, a Lei Maria da Penha tornou a violência doméstica contra a mulher um fenômeno social punível com maior rigor, extinguindo procedimentos até então cabíveis, como o pagamento de cestas básicas pelo agressor para se eximir da responsabilidade jurídico-penal. Ela ressalta, também, que outro fator positivo da legislação vigente é que nos casos de lesão corporal, ainda que leve, sendo o fato comunicado à autoridade competente, não haverá mais a possibilidade da vítima desistir da ação, uma vez que vai prevalecer o interesse do Estado de investigar, julgar e punir o agressor. “Esse tipo de violência, antes restrita ao âmbito familiar e indiferente ao Estado, passou a ter competência social e jurídica, exigindo de todos os membros da coletividade reflexão e mudança de posturas”, avalia.

Apesar dos avanços conquistados com o vigor da nova lei, Maria Thereza Machado destaca a necessidade da implantação de algumas políticas públicas nela previstas, como a criação dos centros de reabilitação do agressor, a ampliação do número de delegacias da mulher e a introdução nos currículos escolares, desde o ensino fundamental, de matérias que abordem temas relativos aos direitos humanos e à violência de gênero. Paralelo a essas medidas, a juíza aponta a necessidade do Poder Público investir mais em ações voltadas à prevenção de fatores

sociais que precedem a violência doméstica e que caracterizam tanto o agressor quanto a vítima, entre os quais o vício em substâncias entorpecentes, como maconha, crack e álcool, a habitação em condições precárias, e a falta de escolaridade. A magistrada defende, ainda, mudanças na legislação do Código de Processo Penal para punir com maior rapidez o acusado, reduzindo para isso a quantidade de recursos nos processos referentes aos crimes de homicídio. “Hoje, o maior desafio reside em punir com celeridade”, pontua.

Além de aplicar a legislação vigente no combate à violência contra a mulher, julgando em média 75 processos por mês, o Juizado de Violência Doméstica atua no tratamento psicossocial das vítimas com uma equipe formada por psicólogos e assistentes sociais. O grupo encaminha as vítimas, quando necessário, a serviços de apoio especializado e a programas sociais do Governo. As mulheres recebem também informações sobre a Lei Maria da Penha, de profissionais da área de direito, e são orientadas a, nos casos de agressão física, psicológica ou moral, procurar a autoridade policial competente, de preferência a Delegacia da Mulher, para relatar o fato e registrar um boletim de ocorrência. O juizado conta, ainda, com o trabalho da Defensoria Pública, que funciona na defesa dos interesses das vítimas e dos acusados que não dispõem de condições financeiras de constituir um advogado, e também com a atuação do Ministério Público, órgão acusador nas ações penais. “A função do juizado é essencialmente jurisdicional, mas realizamos também esse trabalho de apoio aos envolvidos nos processos”, especifica a juíza.

Com o objetivo de atender a um número maior de mulheres na Região Metropolitana, o presidente do Judiciário estadual, desembargador Jovaldo Nunes, tem como uma das prioridades da sua gestão implantar mais cinco juizados de violência doméstica, que funcionarão nas cidades do Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Igarassu, Olinda e Jaboatão dos Guararapes. As unidades foram criadas em 2010



A juíza Maria Thereza Machado, coordenadora do 1º JVDM, enfatiza a importância da implantação dos cinco juizados da violência contra a mulher no Estado para reduzir o alto índice de crimes praticados contra a população feminina

e atuarão com jurisdição expandida, atendendo aos municípios circunvizinhos. A previsão é de que até o final do ano a construção de, ao menos, duas unidades esteja concluída. A escolha dos municípios em que serão implantados os juizados se deu em virtude dos elevados números de ocorrências praticadas contra a mulher, registradas nas delegacias de polícias locais.

A juíza Maria Thereza destaca a importância da criação dos cinco juizados, ressaltando a multiplicação de processos que deverá ocorrer referente aos crimes praticados contra o segmento feminino da população. Segundo ela, a criação de uma vara especializada traz consigo o ajuizamento de uma demanda reprimida de

processos para tratar de casos que já existem no contexto social, mas que, como não são tratados de forma individualizada, não produzem ainda maiores repercussões. Atualmente, as comarcas da Região Metropolitana têm os crimes praticados contra a mulher julgados nas varas criminais comuns. “A partir do momento em que os juizados de violência doméstica forem instalados, a exemplo do que aconteceu no Recife, haverá uma multiplicação do número de processos. Isso não significará em absoluto um aumento da violência, mas o início de um trabalho que vai acabar gradativamente com o fim da impunidade e que causará uma redução do número de ocorrências de agressões contra a mulher”, analisa a magistrada. •

## Perfil do agressor

Segundo o Mapa da Violência 2012, os pais são os principais responsáveis por incidentes de agressão e homicídios praticados contra a mulher até os seus 14 anos de idade. Até os quatro anos, quem predomina no papel de agressor é a mãe. A partir dos dez anos, destaca-se a figura paterna. Esse papel paterno vai sendo substituído progressivamente pelo cônjuge e/ou namorado (ou os respectivos ex), que preponderam sensivelmente dos 20 aos 59 anos da mulher. No país, foi possível verificar que 42,5% do total de

agressões contra a população feminina enquadram-se nessa situação. Mais ainda, se for observada a faixa dos 20 aos 49 anos, na qual acima de 65% das agressões tiveram autoria do parceiro ou do ex. A partir dos 60 anos, são os filhos que assumem o lugar dominante nessa violência. Os homicídios de mulheres geralmente acontecem na esfera doméstica. No Brasil, verifica-se que, em 68,8% dos atendimentos a mulheres vítimas de violência, a agressão aconteceu na residência da vítima. •

### Serviço:

1º Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher  
Endereço: Rua Dom Manuel Pereira, 170, no bairro de Santo Amaro  
Horário de funcionamento: diariamente, das 7h às 13h  
Telefone: (81) 3222-5034

# Primeiro Juizado Especial da Fazenda Pública da Capital completa um semestre de funcionamento

A competência do juizado é conciliar e julgar causas cíveis movidas contra o Estado de Pernambuco e a Prefeitura do Recife

## Pedro Fernando da Hora

Desde o dia 2 de janeiro de 2012, os recifenses são beneficiados com o funcionamento do Primeiro Juizado Especial da Fazenda Pública da Capital. O órgão tem a função de conciliar e julgar causas cíveis no valor de até 60 salários mínimos (R\$ 37.320) contra o Estado de Pernambuco e a Prefeitura do Recife. Os interessados podem apresentar queixas relacionadas à cobrança de impostos, e às ações previdenciárias e indenizatórias, assim como multas de trânsito.

Em seu primeiro semestre de funcionamento, o juizado recebeu 701 processos, até o dia 31 de maio, realizando aproximadamente 280 audiências. Após a apresentação da queixa, toda a movimentação de documentos é feita virtualmente, através do Processo Judicial Eletrônico (PJe), sem a necessidade de um advogado. “Recebemos cerca de 100 processos por mês, a grande maioria dos casos é proveniente de queixas sobre a distribuição de medicamentos e o preço cobrado em impostos”, avalia o juiz José Marcelon Luiz e Silva, responsável pelo 1º Juizado Especial da Fazenda Pública.

Um exemplo da atuação do órgão foi o julgamento do processo que condenou a Prefeitura do Recife a recalcular o valor do imposto cobrado a Augusto Maia (nome fictício), morador do bairro da Tamarineira. Ao receber a cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), referente ao ano de 2012, Augusto deparou-se com um aumento de 96,81% em comparação

ao que foi cobrado no ano anterior.

O valor cobrado no tributo era de R\$ 5.978,97, enquanto que em 2011 era de R\$ 3.037,94.

Segundo a Lei Municipal nº 16.607/2000, o aumento do IPTU é calculado de acordo com o valor do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que no ano de 2011 ficou acumulado em 6,9%. No dia 8 de fevereiro, o morador apresentou uma queixa no Juizado Especial da Fazenda Pública, questionando o aumento na cobrança. O resultado saiu no dia 18 de maio. O magistrado José Marcelon Luiz e Silva sentenciou como ilegal a cobrança, condenando o município a expedir novas guias para o recolhimento do tributo relativo ao exercício fiscal de 2012.

A instalação do Juizado Especial aumentou o número de processos resolvidos, diminuindo o acervo judiciário das oito varas da Fazenda Pública da Capital. “Após a instalação do Juizado Especial, tivemos uma diminuição no número de processos. Com isso, pudemos adiantar os que já estavam em andamento”, diz o juiz Wagner Ramalho Procópio, titular da 1ª Vara da Fazenda Pública da Capital.

Segundo o juiz Ailton Alfredo de Souza, coordenador geral dos Juizados Especiais de Pernambuco, o órgão traz uma maior agilidade na resolução de processos. “O juizado presta um grande serviço à população. Quando o interessado apresenta uma queixa, a audiência já é marcada, resolvendo de maneira mais rápida



O juiz Ailton Alfredo, coordenador geral dos Juizados Especiais, destaca a maior agilidade na resolução dos processos após a implantação do órgão

alguns processos”, explica o magistrado.

É prevista a instalação de mais juizados especiais da Fazenda Pública no Recife. “Outros dois juizados já foram criados por lei, possuindo, inclusive, espaço físico. Para iniciar as atividades, depende apenas da nomeação de juízes e servidores”, informa o juiz Ailton Alfredo de Souza. “As cidades de Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista e Caruaru também devem receber unidades semelhantes”, complementa o magistrado.

A Lei nº 12.153, do dia 22 de dezembro de 2009, instituiu a criação dos juizados especiais da Fazenda Pública, órgãos da Justiça Comum e integrantes do sistema dos Juizados Especiais. Segundo a lei, o juizado deve funcionar com um magistrado, auxiliado por conciliadores e juízes leigos. No dia 19 de dezembro de 2010, a Resolução nº 231/2011, que trata da competência dos Juizados da Fazenda Pública em Pernambuco, foi aprovada por unanimidade em sessão ordinária da Corte Especial do Tribunal de Justiça de Pernambuco. O documento limita a competência dos Juizados da Fazenda de acordo com a Lei Federal nº 12.153. •

### Competências do 1º Juizado Especial da Fazenda Pública

Cabe propor ações no valor de até 60 salários mínimos relativas às seguintes matérias:

- I - multas e outras penalidades decorrentes de infrações de trânsito;
- II - transferência de propriedade de veículos automotores terrestres;
- III - imposto sobre serviços de qualquer natureza;
- IV - imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias;
- V - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana;
- VI - ações previdenciárias;
- VII - ações indenizatórias; e
- VIII - fornecimento de medicamentos e outros insumos de saúde, realização de exames, cirurgias, internações e transporte de pacientes.

#### Serviço:

O Juizado Especial funciona das 13h às 19h, na Área C do Fórum Desembargador Benildes de Souza Ribeiro, localizado na Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1919, bairro da Imbiribeira, no Recife.

# O direito à acolhida através do Judiciário

A Justiça estadual amplia serviços de acolhimento às mulheres que manifestam desejo de entregar suas crianças para adoção

**Dyanne Melo**

Por que algumas mulheres abandonam suas crianças? Para além de possíveis respostas a essa pergunta intrigante, se faz necessária a intervenção e a atuação, por parte das entidades competentes, no sentido de amparar e acolher essas mulheres. Este tem sido um dos feitos do Judiciário pernambucano, por meio do Programa Acolher.

Promovido pela Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), o Programa Acolher tem como escopo de atuação o aperfeiçoamento e a expansão dos serviços jurisdicionais de acolhimento às mulheres em situação de vulnerabilidade e que manifestem interesse em entregar suas crianças para a adoção. O programa também se preocupa em atender às famílias dessas mulheres e, sobretudo, às crianças, cujo direito à convivência familiar e comunitária se encontra ameaçado. Desse modo, o que se quer é garantir tanto o direito de a mulher decidir sobre a sua condição de exercer o papel de mãe, como o direito da criança de permanecer, prioritariamente, na família natural

ou extensa e, excepcionalmente, em família substituta.

O programa - que tem como uma de suas metas a diminuição dos casos de abandono, entrega informal e adoção ilegal - está sendo implementado, a princípio, nas comarcas do Cabo de Santo Agostinho, Jaboatão dos Guararapes, Paulista e São Lourenço da Mata. Para alcançar este objetivo, o programa pretende aperfeiçoar e uniformizar metodologias de trabalho voltadas para o atendimento de mulheres com interesse em entregar seu filho para adoção, bem como suscitar a discussão e a troca de experiências sobre essa temática. Além disso, é esperado um fortalecimento da integração entre o Judiciário e os outros agentes da Rede de Proteção Social envolvidos na problemática.

O Acolher segue a ideia de outra iniciativa do TJPE: o Programa Mãe Legal. Criado em outubro de 2009 e promovido pela 2ª Vara da Infância e da Juventude do Recife, o Mãe Legal também procura identificar e acompanhar, na Comarca do Recife, mulheres que apresentam a intenção de entregar

O desembargador Luiz Carlos Figueiredo, coordenador da Infância e Juventude do Estado (ao centro), revela que o objetivo do Programa Acolher, no momento, é aperfeiçoar e uniformizar metodologias de trabalho voltadas para o atendimento de mulheres com interesse em entregar seu filho para adoção



suas crianças para adoção. Segundo o coordenador da Infância e Juventude em Pernambuco, desembargador Luiz Carlos de Barros Figueiredo, o objetivo foi estender a metodologia de trabalho já utilizada na capital para todo o Estado, de modo que as mulheres do interior também possam contar com os serviços de acolhimento.

Para executar o programa, as ações são feitas em parceria com os agentes da Rede de Proteção Social. No dia 28 de fevereiro deste ano, foi formalizada a parceria entre diversos agentes da Rede com a assinatura de um Termo de Cooperação Técnica e a constituição de um Comitê Gestor para o planejamento, execução e acompanhamento de ações integradas. Na ocasião, assinaram o documento os membros do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e Associação Metropolitana de Conselheiros e Ex-Conselheiros Tutelares de Pernambuco, além de representantes das seguintes secretarias do Estado: Secretaria de Desenvolvimento Social de Direitos Humanos, Secretaria Estadual de Saúde, Secretaria da Mulher, e Secretaria da Criança e Juventude.

Segundo a psicóloga Denise Pereira, da equipe de servidores responsável pelo projeto, um dos resultados já apresentados pelo programa diz respeito ao fortalecimento das relações intra e extrainstitucionais entre o Poder Judiciário e demais órgãos e instituições parceiras, possibilitando a construção de estratégias de intervenção em rede, pautadas nos novos paradigmas de Justiça. Para o desembargador Luiz Carlos, a interligação com os agentes da rede se faz necessária para que o programa seja bem implementado em um Estado com tamanha dimensão territorial como Pernambuco. Assim, a metodologia de trabalho abrange cada uma das instituições participantes dentro dos seus próprios programas, de modo que nas suas respectivas campanhas e ações seja incluída uma programação voltada para a questão das mulheres que manifestem o interesse de entregar suas crianças.

Ainda de acordo com o magistrado, o avanço do programa reside na

celeridade. Antes de iniciativas como essas, quando a demanda chegava de modo tardio ao Poder Judiciário, o conflito já havia atingido patamares muito complicados, dificultando a resolução do problema. Com o serviço de acolhimento, no entanto, o atendimento à mulher é feito prontamente, por pessoas ligadas e envolvidas a ela assim que se descobre seu desejo de entregar a criança, dentro da área de atuação de cada unidade da rede.

Visando à implementação das ações, o programa foi estruturado em etapas de realização. Durante a expansão do serviço para as comarcas, buscou-se uniformizar os procedimentos num primeiro momento, por meio do levantamento das necessidades e formação de grupos de trabalho. As etapas subsequentes incluíam a articulação entre os setores, através do desenvolvimento de ações conjuntas e da formação do comitê gestor intersetorial, bem como da qualificação dos profissionais envolvidos. No programa também está incluída uma fase de monitoramento e avaliação dos resultados.

#### Direito da mulher e das crianças

Quando uma mulher gestante decide que não criará seu filho, entregando-o aos cuidados de outras pessoas, é comum se perguntar o porquê de tal decisão. Entre as sinuosidades do conflito, apresentam-se, de um lado, as justificativas dadas pelas mulheres; e do outro, preconceito e desamparo. E em meio a tudo isso: uma criança, que ainda nem nasceu ou que ainda está dando seus primeiros passos, mas que já inspira luta para que seus direitos sejam assegurados.

No Brasil, a legislação assegura diversas garantias no âmbito da Infância e da Juventude. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Federal nº 8.069/1990, por exemplo, dispõe em seu artigo 7º, sobre o direito, dentre outros de proteção à vida e à saúde das crianças e dos adolescentes. O ECA ainda discorre, no artigo 19º, sobre o direito de ser criado e educado no seio da família e, excepcionalmente, em família substituída, assegurada a convivência familiar e comunitária das



Luiz Carlos Figueiredo: “Iniciativas como a do Programa Acolher não visam ser contra a adoção, mas apenas cumprem o que está disposto na lei, vendo se é possível a criança ficar com a mãe, fazendo com que ela possa pensar em todas as consequências envolvidas na entrega”

crianças e dos adolescentes. A legislação se preocupa com as garantias relativas às mulheres na condição de mães. No mesmo estatuto, no artigo 8º, há uma expressa previsão legal que assegura à gestante o atendimento pré e perinatal.

Em algumas situações, contudo, a permanência da criança junto à sua família não se faz possível. Segundo o desembargador Luiz Carlos Figueiredo, muitas mães abandonam seus filhos, pois não foram bem apoiadas e orientadas. Seja pelo motivo que for, essas mães entregam suas crianças envoltas, muitas vezes, em dramas pessoais e familiares, às vezes incorrendo em entregas ilegais e informais. Corrobora nesse contexto, segundo o magistrado, o fato da sociedade ter se habituado a condenar as mulheres que entregam seus filhos, bem como a falta de informações que elas têm sobre a legislação.

Com a Lei 12.010/2009, conhecida como Nova Lei da Adoção, contudo, se incluiu a necessidade de apoiar as mulheres que manifestem o desejo de entregar seus filhos, de modo que elas sejam amparadas e orientadas a respeito de sua decisão. Para o desembargador, iniciativas como a do Programa Acolher não visam ser contra a adoção, mas apenas cumprem o que está disposto na lei, vendo se é possível a criança ficar com a mãe e fazendo com que ela possa pensar em todas as consequências envolvidas na entrega. “Se a mãe é orientada, encontra-se uma solução. Nós queremos cumprir a lei, sabendo que é isso que vamos obter: tirar da ilegalidade e da informalidade”, conclui o desembargador.

## Primeiro Encontro Temático do Programa Acolher é realizado na Unicap

**Rafael Cavalcanti**

O I Encontro Temático do Programa Acolher aconteceu no dia 11 de maio, na Universidade Católica de Pernambuco (Unicap). O evento foi aberto oficialmente pelo coordenador da Infância e Juventude do Estado, desembargador Luiz Carlos Figueiredo.

A reunião buscou discutir a relação entre Infância e Gênero; a ampliação da qualificação dos servidores, magistrados e profissionais de outros órgãos inseridos no programa; e a ampliação do debate sobre o panorama das adoções no Estado. A primeira palestra do evento foi ministrada pelo próprio desembargador Luiz Carlos Figueiredo, com o tema “Os avanços da legislação no âmbito do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil: parâmetros legais de entrega de crianças para a adoção”.

Durante sua exposição, o magistrado fez um apanhado histórico, mostrando que as leis de antigamente aumentavam e contribuíam para os tabus ligados à adoção e que, hoje, a legislação mudou, visando garantir à criança o direito de ter uma família e acabar com os preconceitos. Ele ressaltou ainda os pontos a serem trabalhados para as melhorias na área. “É de extrema importância garantir o direito da mulher em ter o acesso à saúde e ao acompanhamento por parte do Estado, além de sistematizar as práticas ligadas ao tema e expandir e qualificar a rede de pessoas inseridas nessa realidade” afirmou Luiz Carlos Figueiredo.

O encontro contou com a presença da psicóloga, psicanalista e coordenadora técnica do Grupo de Apoio à Adoção de São Paulo, Maria Antonieta



Pisano, que proferiu uma palestra sobre “A mulher e a maternidade no mundo contemporâneo: crenças e mitos”. A psicóloga traçou a real situação das mulheres que entregam seus filhos para a adoção, sua contextualização histórica, o panorama atual e a questão da entrega direta, do abandono e da adoção legal, bem como suas respectivas diferenças. “Muitas mulheres não sabem que podem entregar seu filho e que serão bem tratadas e acompanhadas. Elas acham que serão punidas”.

O evento também abordou a temática “Programa Mãe Legal: práticas e garantias legais ao direito da mulher decidir sobre a maternidade”. Participaram do debate o juiz Élio Braz Mendes, da 2ª Vara da Infância e Juventude da Capital, a psicóloga e coordenadora do Núcleo de Curadoria e Proteção Especial à Família (Nuce)

da 2ª Vara Ana Cláudia Oliveira de Lima Souza e ainda a psicóloga do Nuce Fabiana Romão de Carvalho.

O juiz Élio Braz citou experiências do programa, que também trata das mulheres que manifestam a intenção de entregar seus filhos para a adoção e é referência no Brasil, e propôs reflexões através dessas situações, além de apresentar o panorama da relação homem-mulher e mãe-filho nos dias de hoje. O conflito existente entre o “sujeito mulher” e o “sujeito mãe” também foi um dos pontos abordados.

Em seguida, Ana Cláudia Oliveira apresentou o programa, sua equipe, as formas de ação e os objetivos. A coordenadora do núcleo destacou, entre as finalidades do programa, o acolhimento das mulheres que manifestam a intenção de entregar suas crianças para adoção. Já Fabiana Romão falou

sobre a rede de pessoas envolvidas no projeto e a ideia de uma expansão ainda maior. A programação do Encontro Temático continuou com uma oficina para 50 pessoas sobre a importância e as técnicas de acolhimento à mulher que manifesta intenção de entregar sua criança para adoção.

Além do desembargador, também compuseram a mesa de abertura do evento Cristina Maria Buarque, secretária da Mulher de Pernambuco; José Fernando Silva, presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; Gerailton Pereira Ribeiro, presidente da Associação Metropolitana dos Conselheiros e Ex-Conselheiros de Pernambuco; e Edilene Queiroz, representante da Unicap. •



O evento buscou debater a relação entre Infância e Gênero, a ampliação da qualificação dos servidores, magistrados e profissionais de outros órgãos inseridos no programa, e a realidade das adoções no Estado



O juiz Élio Braz revela que após receber o apoio da equipe do programa, formada por juizes, curadores e assistentes sociais, a grande maioria das mulheres desiste da ideia de entregar o filho

## Programa Mãe Legal comemora parceria com a Prefeitura do Recife

O acordo firmado entre o Judiciário e a Prefeitura expandiu a atuação do programa para as maternidades da capital pernambucana

**Bruno Brito e Ivone Veloso**

Há pouco mais de um ano o Programa Mãe Legal, instituído pela 2ª Vara da Infância e Juventude da Capital, ganhou um reforço importante a partir de uma parceria firmada com a Prefeitura do Recife. O programa acolhe e orienta juridicamente, na capital pernambucana, as mulheres que manifestam a intenção de entregar seus filhos para adoção, antes ou após o nascimento da criança. O convênio entre o Judiciário estadual e a Prefeitura permitiu que as mulheres atendidas nas maternidades e policlínicas da cidade fossem beneficiadas pela ação. Também a partir do acordo firmado houve a capacitação de 1.705 profissionais de saúde do município sobre o tema.

Para comemorar um ano do convênio, o Tribunal promoveu um evento, no auditório Oscar Pereira, do Centro Integrado da Criança e do Adolescente, no dia 15 de maio. Na ocasião, foi assinado um termo aditivo ao acordo, com o objetivo de assegurar a prioridade nos programas sociais municipais às mães, já atendidas no Mãe Legal, que desistiram de entregar seus filhos para adoção. Durante a solenidade, o TJPE homenageou as oito maternidades públicas localizadas no Recife que

aderiram à iniciativa. Foram agraciadas, ainda, as instituições parceiras, como a Prefeitura do Recife, as Secretarias de Saúde e de Assistência Social da Cidade, o Lar do Nenen, o Conselho Tutelar da Capital e o Ministério Público de Pernambuco.

A jornalista Marcionilla Teixeira, do Diário de Pernambuco, também foi homenageada. A repórter conquistou, em fevereiro deste ano, o VIII Prêmio AMB de Jornalismo, promovido pela Associação dos Magistrados do Brasil, na categoria Mídia Regional, com a reportagem "A vida (não) é uma questão de escolha" sobre uma mulher atendida pelo Mãe Legal. A matéria foi publicada em 26 de junho de 2011 e contou a história de Léa (nome fictício), 35 anos, mãe de dois filhos, separada, desempregada e que estava grávida de um filho que não desejava. A repórter acompanhou os últimos momentos da gravidez. Após o parto, os laços entre mãe e filho falaram mais alto e a mulher levou o bebê para casa. O trabalho ficou entre os oito vencedores.



A jornalista Marcionila Teixeira, do Diário de Pernambuco, foi homenageada durante a comemoração de um ano do convênio entre o Mãe Legal e a Prefeitura do Recife

## Programa

Iniciativa pioneira no país, o Mãe Legal foi instituído em outubro de 2009 pelo juiz Élio Braz, do Núcleo de Curadoria Especial e Proteção à Família (Nuce), da 2ª Vara da Infância e Juventude do Recife. O objetivo do programa é atender à Lei nº 12.010/2009, conhecida como Nova Lei de Adoção. De acordo com a lei, é dever do poder público encaminhar à Justiça da Infância e Juventude as gestantes ou mães que manifestem interesse de não criar seus filhos ou de entregá-los para adoção. A perspectiva é de que, ao ter acesso à assistência e orientação, a escolha entre o desejo de criar o filho, transferir essa responsabilidade para um parente ou encaminhá-lo para adoção possa ser definida com mais consciência e clareza. Ao orientar a mãe na busca da melhor solução para seu conflito, o programa tem como prioridade também garantir proteção à criança, seja ela criada pela família natural, extensa, ou substituta.

Segundo o juiz Élio Braz, após receber o apoio da equipe do Judiciário, formada por juízes, curadores, psicólogos e assistentes sociais, a grande maioria das mulheres desiste da ideia de entregar o filho. O êxito da iniciativa atende a uma determinação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o qual afirma que a manutenção ou reintegração da criança ou do adolescente à sua família de origem terá preferência em relação a qualquer outra providência. “Somente quando esgotados todos os esforços para a manutenção dos vínculos familiares e comunitários é que a criança deve ser encaminhada à adoção”, explica o magistrado.

Entre as mães atendidas pelo programa, a falta de recursos financeiros é o motivo predominante para o desejo de não querer criar os filhos. O Estatuto

da Criança e do Adolescente afirma, no entanto, que a falta ou carência de recursos financeiros não constitui razão suficiente para a perda ou suspensão do pátrio poder. “O ECA determina que se não existir outro motivo que por si só autorize a decretação da destituição do poder familiar, a criança ou o adolescente será mantido em sua família biológica, que deverá obrigatoriamente ser incluída em programas oficiais de auxílio”, afirma Élio Braz.

Um outro argumento que aparece como determinante nesse conflito é a não aceitação da criança pelo pai. Nesses casos, as mulheres são informadas de que a lei garante o direito de investigação de paternidade e, caso o suposto pai se negue a fazer o exame, a paternidade será presumida e registrada na certidão de nascimento da criança com todas as consequências legais decorrentes. Em menor proporção, as mães alegam a forma como o filho foi concebido, a rejeição por parte da família à sua gravidez e a depressão pós-parto. Para atuar na solução de questões como essas, a equipe do Nuce estende o trabalho de apoio psicossocial às famílias e aos demais envolvidos no processo.

Além de orientar as mulheres sobre as alternativas disponíveis para manter o vínculo com o filho no processo de criação, o programa busca desmistificar a ideia do amor materno, de que toda mulher nasceu para ser mãe. “As mulheres que não desejam criar os filhos geralmente são vistas como negligentes e são acusadas de não assumirem uma responsabilidade a qual, muitas vezes, não estão preparadas para efetuar. No programa, não há julgamento desta mulher. Nós temos interesse em acolher e proteger esta mãe durante a decisão de entregar o filho para adoção, fortalecendo a sua cidadania”, afirma o juiz Élio Braz.

## Pesquisa

Um estudo realizado pelo Nuce aponta que, até maio deste ano, 126 mulheres foram atendidas pelo programa. Desse total, 40 se enquadravam no perfil de atendimento da iniciativa, tendo seus casos acompanhados.

Após receberem apoio jurídico, psicológico e social, 72% das mães resolveram criar os seus filhos. Do restante, 18% encaminharam os filhos a uma família substituta, através do processo de adoção, 8% concederam a guarda à família extensa, formada por parentes, e 2% permitiram que os filhos fossem criados pelos pais.

O perfil das mães acompanhadas pela equipe do Nuce envolve 80% de mulheres desempregadas, sendo o nível de escolaridade de 47% constituído pelo ensino fundamental incompleto. A grande maioria, formada por 92%, convive com o pai da criança, sendo 85% mãe de outros filhos. Mais da metade, correspondente a 52%, já havia entregue filhos de gestações anteriores.

Ao todo, 55% das mulheres beneficiadas pelo Mãe Legal foram encaminhadas pelas maternidades conveniadas com a ação. Atualmente, o programa funciona em oito estabelecimentos de saúde. São eles: Policlínica e Maternidade Professor Barros Lima, Maternidade Professor Bandeira Filho, Maternidade da Encruzilhada, Policlínica e Maternidade Professor Arnaldo Marques, Hospital das Clínicas de Pernambuco, Hospital Barão de Lucena, Hospital Agamenon Magalhães e Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira (Imip). •



Para o juiz Paulo Brandão, os resultados do programa superaram todas as expectativas no combate à violência no âmbito escolar

# Escola Legal, Judiciário efetivo

Desenvolvido pelo TJPE, o Projeto Escola Legal avança combatendo, através da mediação de conflitos, as violências relacionadas a crianças e adolescentes no âmbito escolar

## Dyane Melo

A escola, além de ser um espaço de aprendizado e convivência, é um local de formação de sujeitos em desenvolvimento. Sendo um dos lugares de identificação e construção social, deve a instituição de ensino propiciar o exercício da cidadania. O Poder Judiciário, portanto, tem na escola um parceiro importante, no que toca à necessidade de garantir a aplicação dos direitos das crianças e dos adolescentes e à conscientização dos deveres. Nesse sentido, e em razão da previsão legal de prioridade absoluta e proteção integral à Infância e Juventude, a Justiça de Pernambuco desenvolve o Projeto Escola Legal, que visa, por meio de uma ação integrada e conjunta, prevenir e enfrentar as situações de violência ocorridas ou relatadas no âmbito escolar.

Implantado desde 2010, o projeto é resultado de um convênio entre o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), a Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape), o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) e o Governo do Estado, por meio de sua Secretaria de Educação. O objetivo da iniciativa é combater a violência envolvendo crianças e adolescentes, sejam eles vítimas ou agressores. Para isso, o projeto adota a estratégia de mediação feita pelos

denominados comitês que, formados por alunos das universidades conveniadas, professores, gestores, pais de alunos e representantes da comunidade, são devidamente capacitados para lidar com situações de conflitos, substituindo as relações de violência pelo diálogo. Além disso, o objetivo é esclarecer e divulgar o papel do Poder Judiciário nas escolas municipais e estaduais.

Atualmente, o Escola Legal está presente em mais de 160 escolas estaduais e municipais espalhadas por todo o Estado, como em Recife, Olinda, Jaboatão dos Guararapes, Caruaru, Garanhuns, Pesqueira, Araripina, Ouricuri, Salgueiro, Petrolina e Fernando de Noronha. Só nos municípios de Olinda e Recife juntos, são 17 escolas municipais e 29 estaduais. A iniciativa conta com uma equipe de quatro servidores do TJPE, bem como com estagiários e voluntários do Tribunal. O coordenador do projeto é o juiz substituto da Vara Regional da Infância e Juventude da Capital, Paulo Roberto Brandão, mas cada comarca possui um juiz (gestor) responsável pela execução em sua região.

O Escola Legal surgiu da necessidade do Judiciário pernambucano de manter uma relação com as escolas, sobretudo no que tange à inserção no

ambiente escolar de adolescentes em conflito com a lei. De acordo com o juiz Paulo Brandão, existia uma dificuldade de alocar os adolescentes na escola. Somando-se a isso, havia um grande número de ações impetradas na Justiça motivadas por violência na escola, em que crianças ou adolescentes apareciam como vítimas ou agressores. Essa realidade suscitou uma maior interação da Rede Protetiva, que buscou atuar de modo integrado, através dos órgãos diretamente ligados aos direitos da Infância e Juventude, permitindo que os problemas identificados fossem solucionados mais rapidamente.

O projeto, que atua tanto na violência gerada na própria escola, quanto na que chega ao seu conhecimento, possui como metodologia de trabalho a mediação de conflitos. As mediações são realizadas através de comitês integrados que atuam na identificação das situações e na resolução dos problemas. O caráter integrativo se dá uma vez que esses grupos são formados por professores, pais de alunos, estudantes universitários, conselhos tutelares e associações comunitárias, fazendo com que esse envolvimento das pessoas ligadas às crianças e aos adolescentes se torne essencial. De acordo com o juiz Paulo Brandão, os comitês foram formados e implantados



# ESCOLA LEGAL

visando atender ao disposto no artigo 35 da Lei de Execução de Medidas Socioeducativas (Lei nº 12.594/2012), que determina a prioridade por medidas restaurativas, e exige o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários no processo socioeducativo, dentre outras prerrogativas. Nesse sentido, o trabalho do comitê busca ainda resolver as demandas surgidas antes que o caso chegue à Justiça, evitando assim que o adolescente seja inserido no sistema Judiciário. Desse modo, o projeto se apresenta como uma iniciativa preventiva e restaurativa.

Cada escola tem seu comitê, que primeiro trabalha percebendo a natureza do conflito e visualizando se ele é suscetível de resolução, e depois verificando se os envolvidos apresentaram voluntariedade ao participar. O procedimento de atuação do comitê é voltado para os casos de menor potencial ofensivo, sendo proposto nos casos de lesão corporal leve, bullying, dano ao patrimônio, ameaça, entre outros. Depois que a unidade escolar toma conhecimento de um caso, o comitê é acionado, fazendo com que as partes sejam ouvidas e o método de mediação seja aplicado.

Se a natureza do problema for mais grave, como violência corporal ou sexual e tráfico de drogas dentro da escola, por exemplo, o caso é encaminhado às esferas competentes. Segundo Karina Nunes, uma das servidoras responsáveis pelo projeto, nesses casos de direcionamento de conflitos a outras esferas o papel do comitê se mostra essencial, uma vez que as denúncias são feitas de forma a não comprometer o denunciante. “Muitos denunciadores não querem se expor ao perigo, sendo a denúncia, portanto, encaminhada sem a identificação de quem a fez”, revela.

O Escola Legal também desenvolve atividades educativas, como palestras sobre abuso sexual, uso de drogas, gravidez na adolescência, bullying, entre outros temas. O objetivo de prestar informações sobre esses assuntos é orientar e conscientizar as famílias e os alunos para que sejam evitados futuros conflitos. A característica de prevenção, além de ser uma das prioridades do projeto, gera um efetivo serviço de cidadania que faz parte desse processo. Além dessas ações educativas, o projeto inclui em sua pauta de trabalho visita a museus e promoção de olimpíadas através dos parceiros.

## Parcerias

Para a realização do Projeto Escola Legal, que atua tanto na prevenção quanto na restauração de crianças e adolescentes, se faz necessária a colaboração de parceiros atuantes. Além dos municípios envolvidos, o projeto conta com o apoio da Coordenadoria da Infância e Juventude, representada pelo desembargador Luiz Carlos, e de outras instituições, como as Forças Armadas, Associação Beneficente Criança Cidadã (ABCC), Ministério dos Esportes, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Defesa Social do Estado de Pernambuco, Patrulha Escolar, Fundação Abrinq – Save the Children, e a Organização não Governamental World Childhood Foundation. Há também convênios com instituições de ensino, na área de direito, envolvendo tanto as atividades educativas como as mediações de conflito. Segundo o juiz Paulo Brandão, a contribuição é efetiva e “não há que se falar em recuperar ou resgatar um adolescente sozinho, já que o papel do Tribunal não pode ser isolado”. Assim, a ligação próxima

entre os parceiros que trabalham de acordo com suas funções específicas determina o sucesso do projeto.

## Resultados

As violências no segmento Infância-Juvenil continuam a ser um problema sério a ser combatido, sobretudo no que diz respeito à realidade das drogas como o crack e suas implicações na vida dos jovens e na família. Mas, projetos como o Escola Legal têm trabalhado no sentido de melhorar essa realidade, prevenindo por meio das palestras proferidas por parceiros e supervisão dos encaminhamentos dos casos identificados. Os resultados da iniciativa são considerados animadores. Segundo Karina Nunes, os gestores afirmam que a parceria Judiciário – Escola só trouxe benefícios, como a compreensão do papel do Judiciário, a diminuição de situações de conflito, indisciplina e da evasão escolar. Ela ainda ressalta que a quebra do conflito, logo no início, evita que o problema se desdobre em consequências mais graves. Em média, nos municípios de Recife e Olinda são realizadas dez mediações por semana, além das ações de responsabilizações aos pais pelo desenvolvimento dos seus filhos, e dos atendimentos com a equipe técnica (pedagogos/psicólogos/assistentes sociais). O projeto envolve mais de 200 mil alunos em todo o Estado. Para o juiz Paulo Brandão, os resultados, que segundo ele ultrapassaram todas as expectativas, podem ser percebidos nos impactos reais trazidos pela iniciativa. “Nós salvamos vidas, restauramos, resgatamos famílias, escolas, comunidades”, conclui o magistrado. •



# Estrela Guia: há dez anos iluminando caminhos

A equipe do programa comemora os resultados animadores conquistados pelos apadrinhamentos afetivos e financeiros conquistados em 17 casas de acolhida

Completando uma década, o Programa Estrela Guia se consolida como uma alternativa de convivência familiar e comunitária para crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente

## Dyanne Melo

Aos cinco anos de idade, Selena, que morava em uma casa de acolhida e sofre de anemia falciforme, foi estudar na mesma escola em que trabalhava a senhora Luzimar. Com a convivência entre as duas, os laços foram se estreitando, de modo que uma se afeioou a outra. Todos os dias a menina passava o horário do intervalo na secretaria da escola, sala em que trabalhava a funcionária. Ao saber que Selena iria ser transferida da casa de acolhida, Luzimar procurou saber, na instituição de acolhimento, como poderia manter contato com a criança. Foi então que conheceu e começou a participar do Programa de Apadrinhamento Estrela Guia. Luzimar se tornou madrinha afetiva de Selena, retirando a criança mensalmente para passeios e para passar os finais de semana em sua residência. O apadrinhamento trouxe muitos benefícios, incluindo a melhoria da autoestima da menina e de seu relacionamento interpessoal.

A história verídica de Selena e da sra. Luzimar é um exemplo de como vínculos afetivos podem ser criados para além dos laços biológicos, ou ainda, de como o apadrinhamento pode ser uma forma de garantir o direito à convivência familiar e comunitária previsto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. São casos como esse que vêm sendo atendidos pelo Programa Estrela Guia, do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE).

O programa, implantado desde 2002, é promovido pelo Núcleo de Apadrinhamento Estrela Guia (Naeg) da 2ª Vara da Infância e Juventude da Capital. Com o slogan de divulgação "Seja um padrinho, ilumine um caminho", a iniciativa comemora seu décênio este ano, não só com a obtenção de resultados expressivos, mas, sobretudo, com um avanço na área da Infância e Juventude ao assegurar às crianças e aos adolescentes o direito à convivência familiar e comunitária.

O ato de apadrinhar não se trata de adoção, guarda ou tutela, mas sim de constituir referências importantes para os acolhidos, proporcionando o afeto, orientação e apoio em suas vidas.

O apadrinhamento é voltado para crianças e adolescentes institucionalizados na Comarca do Recife, que apresentam difícil colocação em família natural ou substituta. Desse modo, o perfil dos apadrinháveis são crianças maiores de sete anos; ou de qualquer idade nos casos em que apresentam alguma deficiência ou que tenham pouco, ou nenhum vínculo com a sua família de origem. A escolha desse perfil se dá uma vez que, geralmente, as crianças menores são adotadas mais rapidamente, de modo que a adoção das maiores fica mais difícil ao longo do tempo. O objetivo é garantir que esses meninos e meninas, mesmo com poucas chances de adoção, tenham condições necessárias para seu desenvolvimento pessoal e social, por meio de apoio afetivo e financeiro. O programa visa, com isso, minimizar situações de risco que possam afetá-las. Atualmente, o projeto trabalha com 17 casas de acolhida.

O Naeg conta com duas modalidades de apadrinhamento: o afetivo e o financeiro. O apadrinhamento afetivo visa à construção de relacionamentos saudáveis e seguros no cotidiano das crianças e adolescentes assistidos pelo programa. Há casos em que o vínculo construído se torna tão forte, que alguns padrinhos buscam o caminho da adoção. Havendo esse desejo de transformar o apadrinhamento em adoção, e não tendo impedimento jurídico, os padrinhos são encaminhados para os núcleos específicos para o assunto no Tribunal.

Já o apadrinhamento financeiro é uma modalidade de apoio feito por pessoas físicas ou instituições, e consiste em ajuda financeira para custear tanto a qualificação pessoal e profissional dos meninos e meninas acolhidos quanto a manutenção e funcionamento das casas de acolhida. Esse apoio pode ser efetivado, por exemplo, em cursos profissionalizantes e de idiomas, estágios, reforço escolar e prática de esportes. Este foi

o caso do apadrinhamento dos irmãos Marcos e Janaina, na época, com oito e sete anos, respectivamente. Eles tinham um histórico insatisfatório no tocante à aprendizagem da leitura e escrita, comprometendo a autoestima e os relacionamentos interpessoais necessários a uma convivência social sadia. A senhora Mariluce, residente no Estado do Rio de Janeiro, entrou em contato com o Estrela Guia, em 2010, e assumiu o compromisso financeiro da mensalidade escolar das duas crianças em uma instituição de ensino privado, além das despesas referentes ao material pedagógico. O resultado obtido foi o progresso das crianças, que passaram a ter autonomia e prazer nos relacionamentos estabelecidos, cativando a todos que os envolviam.

Os apadrinhamentos acontecem desde o início do projeto em 2002, mas o Naeg só foi criado em 2008. De lá pra cá, o núcleo vem desenvolvendo um trabalho efetivo, que busca não apenas encontrar padrinhos, mas também direcioná-los de acordo com os desejos pessoais de cada acolhido. Segundo a coordenadora do programa, Eleni Munguba, nem todas as crianças e adolescentes desejam fazer um curso de computação, por exemplo. O que o Naeg faz, nesses casos, é procurar a melhor maneira de atender às expectativas dos assistidos, dentro das possibilidades.

De acordo com os dados oferecidos pelo Estrela Guia, desde o início da iniciativa em 2002 até o fim do ano passado, 329 apadrinhamentos foram realizados, estando 29 em continuidade no momento. Há ainda, no total de apadrinhamentos efetivados até 2011, um expressivo número de casos transformados em adoção: 42 crianças/adolescentes foram adotados. Além das adoções e dos apadrinhamentos em continuidade, há os afilhados que retornaram para a família de origem; que atingiram a maioridade; que tiveram seus apadrinhamentos cancelados; e, ainda aqueles que foram apadrinhados mais de uma vez ou por mais de um padrinho. Só no ano passado, 11 apadrinhamentos afetivos e mais 11 financeiros foram realizados. Mas os resultados vão



A coordenadora do programa, Eleni Munguba, destaca que os benefícios do programa são perceptíveis nas crianças e nos adolescentes, ao conquistarem mais autonomia e segurança nos relacionamentos interpessoais

além dos números. Segundo a coordenadora Eleni, os principais benefícios do programa são perceptíveis nas crianças e nos adolescentes, ao conquistarem mais autonomia e segurança nos relacionamentos interpessoais, além de aumentarem a autoestima. De acordo com o juiz da 2ª Vara da Infância e da Juventude, Élio Braz, a importância do programa reside em possibilitar a essas crianças uma convivência familiar e comunitária. Para ele, o Judiciário vem cumprindo seu papel, ao assegurar os direitos da Infância e da Juventude. O juiz, que acompanha o projeto desde o início, acrescenta: “Nós trazemos amor para essas crianças”.

Para apadrinhar afetiva, social e materialmente os interessados precisam ser pessoas da sociedade civil e maiores de 18 anos. De acordo com o Naeg, o importante é que os candidatos tenham vontade e disponibilidade para criar vínculos com as crianças e os adolescentes e ajudá-los a construir seu projeto de vida. Depois que se candidatam para serem padrinhos afetivos, apresentando os documentos solicitados pelo Núcleo de Apadrinhamento, os interessados passam por uma avaliação psicossocial, bem como por uma visita domiciliar feita pelos técnicos. Segundo Eleni, os procedimentos e as exigências feitas vão além de mera burocracia. Ela explica: “Muitas crianças já passaram por situações complicadas na vida. É importante assegurar ao máximo que elas serão bem encaminhadas”, conclui. Os padrinhos e madrinhas podem escolher o sexo e a idade da criança ou adolescente, respeitando-se os limites de idade estabelecidos e o direcionamento dado pelo núcleo.

Uma vez oficializado o apadrinhamento, o vínculo afetivo pode ser devidamente construído, por meio de visitação ao abrigo, passeios nos fins de semana, feriados e férias. As programações realizadas são combinadas previamente com o núcleo e, principalmente, com a casa de acolhida e com a criança. Esse relacionamento estreito entre casa de acolhida, núcleo e padrinhos tem como objetivo o bom andamento do projeto.

Um dos papéis mais importantes do programa é acompanhar o andamento dos apadrinhamentos. O monitoramento se dá por meio de visitas aos abrigos, elaboração de relatórios e reuniões periódicas. Ao todo são realizados quatro encontros por ano, visando compreender as necessidades dos envolvidos e atender às demandas. O núcleo também desenvolve o chamado “projeto de vida”, através do qual as crianças e adolescentes, juntamente com os padrinhos e as equipes profissionais das casas de acolhida, são estimulados a pensar sobre suas escolhas futuras, sobretudo as profissionais. Eleni Munguba ressalta, no entanto, que o objetivo da iniciativa não é sobrecarregar ainda mais a vida dos assistidos com pesadas conjecturas, mas sim possibilitar condições para que tenham um futuro bem planejado.

Além disso, também foi desenvolvida uma cartilha de orientação para os padrinhos. Visando sanar possíveis dúvidas que surjam durante o apadrinhamento, a cartilha abarca pontos como a importância da assiduidade, os comportamentos inesperados e as viagens com os afilhados. Para a comemoração dos dez anos, o Naeg planeja fazer um evento reunindo vários padrinhos e apadrinhados do projeto. •

# Vepa aprimora trabalho após implantação de núcleos

A instituição do Centro de Acompanhamento a Penas e Medidas Alternativas na unidade inaugura uma fase marcada pela melhoria no atendimento aos seus beneficiários

**Ivone Veloso**

A experiência com as drogas começou cedo para o garçom Guilherme. Aos 15 anos de idade ele passou a fumar maconha e aos 21 começou a consumir crack. O uso do crack, que antes era esporádico, passou a ser constante aos 24 anos. “Cada dia era horrível, fumava mais e mais”, recorda. O dinheiro para comprar a droga acabou e Guilherme, junto com um amigo, cometeu um furto e foi preso. Após passar cinco meses preso no Centro de Observação e Triagem Everardo Luna (Cotel), em Abreu e Lima, ele foi julgado na 12ª Vara Criminal da Capital, no dia 8 de abril de 2011, e condenado a dois anos de reclusão. Durante o julgamento, o juiz responsável pelo seu caso decidiu pela suspensão condicional da pena, encaminhando-o para a Vara de Execução de Penas Alternativas (Vepa). No local, Guilherme vem cumprindo a nova medida jurídica estipulada pelo magistrado, que é o comparecimento mensal obrigatório em palestras, com duração de 1h, durante dois anos.

Ao chegar à Vepa ele foi orientado de que poderia ser encaminhado para tratamento voltado à dependência em drogas, através do Núcleo de Justiça Terapêutica (Nujt), instituído pela vara em abril do ano passado. A equipe do Nujt o direcionou para os Narcóticos Anônimos (NA), o Programa Atitude, e o Centro de Atenção Psicossocial- Álcool e Drogas (CAPSad). O tratamento viabilizado por meio do núcleo era op-

cional, mas Guilherme estava decidido a deixar de vez a dependência e abandonar o passado. “O momento mais difícil da minha vida aconteceu quando fui preso, mas hoje digo que felizmente isso ocorreu porque foi o que me fez parar para pensar sobre a necessidade de deixar o vício”, revela. Atualmente, ele comemora o novo momento que vive. Aos 25 anos, está trabalhando numa padaria, pretende estudar, fazer um curso profissionalizante e abrir possibilidades ao surgimento de um novo emprego para dar uma assistência melhor aos dois filhos. “Recuperei as amizades do período da escola e meu pai passou a acreditar mais em mim, me procura mais para conversar e está me ajudando financeiramente nessa minha nova fase”, conta.

Histórias de superação como a de Guilherme hoje podem ser vistas com frequência pela equipe do Nujt. O núcleo foi instituído a partir da aprovação da Lei nº 14.284/2011, em 5 de abril do ano passado, que criou o Centro de Acompanhamento a Penas e Medidas Alternativas (Capema), do qual ele faz parte. O papel do Nujt é realizar acompanhamento e encaminhamento para tratamento, voltados para um grupo específico de cumpridores de penas alternativas: aqueles que têm algum tipo de problema relacionado ao uso abusivo e dependência de álcool e outras drogas psicoativas. Integram também o Capema, o Núcleo de

Acolhida (Nac), responsável por realizar entrevistas psicossociais, acompanhamento de audiências e encaminhamentos iniciais com os cumpridores de penas; o Núcleo de Acompanhamento e Monitoramento (Nucam), destinado ao monitoramento do cumprimento da pena de prestação de serviços à comunidade; e o Núcleo de Formação, Estudos e Convênios (Nufec), que realiza palestras mensais para os cumpridores em suspensão condicional do processo e estabelece convênios com a rede de serviços sociais disponíveis.

Segundo a coordenadora geral do Capema, a psicóloga Jana Gabriela Barros, são atendidos hoje pelo centro cerca de 2.400 cumpridores de penas alternativas. Ainda de acordo com Jana, a implantação da estrutura foi uma grande vitória tanto para a Vepa quanto para o Judiciário estadual, porque ao mesmo tempo em que promove o desenvolvimento do trabalho voltado aos cumpridores, atende à Resolução nº 101 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). “Na resolução está prevista a criação de centrais de acompanhamento e núcleos de monitoramento vinculados aos juízes competentes para a execução de penas alternativas nos tribunais de todo o país”, especifica a psicóloga.

Para o juiz titular da Vepa, Flávio Fontes, a instituição do Capema permitiu a reestruturação da vara e possibilitou uma melhoria no trabalho da unidade. Fundada há pouco mais de 11 anos, no dia 13 de fevereiro de 2001, a Vepa já apresenta bons resultados desde o início da sua atuação. “Dos mais de dez mil beneficiários pela unidade, até o momento, apenas 5% voltaram a praticar algum tipo de crime”, afirma o magistrado. A vara tem como principal medida de atuação a suspensão condicional do processo e da pena, bem como a substituição da pena. O trabalho é voltado aos infratores com delitos de pequeno e médio potencial ofensivo, o que inclui porte ilegal de armas, pequenos furtos, apropriação indébita, sonegação fiscal, estelionato, crimes de trânsito, lesão corporal leve, entre outros com condenação de até quatro anos, se não houver o emprego de violência grave ou ameaça.

Nos casos de suspensão do processo e da pena a medida aplicada é a de comparecimento mensal obrigatório em palestras com duração de 1h. Nos delitos em que ocorrem a substituição da pena, cabem a prestação de serviços à comunidade; a prestação pecuniária, que consiste no pagamento em dinheiro à vítima, a seus dependen-



Segundo o juiz Flávio Fontes, dos mais de dez mil cumpridores de penas atendidos pela unidade, até o momento, apenas 5% voltaram a praticar algum tipo de crime

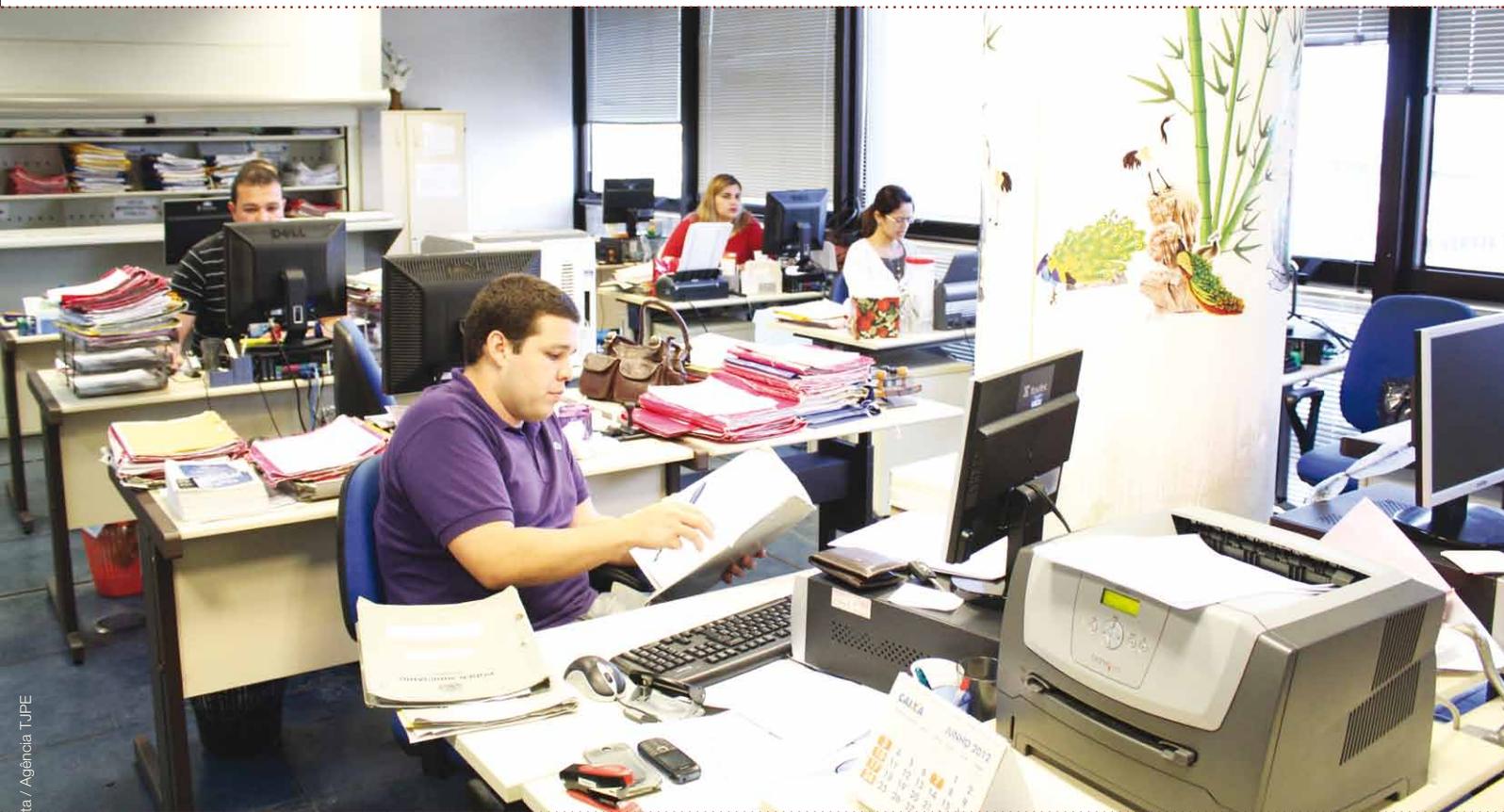


Para Jana Gabriela, a implantação do Capema foi uma grande vitória tanto para a Vepa quanto para todo o Judiciário estadual

tes, ou à entidade pública ou privada, com destinação social; interdição temporária de direitos; ou a limitação de final de semana. Esta última penalidade implica na obrigação de permanecer aos sábados e domingos numa instituição penitenciária, por 5h diárias, onde são ministrados cursos, palestras ou qualquer atividade educativa.

Os cumpridores recebem assistência integral e direta de uma equipe formada por profissionais das áreas de direito, psicologia e serviço social. Segundo o juiz Flávio Fontes, as ações desenvolvidas por cada profissional da Vepa têm como finalidade a conscientização do infrator sobre a importância da conquista da cidadania. “Procuramos passar para os cumpridores que eles estão tendo oportunidades importantes para serem reinseridos na comunidade e que esse sistema é um voto de confiança dado pelo Judiciário para o começo de uma nova vida”, diz o magistrado. •

Os cumpridores das penas alternativas recebem assistência integral e direta de uma equipe formada por profissionais das áreas de direito, psicologia e serviço social, no Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano



# A Justiça nas ondas do rádio

No município de Itaíba, os habitantes têm a chance de entender melhor seus direitos e deveres no programa radiofônico apresentado semanalmente pelo juiz Evandro de Melo Cabral

## Bruno Brito

A cada quinta-feira, das 7h30 às 8h, os moradores da cidade de Itaíba sintonizam seus aparelhos de rádio na emissora comunitária local Açurema FM. É a hora do programa mais esperado pela comunidade. Vai começar o “Falando com o juiz”, apresentado ao vivo pelo magistrado Evandro de Melo Cabral, 53 anos. Durante a produção, os ouvintes ligam e fazem perguntas sobre o tema abordado pelo juiz titular da comarca e também tiram dúvidas do ponto de vista legal e jurídico sobre diversos assuntos.

O programa estreou no dia 17 de dezembro de 2009. A ideia de se comunicar com a cidade por meio do rádio surgiu a partir da necessidade de esclarecer o real papel do Poder Judiciário e como é a atuação de um magistrado. “Algumas pessoas iam ao fórum, achando que uma causa poderia ser resolvida apenas com um documento assinado pelo juiz. Então, quando escolho um assunto no campo do direito da família, por exemplo, explico a natureza daquele processo, o que a lei diz e enfatizo que as partes devem ter advogado para iniciar o processo na Justiça e passo mais detalhes da tramitação, evitando falar em casos concretos”, afirma.

Na lista de dúvidas dos ouvintes, são frequentes temas como segurança pública, violência doméstica, pensão alimentícia, investigação de paternidade e questões de trânsito. “A participação da população faz com que o programa fique diversificado e sempre rende uma boa conversa, além, evidentemente, de promover uma maior aproximação entre o cidadão e o Judiciário”, declara. A linguagem adotada é simples e acessível ao povo do interior,

evitando o juridiquês e termos jurídicos complexos, facilitando a compreensão principalmente entre a população da zona rural do município.

Com dois anos e seis meses no ar, o juiz Evandro observa que houve uma evolução no interesse dos ouvintes. “No início, a maioria das dúvidas tinha como objeto causas de interesse pessoal, como o direito de família (pensão alimentícia e divórcio), a questão da propriedade, os direitos e garantias fundamentais individuais previstos na Constituição. Agora, é bem claro que os ouvintes estão mais preocupados com causas coletivas, como a defesa e a preservação de bens públicos, a questão da segurança pública e outros problemas que afetam a cidade”, analisa.

As explicações do magistrado também ajudaram a eliminar a ocorrência de boatos sobre os procedimentos e atos públicos na comarca. “A cada programa, as dúvidas surgem porque os ouvintes ouviram falar, alguém disse. Uma vez, a Prefeitura determinou o recuo de calçada em uma rua e as pessoas atribuíram esse fato a uma decisão judicial que não existia, tratava-se apenas de um ato administrativo de competência do município. Ao responder as dúvidas, vou mostrando para a população quais são seus direitos e deveres e que sempre devemos procurar as fontes de informação corretas, assim como convido as autoridades competentes para prestar esses esclarecimentos”, relembra o juiz.

Já participaram do programa várias autoridades locais, como o delegado da Polícia Civil e o comandante do Batalhão da Polícia Militar responsáveis

De acordo com o juiz Evandro de Melo, a ideia de se comunicar com a cidade de Itaíba através do rádio surgiu da necessidade de esclarecer o real papel do Poder Judiciário



pela segurança em Itaíba. Recentemente, um representante da Compesa esteve na emissora para prestar esclarecimentos sobre a falta de água no município e informar as providências que estavam sendo adotadas.

Por influência dos conselhos do magistrado no programa, os mototaxistas e motoboys que trabalham na cidade estão regularizando seus ofícios no município e no Detran. “Sempre recomendo que trabalhem de forma regular e também incentivo que continuem a estudar para obter um emprego melhor”.

No mês em que está de férias, a rádio comunitária Açurema FM veicula programas gravados previamente e reprisa edições anteriores. “Atendo a população no fórum, mas também converso com os ouvintes pessoalmente após o programa. Muitos vão à emissora e ao fórum e não acreditam que não estou na cidade, só porque ouviram minha voz no rádio. Sempre tem um caso desses durante minhas férias”.

Itaíba está situada no Agreste Meridional, a 338 km do Recife. A Rua Constantino Lavrador, no centro, é o endereço do Fórum Desembargador Jeová da Rocha Wanderley. Segundo o censo do IBGE em 2010, o município tem 26.256 habitantes distribuídos em 1.083,7 Km<sup>2</sup>. As principais atividades econômicas estão na agropecuária e no setor de serviços.

O juiz Evandro de Melo Cabral está na comarca como juiz titular desde

2007. Seu ingresso na magistratura ocorreu no ano de 2006 por concurso público. Antes, a vida profissional dele já estava ligada ao Tribunal de Justiça de Pernambuco. Em 1991, ele tomou posse como escrevente (cuja exigência era formação superior), trabalhando na Vara dos Feitos da Fazenda Municipal, da qual era titular o desembargador José Maria Florentino, então juiz de direito. Formado em educação física, o servidor Evandro de Melo decidiu fazer o curso de direito por se identificar com o trabalho no TJPE. Gradudou-se em 1998 na Universidade Católica de Pernambuco por influência do magistrado José Florentino. “Até hoje, o desembargador é meu paradigma de caráter e de ética na magistratura. Trabalhei com ele no gabinete até o seu falecimento, em janeiro de 2001”.

Durante o período em que foi professor de educação física do Estado e do município do Recife, além de trabalhar nas escolas públicas, com turmas de 5ª a 8ª série, o magistrado atuou como técnico de atletismo nas corridas de longas distâncias, dos 5.000 metros à maratona, revelando vários atletas no Estado que participaram de campeonatos na América do Sul e mundiais nos Estados Unidos, Hungria, Itália e Espanha. “Integrei delegações brasileiras na Venezuela, Peru e Bolívia, além de participar de delegações pernambucanas na São Silvestre por cerca de seis anos consecutivos”. •



No gabinete do desembargador Nivaldo Mulatino, no 3º andar do Fórum Thomaz de Aquino, a paixão do magistrado pelo cinema se torna evidente com quatro pôsteres de filmes emoldurados na parede do ambiente

## Um magistrado e o fascínio pela Sétima Arte

O cinema na vida do desembargador Nivaldo Mulatino remete a um passado cheio de lembranças iniciado no Sertão de Pernambuco

Ivone Veloso

Na sala de projeção do único cinema de Arcoverde, o Cine Rio Branco, o menino Nivaldo Mulatinho começou sua paixão pela Sétima Arte. Na tela, as imagens se sucediam e ele com quatro anos de idade não tinha muita noção de que histórias estavam sendo retratadas. “Cresci no cinema”, resume ele. A casa do avô, que incentivou o gosto do neto pelos filmes, ficava em frente ao cinema. “Vovô deixava eu ir ao Cine quase todos os dias e me sentava sozinho numa poltrona da sala de projeção. Anos depois descobri que ele mandava um adulto me observar enquanto eu ficava lá, mas na época achava que estava só”, conta sorrindo.

Hoje, o desembargador Nivaldo Mulatinho não lembra a primeira imagem ou o primeiro filme que viu nessa época. “Era muito menino e era uma sucessão de inúmeras cenas que via”, explica. Mas recorda como se fosse hoje do primeiro cartaz de filme que lhe marcou no Cine Rio Branco. Chamava-se “A Noite tem Mil Olhos”, estrelado pelo ator americano Alan Ladd. O título do filme, assim como o colorido do cartaz, o impressionaram. A lembrança mais remota, no entanto, da primeira produção cinematográfica que viu remete ao Cine São Luiz, em Recife, no início da década de 50. Nivaldo, então com seis anos, assistiu “Branca de Neve e os Sete Anões”. O filme, baseado no conto de fadas “Branca de Neve” dos Irmãos Grimm e a primeira produção cinematográfica de Walt Disney, despertou um encantamento infantil.

Desde o início, a vida do magistrado foi atrelada aos cinemas da cidade. Nascido em Arcoverde, em 1945, mudou-se para o Recife aos sete anos de idade. Na capital pernambucana, em Campo Grande, morou o período curto de quase um ano na infância, tempo suficiente para frequentar os cinemas dos bairros da Encruzilhada e do Espinheiro, onde assistia aos filmes de cowboy, gênero que gosta até hoje. Mas foi a mudança do pai comerciante, também Nivaldo, para o Rio de Janeiro, em 1953, que abriu um mundo de sonhos para o menino. “Papai disse: você vai para um lugar que tem um cinema atrás do outro e eu achei que

era brincadeira”, lembra. Chegando ao Rio, Nivaldo conheceu a Cinelândia, nome popular da região do entorno da Praça Floriano, onde os cinemas se amontoavam. “Fiquei maravilhado com aquilo e meu pai vendo meu entusiasmo afirmou: agora você está no céu. E realmente estava”, recorda.

No Rio, os filmes de cowboy ainda eram os mais assistidos. Na época, as revistas de quadrinhos com personagens desse gênero cinematográfico eram muito populares. Foi tentando desvendar as histórias que estavam nos “gibis” que Mulatinho aprendeu a ler e escrever. Os filmes que assistia também contribuíram para despertar o interesse pela leitura. As produções americanas que passavam no Brasil não eram ainda dubladas e a vontade de saber os diálogos entre os atores incentivou Nivaldo a buscar entender, cada vez mais rápido, o que estava escrito nas telas.

O tempo morando no Rio durou cinco anos. A época era a década de 50, período em que o rádio ainda estava no auge, com a transmissão de grandes novelas. As histórias narradas no rádio também chamavam a atenção de Mulatinho. Ele morava na Avenida Rio Branco, no Centro do Rio, próximo à Rádio Mayring Veiga, local que ia com certa frequência para assistir a grandes atores como Paulo Gracindo e Chico Anysio. A expressão da arte nos diversos veículos de comunicação sempre o cativou. “Tinha até uma vizinha, Dona Rosa, com uma televisão que transmitia as imagens em preto e branco. Os programas eram ao vivo e sempre me fascinavam”, descreve.

Para o magistrado, o fascínio da obra de arte expressa em qualquer veículo reside também em se desvendar características da faceta humana. Com o passar dos anos, o desembargador foi descobrindo que na vida real o bem não está só de um lado, nem o mal está de outro como nos filmes de cowboy. “O bandido das histórias de cowboy tinha muita coisa de mocinho e o herói também tinha suas vilanias. A pessoa humana não é feita só de um lado, isso você vai aprendendo”, avalia.

Nivaldo hoje gosta de quase todos os gêneros cinematográficos, menos

os de terror e de ficção científica. Os de terror acha meio ridículo e sente até um pouco de raiva porque não consegue sentir medo algum. Já no caso dos filmes de ficção científica abre uma exceção, meio relutante, para “2001: Uma Odisseia no Espaço”, lançado em 1968 por Arthur C. Clarke em parceria com o cineasta Stanley Kubrick. “É uma produção bem elaborada, com belas cenas, mas sinceramente não me emociona”, sintetiza.

Entre os melhores filmes que já assistiu, o magistrado elege o americano “Picnic”, em português “Férias de Amor”, produzido em 1955. “Sempre que assisto a este filme descubro detalhes que não tinha percebido antes”, revela. Na história, Hal Carter (William Holden) é um viajante errante, que chega em uma pequena cidade do Kansas para visitar e tentar conseguir emprego com um rico colega de faculdade, Alan (Cliff Robertson). Porém ele conhece e se apaixona por Madge Owens (Kim Novak), namorada de Alan. Quando a mãe da jovem sente que esta paixão é correspondida entra em desespero, pois sonha ter a sua filha casada com o melhor partido da região. A fita tinha vários componentes que chamaram a atenção de Nivaldo, como sua atriz predileta, Kim Novak, e uma menina que assim como ele gostava de escrever.

No âmbito do cinema nacional, o desembargador cita “Cabra Marcado para Morrer” como um dos preferidos. O filme é uma narrativa semidocumental da vida de João Pedro Teixeira, um líder camponês da Paraíba que foi assassinado em 1962. A filmagem das cenas foi interrompida em razão do golpe militar, em 1964, quando forças policiais cercaram a locação no engenho da Galileia e pararam a produção. Parte da equipe foi presa sob a alegação de comunismo e o restante se dispersou. A produção recomeçou 17 anos depois, pelo diretor Eduardo Coutinho, recolhendo os depoimentos dos camponeses que trabalharam nas primeiras filmagens. “É um documentário importante de denúncia do sistema de ditadura na época, entremeadado por cenas de humor”, relata.

O hábito de ir ao cinema acompanha Mulatinho até hoje, apesar de toda

a tecnologia existente para assistir aos filmes no conforto de casa. Para ele, não há local que substitua a sala de projeção. “Assistir a um filme sozinho é bom, mas assistir com o calor da plateia é muito melhor, mesmo que atualmente os cinemas estejam mais barulhentos. Considero um sonho coletivo. Gosto muito também de ouvir os comentários no final da sessão. Duas pessoas nunca assistem ao mesmo filme, são opiniões totalmente diferentes a respeito da mesma história”, conclui.

O prazer de frequentar as salas de projeção da cidade não impede Nivaldo de ter em casa uma cinematoteca particular. O número de produções cinematográficas que coleciona ele não faz ideia. Deixou de contar há muito tempo. “Falo sempre que entro num local que vende filmes: hoje não vou comprar nada. Mas é mais forte que eu. O que é que eu posso fazer?”, admite sorrindo. Na coleção, clássicos do cinema como “Um Corpo que Cai” e “Janela Indiscreta”, de Alfred Hitchcock, seu diretor favorito; “Casablanca”; “E o Vento Levou”; a coleção completa dos filmes de Charles Chaplin; “Quanto mais Quente Melhor”; “Crepúsculo dos Deuses”; e “Cidadão Kane”.

O magistrado lembra como se fosse hoje do primeiro aparelho de vídeo cassete que adquiriu. Quando surgiu a novidade em Recife, na década de 80, não perdeu tempo e entrou num consórcio para a compra do equipamento. Depois foi numa locadora e alugou dez fitas de uma vez só. “Parecia menino numa loja de doce ou quando se vai a um encontro de uma namorada. Entrei na locadora com o coração batendo forte”, relembra. Assistiu três produções por dia e chegou a conclusão de que não tinha feito um bom negócio porque, segundo ele, quando se assiste a um bom filme, que marca esteticamente e psicologicamente, não é preciso assistir a outro logo em seguida.

A paixão do desembargador pelo cinema é também evidente quando se entra em seu gabinete, no 3º andar do Fórum Thomaz de Aquino. Na parede, quatro pôsteres de produções cinematográficas emoldurados decoram o ambiente. Hoje atuando como magistrado, Nivaldo tem certeza

de que escolheu a profissão certa, mas quando era adolescente sonhava mesmo ser roteirista de filme policial. O sonho não seguiu adiante e acabou se graduando em jornalismo e ciências sociais pela Universidade Católica de Pernambuco, em 1968, e em direito pela Universidade Federal de Pernambuco, em 1969.

Na área de jornalismo trabalhou como radialista e produtor na TV Universitária durante 13 anos. Já a carreira de magistrado teve início em outubro de 1982, quando assumiu a Comarca de Carnaíba, no Sertão do Pajeú. Em seguida, atuou como juiz da 2ª Vara Criminal por mais de cinco anos nas comarcas de Amaraji, Petrolina e Jaboatão dos Guararapes. Em 1997, tornou-se juiz titular da Vara Privativa dos Crimes Contra a Criança e o Adolescente, e em agosto de 2008, por unanimidade, foi eleito desembargador pelo critério de Antiguidade.

A facilidade que tem para escrever e a vocação como magistrado fizeram de Mulatinho reconhecido não só na área jurídica, mas também no meio literário. Possui diversas sentenças publicadas em revistas especializadas e artigos ligados aos temas de literatura, ciência criminal e filosofia de direito. Uma sentença em especial, julgada em 2000, marcou o desembargador. Com base nessa decisão, o professor titular de Ética e Filosofia da Universidade de Campinas (SP), Roberto Romano, escreveu em 2006 para a Folha de São Paulo o artigo “Juízos em Preto e Branco”, que ganhou repercussão na imprensa nacional.

Na sentença, o então juiz Nivaldo Mulatinho condenou um grupo de policiais militares que agrediu violentamente um menino que estava pegando mangas nas imediações de casa, numas árvores próximas a uma oficina de galvanização. Ao ouvir barulhos do adolescente no local, um vigia disparou tiros e policiais militares perseguiram o garoto e o levaram para oficina onde o jogaram num tonel com soda cáustica. O menino sofreu queimaduras de segundo e terceiro grau e ainda foi agredido com tapas e pontapés nas costas. Em seguida, um integrante da patrulha o conduziu a um

posto policial exigindo que ele afirmasse que caiu acidentalmente no tonel. A defesa dos policiais alegou que o menino tinha “credibilidade zero”, pois era “adolescente e imaturo”, o que foi absolutamente refutado na sentença.

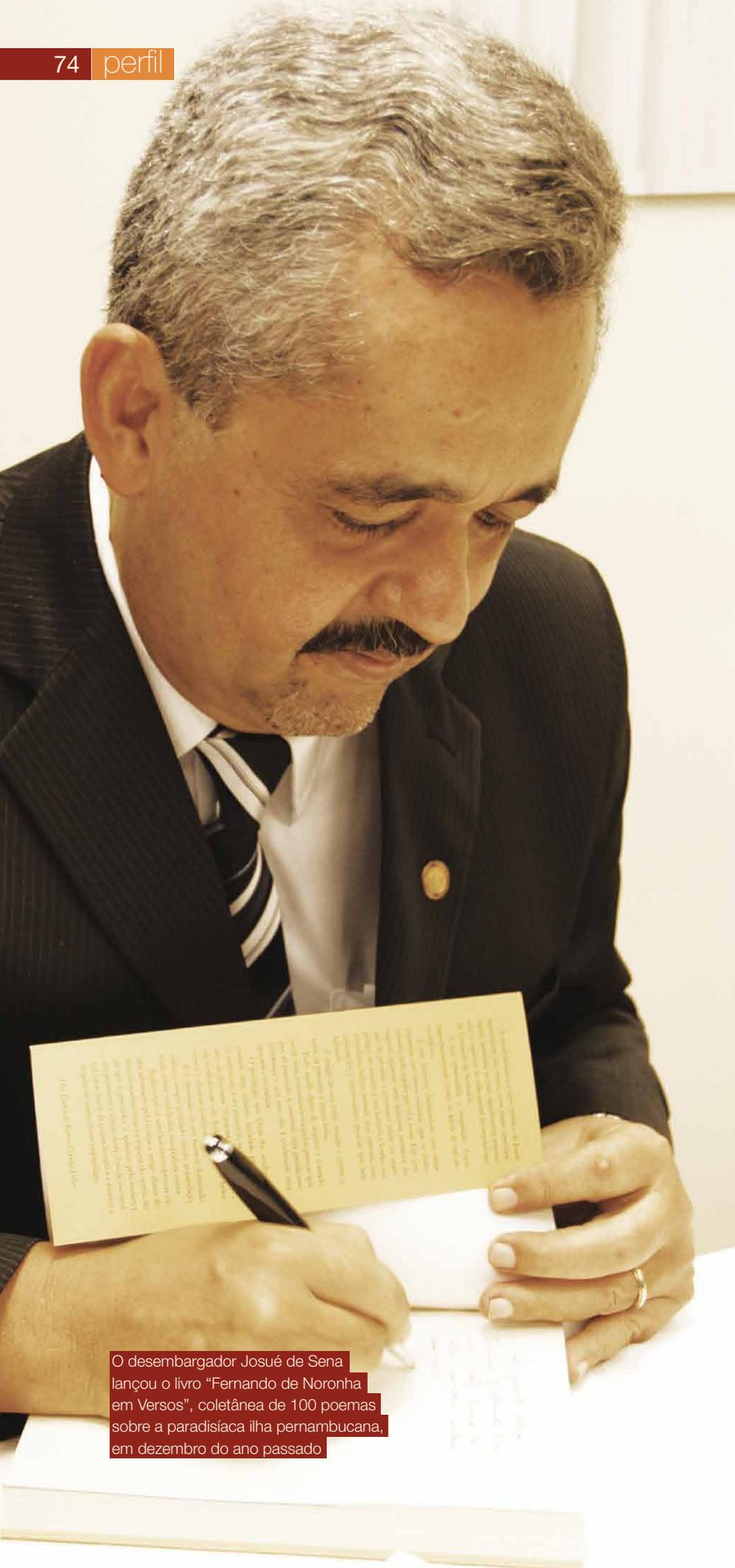
O exercício da magistratura mostrou a Mulatinho sua verdadeira vocação. Como leitor contumaz que é, o magistrado gosta de ler os processos minuciosamente e de mergulhar no drama humano que representa cada um deles. Segundo o desembargador, quanto maior o grau de dificuldade na resolução de uma ação mais interessante ela se torna. Para ele, o prazer contido em cada processo está em se emocionar com o drama humano, não no sentido de se chocar, mas de constatar que determinada história realmente acontece e de definir o que pode ser feito para resolver a questão da melhor forma possível. “A maior recompensa do magistrado é saber que conseguiu fazer justiça. Ser bonzinho ou malzinho é fácil, mas ser justo é muito difícil. Em alguns momentos da minha vida fui cumprimentado por pessoas que condenei, isso para mim não tem preço”, pontua.

Fora do gabinete e da realidade das sentenças, Nivaldo encontra descanso não só nos filmes, mas também nos livros de romance. Os romancistas, mesmo os mais fracos, trazem, segundo ele, a perspectiva de se manter no lugar dos outros. O magistrado se identifica com a frase do prêmio Nobel de Literatura, de 2006, Orhan Pamuk. Ele diz: “Ao nos colocarmos no lugar do outro, usando a nossa imaginação, podemos conquistar a liberdade”. Como livros favoritos ele cita “Emissários do Diabo”, de Gilvan Lemos; “A Pedra do Reino”, de Ariano Suassuna; “Quarup”, de Antonio Callado; e “A Guerra Total de Canudos”, de Frederico Pernambucano de Mello.

Também fora do Tribunal, ele encontra refúgio e aconchego na convivência com a esposa, Isly, e com os filhos Marcela, Pedro e Ivan. Isly é médica-pediatra; Marcela é engenheira biomédica e trabalha em Maceió; Pedro é fisioterapeuta e atualmente estuda administração; e Ivan, que é advogado, atua agora em direito criminal. O magistrado cita todos com um orgulho incontido. •

“  
A maior recompensa do magistrado é saber que conseguiu fazer justiça. Ser bonzinho ou malzinho é fácil, mas ser justo é muito difícil  
”





O desembargador Josué de Sena lançou o livro "Fernando de Noronha em Versos", coletânea de 100 poemas sobre a paradisíaca ilha pernambucana, em dezembro do ano passado

## Homem de leis e letras

Estudioso da história, o desembargador Josué de Sena divide seu tempo também com a poesia

### Rafael Cavalcanti

No gabinete do desembargador Josué Antônio Fonseca de Sena, o quadro com a representação de Themis, deusa grega guardiã das leis e do compromisso com a Justiça, ocupa um lugar de destaque. Observando um pouco mais, é possível notar outro quadro no local, onde está pintada uma construção antiga inserida numa larga praça. O desenho retrata o Convento do Carmo da cidade de Goiana, edificado no século dezessete, com o patrocínio de André Vidal de Negreiros, herói da Restauração Pernambucana. Josué nasceu no município, que parece não só fazer parte da sua vida como o acompanha aonde quer que esteja.

Além de servir como "uma forma de deixar Goiana sempre por perto", como ele mesmo faz questão de frisar, o quadro revela uma grande paixão na vida do desembargador, a história. A cidade é conhecida por participar ativamente de quase todos os movimentos de rebeldia e resistência popular do Estado (Expulsão dos Holandeses, Revolução Pernambucana de 1817, Convenção do Beberibe, Confederação do Equador, Revolução Praieira, dentre outras) e tem sido um manancial para a curiosidade e o interesse de Josué. "O Convento do Carmo chegou a ser palco de um combate na revolução de 1848 e foi parcialmente destruído" explica o desembargador.

"Eu tenho um gosto realmente muito grande pela história, pela história Universal, do Brasil, de Pernambuco e também da minha cidade. Esse gosto é um dos motivos que me levaram a

escrever”, disse Josué. Sim, escritor. Homem do direito, admirador e estudioso da história, ele ainda divide seu tempo com a poesia. Leitor assíduo desde criança, quando lia os livros da biblioteca do pai, Alcides, e se perdia naquele universo infinito de literatura.

O pai tem um papel importantíssimo na sua formação e no gosto pelo direito, literatura e história. Professor, advogado, político e dono de umas das maiores bibliotecas particulares da cidade de Goiana, Alcides sempre incentivou o hábito da leitura e levava o jovem Josué para acompanhar seu trabalho como advogado. “Eu comecei minha advocacia acompanhando meu pai, mesmo antes de entrar no curso. Eu estava sempre presente na vida profissional dele, foi umas das motivações para fazer o curso de direito”, afirmou o desembargador.

Já na relação com a literatura, Josué diz que a vontade de escrever veio naturalmente, em decorrência de toda bagagem que possuía como leitor. “Gostava e ainda gosto muito de ler, e com base nessa leitura, eu criei certo jeito para a escrita. No meu caso, fiz a opção pelo viés poético para me expressar, mas leio de tudo” registrou. Apesar de escrever mais voltado para o clássico, ele diz que lê todos os estilos de poesia, inclusive o modernismo.

“O meu estilo de expressão em verso tende um tanto para o clássico, o romântico e o parnasiano. Sempre tenho a visão do poema com a rima, que dá uma sonoridade, uma musicalidade. Todos os meus versos e poemas são rimados, não tenho muita preocupação com a métrica, mas a rima é uma tônica sempre presente na minha poesia” analisa Josué. Segundo ele, o poeta que lhe causou grande impressão, e até hoje serve de parâmetro é o paraibano Augusto dos Anjos, principalmente pelo aspecto inovador de sua temática, o fascínio pela fragilidade do ser humano e morbidez de seu destino, pela forma como ele conseguia expressar em rimas perfeitas e não usuais o sentimento através da escrita. Ademais, se declara forte admirador de Álvares de Azevedo, Castro Alves, Olavo Bilac, Cecília Meirelles, Manuel

Bandeira, Carlos Pena Filho e Ascenso Ferreira.

O primeiro livro de Josué de Sena foi “Goiana em Versos e Prosa”, de 2007, obra que, segundo o desembargador, foi muito pesquisada e se destinou à manifestação do seu reconhecimento à cidade de Goiana. Mais uma vez, a história e a poesia se fundem, pela necessidade de contar a história e guardar a importância da cidade e, ao mesmo tempo, conservar a sensibilidade própria da poesia. No livro, cada tema é aberto com um poema e o desenvolvimento é escrito em prosa. “Goiana em Versos e Prosa” recebeu o prêmio Leonor Carolina Corrêa de Oliveira, da Academia Pernambucana de Letras, em 2008. Ademais, publicou recentemente o livro de poemas épicos “Portugal e o Mar sem Fim”, apresentado em uma universidade de Lisboa, enfocando o período das descobertas marítimas do país lusitano.

Para o poeta Josué, tudo pode transformar-se em poesia, principalmente o cotidiano. Ele foi juiz de Fernando de Noronha e dessa ilha coleciona várias histórias que lhe proporcionaram mais um livro. Uma das poesias narra uma situação que para muitos não renderia nada – além do medo, claro. Ele foi tomar banho de mar, se distraiu e, quando percebeu, tinha se afastado demais da praia. Josué se viu ali no meio do oceano, sozinho, e quando voltou para a praia, escreveu a poesia narrando a sensação do quase afogamento.

A ilha de Fernando de Noronha foi realmente muito importante para a produção de Josué. “Sem dúvida, a ilha é muito bonita. Muito impressionante aquele contraste de montanha e mar, aquelas formações rochosas que fazem a pessoa imaginar imagens das mais diversas. A transparência das águas... Há uma sintonia da natureza com o homem. A gente nota até que os animais não se afastam, os pássaros se aproximam, os peixes não atacam”, lembra com um certo brilho no olhar.

O desembargador e escritor trabalha atualmente numa coletânea sobre o Tribunal de Justiça de Pernambuco,

“explorando principalmente a arquitetura, os ambientes, os rituais de julgamento, as solenidades, e esses aspectos do cotidiano, que para muitos passam despercebidos, vezes permeados com certa visão de humor nos textos”, define. Ele cita como alguns temas a porta giratória do Palácio da Justiça, vendo-lhe certa contradição por cercear o livre acesso das pessoas ao Tribunal, o elevador panorâmico que por vezes não funciona. Noutro viés, ressalta a singela religiosidade da capela interna e a beleza dos adornos do Salão do Pleno e do Salão Nobre.

Além disso, se propõe a refletir sobre o Salão dos Passos Perdidos, e partindo desse nome um tanto misterioso ele traça uma história poética. Enfim, Josué mostra que tudo merece ser pensado, que por trás de coisas aparentemente sem valor é que existe beleza. Josué de Sena não quer parar de produzir agora, muitas ideias aparecem a cada meia hora de conversa, livro sobre as viagens, livro sobre a Justiça, ideias tão infinitas, complexas e simples ao mesmo tempo, como o próprio cotidiano. •

### Prédio do Tribunal

Mais de setenta anos são passados  
Dessa obra bela, portentosa,  
Nela quantos magistrados  
Cultuaram Themis gloriosa?  
Quantos processos foram julgados  
Aí, quantas causas famosas  
Quantos procuradores, advogados  
Cultuaram Themis poderosa?  
Ó Tempo que apaga tudo!  
Ó Homem poeira do Universo,  
A tua fragilidade saúde,  
Teus valores e conceitos controversos,  
Enxergo eternidade contudo  
Na ideia na obra, e no verso.

*Josué de Sena*

# Diriest adota práticas de racionalização

A proposta da diretoria visa não apenas à redução do custeio, mas à melhoria das condições de trabalho na estrutura do Tribunal

**Rafael Cavalcanti**

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), através da sua Diretoria de Infraestrutura (Diriest), pretende expandir as práticas para racionalização de gastos públicos ao longo dos próximos anos. No Plano Decenal do TJPE (2010/2019), de acordo com a Meta 6 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), consta o empenho na redução de papel, energia, água e combustíveis. Dos serviços de postagens e remessa de correspondências, documentos e volumes até o uso do papel no cotidiano do Tribunal, a ideia é economizar e otimizar os materiais e serviços. Uma iniciativa que visa não apenas à redução dos custos, mas também à melhoria das condições de trabalho para os servidores e o pensamento ecológico da sustentabilidade.

Impressoras que imprimem o papel frente e verso já foram distribuídas por vários setores de toda a instituição. A utilização desses equipamentos tem como objetivo atingir um percentual próximo dos 50% de economia. O número, de 2011 para 2012, atingiu a faixa dos 10%. É válido salientar que a redução equivale a 6.800 resmas, o que traduz proporcionalmente uma economia de mais de uma resma por servidor.

Ainda em relação ao papel, outro ponto fortemente defendido pelo diretor de Infraestrutura do TJPE, Henio Siqueira, é a maior utilização do e-mail como forma de trocar informações e solicitações de insumos para as comarcas, ao invés de fazê-lo com folhas

impressas e utilizando os serviços postais dos correios. “Há várias ações que podemos adotar para avançar nessas questões, além do e-mail, temos as fotocópias. Se ao invés de imprimir várias vezes a mesma página, você imprime apenas uma e tira quantas fotocópias desejar, só com essa ação isolada, o percentual de economia pode chegar a 60%”, pontua Henio Siqueira.

O servidor da Diriest Edson Agra, responsável por acompanhar essa prática de racionalização e divulgá-la nas várias comarcas da capital e do interior, contabiliza uma vasta lista de possíveis iniciativas que engrandeceriam a instituição nesse sentido. Dentre elas, o primeiro destaque vai para a reeducação com o uso das tintas de impressão. “Apenas usando o modo rascunho na hora de imprimir a redução pode chegar a 50%, sem contar o uso da fonte ecológica que está em fase de implantação no Tribunal e reduz em mais de 20% o gasto de tinta”, afirma.

A fonte ecológica, a Spranq Eco Sans – que é caracterizada por minúsculos furos quase imperceptíveis que não comprometem a qualidade do documento e reduzem o gasto de tinta – é a prova da preocupação e boa vontade dos servidores e magistrados do Tribunal no que se refere à sustentabilidade e ao cuidado com o gasto da verba pública. A utilização desse tipo de letra chegou até Edson Agra em uma visita ao município de Pesqueira, onde o servidor descobriu



O diretor de Infraestrutura, Henio Siqueira, ressalta a necessidade de economizar e otimizar os materiais e serviços no Judiciário estadual

que o magistrado responsável pela 1ª Vara Cível daquela comarca, juiz André Santana, utilizava a fonte ecológica para a impressão de todos seus documentos.

### Postagens

Outro item, que chega a custar em torno de R\$ 8 milhões para os cofres do Tribunal, e pode ter uma considerável redução com práticas simples, refere-se aos serviços de postagem e remessa de correspondências, documentos e volumes. O primeiro ponto é a substituição do Registro + AR, no valor médio de R\$ 11, pela carta simples, que custa um pouco mais de R\$ 1, quando o conteúdo não for de caráter judicial (citações e intimações).

No mesmo âmbito, é possível destacar ainda a utilização do PAC, tipo de encomenda econômica, em casos que não necessitam do Sedex. A Diriest orienta que o Sedex seja usado apenas para encomendas ou cartas com caráter de emergência no prazo (o Sedex chega em no máximo dois dias, o PAC em até dez), pois a encomenda econômica chega a ser 1/3 mais barata. Segundo Henio Siqueira, a intenção é criar uma instrução normativa no TJPE com o intuito de padronizar o sistema de envio dos Correios para entrar em vigor ainda este ano.

### Água

Também inclusa na Meta 6 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a economia de água é um dos pilares das campanhas de racionalização (racionalizar, diferente de racionar, é utilizar de forma consciente, não-destrutiva, os recursos naturais) no TJPE. O Tribunal vai realizar uma série de campanhas visando à melhor utilização desses recursos, principalmente por parte dos seus servidores, bem como readequar os sistemas de válvulas das bacias sanitárias dos seus edifícios. As válvulas de descarga das bacias consomem cerca de 60% da água que abastece os fóruns do TJPE. Com a instalação de descargas acopladas mais modernas, nos fóruns Paula Batista e Thomaz de Aquino, será obtida,

em médio prazo, uma economia próxima dos 35%, quando compararmos com o histórico de custeio para essas duas unidades. Além disso, uma série de palestras de cunho educativo será realizada a fim de mobilizar os usuários a aderirem à campanha.

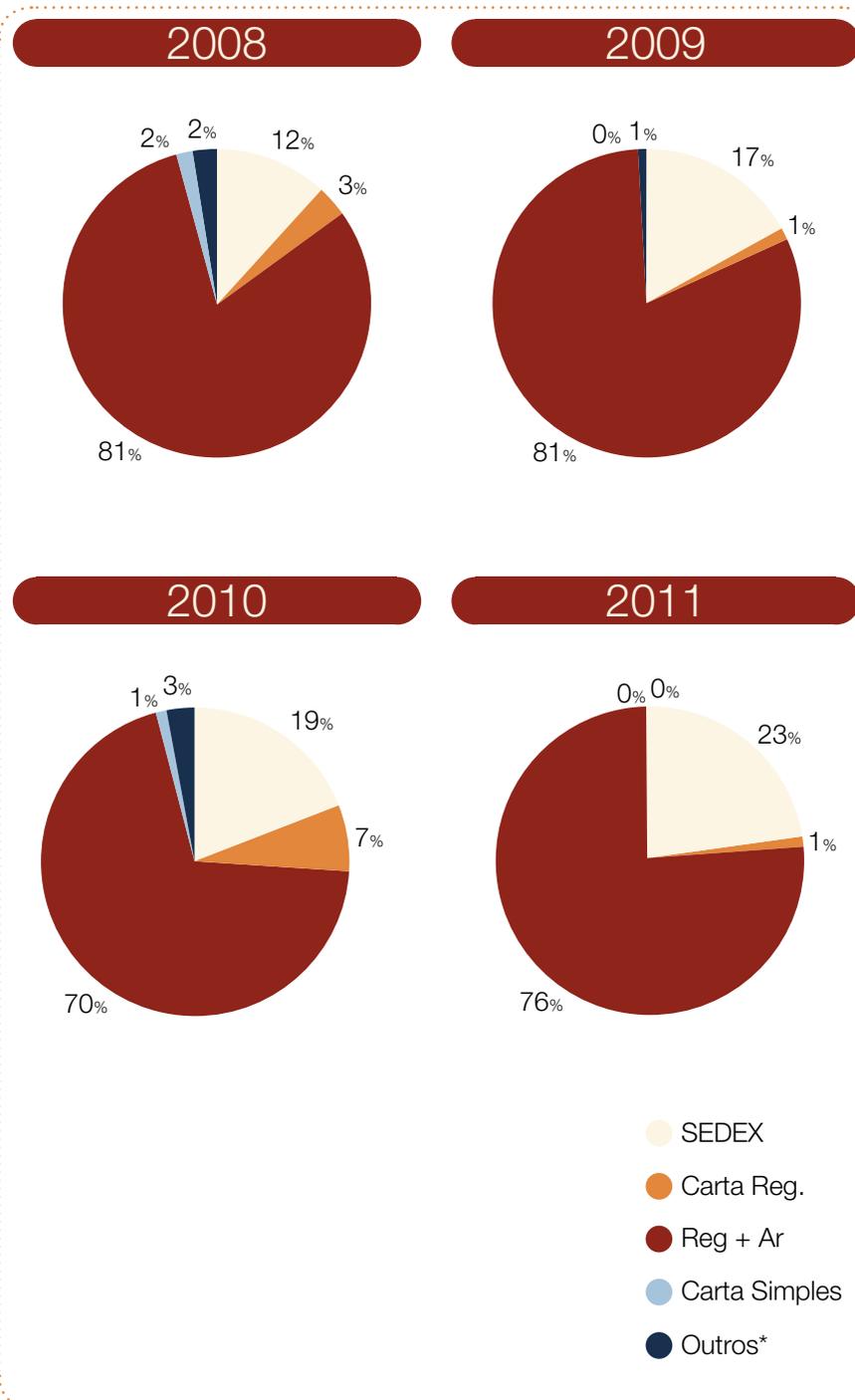
### Papel

Outra meta inovadora da Diriest é a redução do consumo de papel para 8,68 resmas por pessoa (magistrado ou servidor) registrada no Plano Estratégico Decenal como Meta 13. Quanto a esse desafio, o diretor Henio Siqueira esclarece que, mesmo com o aumento contínuo de demandas ano a ano, o TJPE vem monitorando a utilização do uso de resmas de papel, e com a implantação da Central dos Juizados Especiais, cuja principal novidade é a consolidação do Processo Virtual, essa preocupação do acompanhamento só tende a disseminar para as demais unidades judiciais. Atualmente, a Diriest tem conquistado reduções passíveis de comemoração, pois, segundo Henio, no ano de 2011 a economia, no que tange à redução de resmas, foi de 10,07 %.

### Cartão de Pagamento

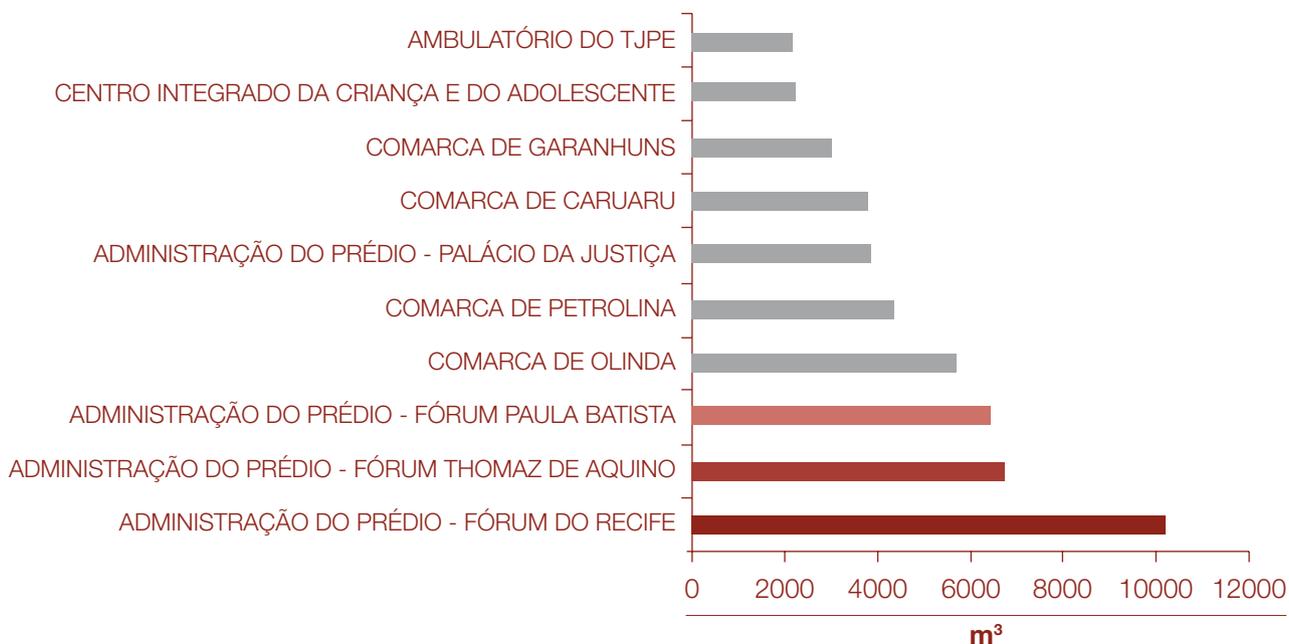
Henio Siqueira também defende fortemente uma “autogestão controlada das comarcas”, e para isso conta com a ajuda e difusão da utilização do cartão de pagamento, regulamentado pela resolução nº 314 do TJPE, de 29 de agosto de 2011. O cartão pode ser utilizado para a aquisição de material de consumo e prestação de uma relação pré-estabelecida de serviços processáveis de terceiros (pessoa física ou jurídica). “O juiz diretor e os chefes responsáveis pelos prédios têm que ser mais gestores, se preocupar em resolver de forma rápida as deficiências que surgem. Com o cartão, por exemplo, um juiz do interior não precisa pedir à Diriest para que um funcionário vá do Recife até uma comarca distante – o que gastaria muito mais recursos, como gasolina, diárias dos trabalhadores, depreciação veicular, etc”, argumenta Henio.

Para utilizar o cartão de pagamento, basta o gestor da unidade cadastrar o pedido na Intranet do Tribunal de Justiça de Pernambuco. A solicitação será analisada pela Secretaria de Administração (Sad) do TJPE, e poderá ser deferida ou não, de acordo com as normativas que constam no Manual de Normas e Procedimentos. Por fim, haverá uma prestação de contas, onde o gestor apresentará a documentação pertinente em relação ao que foi adquirido.



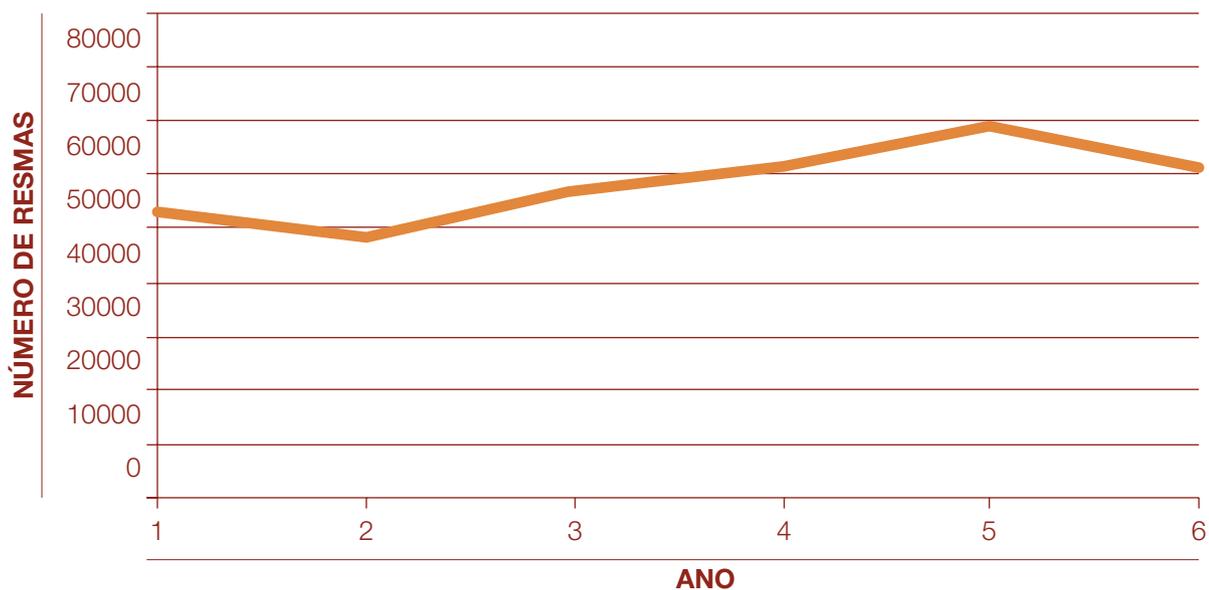
O crescimento do uso de SEDEX ocorre desde 2007, saindo do percentual de 12% para 23% em cinco anos

## 10 maiores consumidores de água



Prédio	m³	%
1 ADMINISTRAÇÃO DO PRÉDIO - FÓRUM DO RECIFE	10352	9,60%
2 ADMINISTRAÇÃO DO PRÉDIO - FÓRUM THOMAZ DE AQUINO	6823	6,33%
3 ADMINISTRAÇÃO DO PRÉDIO - FÓRUM PAULA BATISTA	6521	6,05%
4 COMARCA DE OLINDA	5747	5,33%
5 COMARCA DE PETROLINA	4412	4,09%
6 ADMINISTRAÇÃO DO PRÉDIO - PALÁCIO DA JUSTIÇA	3900	3,62%
7 COMARCA DE CARUARU	3833	3,56%
8 COMARCA DE GARANHUNS	3031	2,81%
9 CENTRO INTEGRADO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	2244	2,08%
10 AMBULATÓRIO DO TJPE	2156	2,00%
<b>TOTAL PARCIAL 10</b>	<b>49019</b>	<b>45,47 %</b>

## 📄 Crescimento do uso do papel A4



ANO	RESMAS	% cresc. ano	R\$	R\$/RESMAS	cresc. % R\$
1-2006	51.802,00	-	398.139,17	7,69	-
2-2007	49.218,00	-4,99	398.248,55	8,09	5,28
3-2008	56.173,00	14,13	465.651,50	8,29	2,45
4-2009	61.171,00	8,90	511.926,57	8,37	0,96
5-2010	68.862,00	12,57	511.927,57	7,43	-11,17
6-2011	61.925,00	-10,07	491.684,50	7,94	6,81



Promovida no auditório da Escola Superior da Magistratura, onde foram distribuídas mudas de Pau-Brasil, a IV Semana do Meio Ambiente contou com a presença do representante da Presidência do TJPE, juiz Carlos Moraes, e do jornalista Francisco José

## TJPE investe em um ambiente sustentável

Ao longo do ano, o Tribunal realiza eventos pontuais que analisam e melhoram o meio ambiente

### Clareana Arôxa

Desenvolver a sociedade é uma das metas do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). Desenvolvê-la de forma sustentável é o que o Núcleo de Responsabilidade Social e Sustentabilidade (NRSS) da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) e o Juizado Especial do Meio Ambiente têm realizado, de forma diferencial, dentro do TJPE. Ações que melhorem o local em que se vive e voltem o olhar para o meio ambiente são prioridades nas diversas esferas do Judiciário. Servidores,

funcionários e a sociedade civil são convidados, a cada encontro, para discutir a construção de um espaço em que as pequenas mudanças de hábito, como a utilização de canecas ao invés de copos plásticos, tornam-se o diferencial no dia-a-dia.

Dentre as ações que valorizam o meio ambiente está a parceria firmada com o Serviço de Tecnologia Alternativa (Serta) para promover feiras orgânicas no Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, na Ilha Joana Bezer-



Segundo o juiz Gilvan Macêdo, a questão ambiental ainda está um pouco silenciosa na sociedade devido à falta de penas mais rigorosas e de um diálogo mais eficaz

ra, às quintas-feiras, das 10h às 16h. Segundo o coordenador do Núcleo de Responsabilidade Social e de Sustentabilidade da Secretaria de Gestão de Pessoas, Ayrton Rocha, esta é uma oportunidade para os servidores e funcionários terem acesso a alimentos sem agrotóxicos, que não agridem o meio ambiente.

O evento existe desde 2011 e, neste ano, ganhou sua versão on-line, para os funcionários do Fórum Paula Batista, no bairro de Santo Antônio. Os usuários podem escolher as frutas e verduras, com o selo de qualidade do Serta, e enviar o pedido por e-mail. Os alimentos são entregues, nas sextas-feiras, na unidade em que o funcionário solicitou e é cobrada uma taxa de entrega de apenas R\$ 2. “Noventa pessoas aderiram ao projeto no Paula Batista e em média 15 pessoas por semana fazem pedidos. Em breve, estaremos ampliando o projeto para outros prédios”, afirmou Ayrton.

Ao longo do ano, o Tribunal realiza eventos pontuais que analisam e melhoram o meio ambiente. Nos fóruns de Olinda e Paula Batista foi implantada a Coleta Seletiva de Óleo, com parceria da empresa ASA Indústria. A substância é transformada em sabão e este, por sua vez, gera uma fonte de renda que é revertida para o Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira (IMIP). Uma das vantagens de reciclar o óleo é a não poluição da água e a liberação do gás metano que evita o aquecimento global. Só no edifício Paula Batista, já foram reciclados 40 litros.

Em junho, devido ao Dia Internacional do Meio Ambiente, o Núcleo organizou a IV Semana do Meio Ambiente, que teve o objetivo de gerar uma modificação nos hábitos dos servidores e magistrados. “Com a Semana, pretendíamos gerar outras atitudes em relação à racionalização dos recursos naturais, aos bens públicos e à recuperação e preservação do meio ambiente. Além de conscientizar os colaboradores do TJPE sobre a necessidade de adotar padrões de consumo que seguem os critérios da sustentabilidade”, ressalta o coordenador do NRSS.

Com palestras e oficinas, a Semana teve início no dia 2 de junho, com um passeio ecológico às instalações do Serta, em Glória do Goitá, na Zona da Mata pernambucana. Os 49 participantes puderam conhecer os benefícios da alimentação orgânica e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento do Estado. De acordo com Ayrton Rocha, os passeios têm o objetivo de promover aos participantes uma reflexão sobre o meio ambiente em que se vive e sensibilizá-los para uma mudança de atitude na recuperação e preservação da fauna e flora de Pernambuco.

A Semana já está oficializada no calendário do Tribunal. Sua primeira edição foi em 2009, no Hall Monumental do Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, e trouxe uma programação inusitada para os servidores: desfile de moda sustentável e feira de orgânicos. “Desde lá, conseguimos ampliar a coleta seletiva de papéis, a implantação das feiras orgânicas, a coleta de óleo, o interesse pelos passeios ecológicos, entre outros. Em julho deste ano, estaremos inaugurando o site Sustentabilidade Legal, que será uma ferramenta de interação e informação sobre as ações e práticas do TJPE na questão socioambiental”, informa o coordenador.

A preocupação da instituição com questões ambientais é uma recomendação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que prevê a adoção de políticas públicas que visam à formação e recuperação de um ambiente ecologicamente equilibrado e que, por sua vez, conscientizam os coordenadores e jurisdicionados sobre a proteção do local em que habitam. Ao todo, 39 pessoas estiveram direta ou indiretamente envolvidas na IV Semana do Meio Ambiente, seja divulgando seu trabalho ou tornando possível a concretização da ação. Além das parcerias com instituições, sejam elas privadas ou públicas, o Núcleo de Responsabilidade Social e Sustentabilidade conta com o auxílio do Juizado Especial Criminal do Meio Ambiente, no Fórum Thomaz de Aquino, no bairro de Santo Antônio.

Sob a coordenação do juiz Gilvan Macêdo, o juizado foi criado em 2009 e visa conciliar, julgar e executar infrações de menor potencial ofensivo. Isto é, aquelas que a lei determina penas de até dois anos de prisão e que tenham ocorrido na cidade do Recife. Em média, o juizado realiza cinco eventos por ano, entre eles palestras de conscientização, distribuição de material informativo e exibição de filmes. As datas são definidas previamente e marcadas de acordo com os dias temáticos: Internacional da Água, Nacional da Caatinga, Mundial do Meio Ambiente.

Nestes encontros, são realizadas palestras com o juiz e representantes de Organizações não Governamentais (ONG's), sobre temas relacionados ao ecossistema brasileiro que visam conscientizar a quem assiste. "O objetivo principal é chamar a atenção, sobretudo das pessoas que passam por aqui pelo fórum ou que estão aguardando as audiências, para que as datas significativas ao nosso meio ambiente não passem em branco. Essa é uma

forma de divulgarmos o nosso trabalho e despertar na sociedade o apoio no que diz respeito à proteção do local em que vivem", ressaltou o juiz Gilvan. Na Semana do Meio Ambiente, por exemplo, o juizado teve sua participação com a distribuição de mudas de Pau-Brasil, exibições de vídeos com temas ecológicos e uma parceria com a ONG Associação Mangue Ferido que possibilitou a oficina de Origami com palha de coqueiro.

Segundo o magistrado, a questão ambiental ainda está um pouco silenciosa na sociedade devido à falta de penas mais rigorosas e de um diálogo mais eficaz. "Acredito que vamos ter uma redução substancial destes delitos. No novo Código Penal, que será apresentado ao Senado, a pena será mais acentuada do que é a de hoje", afirma Gilvan Macêdo. Atualmente, quem comete um delito, além de ser submetido a uma audiência de transação penal também passa por um trabalho pedagógico de conscientização. "Há uma pedagogia voltada para que a parte entenda que não

pode praticar aquele delito, que está ferindo um bem que é importante para nós. Principalmente em um país que se configura como o pulmão da Terra. Estamos voltados para uma situação extra-Brasil", conclui.

O Juizado Especial do Meio Ambiente já planeja, inclusive, os próximos passos na luta por um espaço sustentável. "Preto montar um projeto, de caráter educacional, voltado para a redução dos crimes, no sentido de reorientar a população para evitar a prática de delitos. Também fazer um levantamento amplo dos locais onde vem ocorrendo o maior índice de delitos deste tipo e promover palestras, reuniões orientadoras para que o crime venha a ser eliminado na Comarca do Recife", finaliza. Outro ponto importante é a participação da população no processo de conscientização. Ou seja, as reuniões deverão ser feitas em bairros onde possa ser estabelecida uma linha de ação que vise a uma mudança real de atitude da população, junto com a aceleração no julgamento dos processos. •



Dentre as ações que valorizam o meio ambiente, desenvolvidas pelo TJPE, está a promoção de feiras orgânicas, no Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano



## Reunião elenca prioridades de Tecnologia da Informação e Comunicação

Os projetos foram definidos durante encontro realizado pelo Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação no Fórum Thomaz de Aquino

### Izabela Raposo

O Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC), em funcionamento desde março, estabeleceu em seu primeiro encontro os 18 projetos prioritários de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). São eles: Consulta Processual de 1º e 2º graus (o Judwin), Diário da Justiça Eletrônico, Processo Judicial Eletrônico, Sistema de Controle da Arrecadação das Serventias Extrajudiciais, Portal Corporativo TJPE, Universal Recursos Humanos, Antecedentes Criminais, TJPEemail, Malote Digital, Sistema de Juizados Especiais, Depoimento Acolhedor, Sistema Mediador e JudEdital.

O órgão é regulamentado pela Resolução nº 325, aprovada pela Corte Especial do TJPE, seguindo determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O comitê funciona como um mecanismo de decisão colegiada, com representantes das áreas de negócio

do Tribunal, visando alocar racionalmente os recursos públicos conforme as necessidades e prioridades da organização.

Os critérios para a elaboração do “portfólio” de projetos/sistemas pela Setic, levados ao conhecimento do Comitê, são os mesmos utilizados pelo CNJ: complexidade, custo, legalidade, impacto, prazo, viabilidade, prazos, estrutura de implementação e previsão de resultados dos projetos.

Os 18 sistemas tiveram suas prioridades apresentadas pela Setic e foram ratificados pelo CGTIC por razões diversas: alguns atendem a prazos legais; outros por sua importância estratégica; e outros por já se encontrarem em estágio avançado de desenvolvimento. O CGTIC se reúne mensalmente no auditório do 6º andar do Fórum Thomaz de Aquino.



O comitê funciona como um mecanismo de decisão colegiada, com representantes das áreas de negócio do Tribunal, objetivando alocar racionalmente os recursos públicos conforme as prioridades da organização

#### Composição do CGTIC

O CGTIC tem como membros titulares o desembargador Mauro Alencar, que preside o comitê; a secretária de Tecnologia da Informação e Comunicação, Norma de Miranda Lira; o assessor especial da Presidência, juiz Humberto Inojosa; a assessora especial da Corregedoria Geral da Justiça, Mariana Vargas; o juiz indicado pela Presidência, José Alberto; o secretário Judiciário, Carlos Gonçalves; o diretor geral do TJPE Leovegildo Mota; o secretário de Administração, João Batista; o secretário de Gestão de Pessoas, Oscar Gomes; o coordenador da Coplan, Ricardo Lins; o coordenador da Infância e Juventude, desembargador Luiz Carlos Figueiredo; o coordenador dos Juizados Especiais, juiz Ailton Alfredo; e o coordenador das Centrais de Conciliação, Mediação e Arbitragem, desembargador Leopoldo Raposo. •

## Tribunal já conta com 23 mil processos eletrônicos

Até o ano de 2014, as unidades do 1º e 2º Graus da Capital já estarão com o Processo Judicial Eletrônico instalado, e em 2016 todo o Tribunal deve contar com o software

#### Vanessa Oliveira

O projeto piloto do Processo Judicial Eletrônico (PJe) foi instalado há dois no Tribunal de Justiça de Pernambuco. Todos os juizados cíveis da Capital contam com o PJe e cerca de 23 processos já tramitam nesse formato.

Segundo Ioná Mota, chefe do Núcleo de Gestão do Projeto Mudança Tecnologia da Informação, o PJe já alcançou os juizados cíveis também do interior, mas os juizados criminais ainda não têm acesso ao sistema. Ainda segundo Ioná, do mês de novembro de 2011 a fevereiro deste ano, 21 juizados passaram a ter acesso ao Processo Judicial Eletrônico.

O coordenador dos Juizados Especiais, juiz Ailton Alfredo, afirma que o PJe, desde o momento de sua implantação, se tornou indispensável ao Poder Judiciário. “O PJe coloca o Judiciário no pé da modernidade. Apesar de, no início, ter havido a dificuldade de transição, é necessário ter tecnologia de ponta para conseguir atender às demandas que crescem a cada dia”, declarou.

Até o ano de 2014, as unidades do 1º e 2º Graus da Capital já estarão com o sistema instalado, de acordo com cronograma traçado para guiar a implantação do processo. E todo o Estado deve contar com o software até 2016.

#### Início

O projeto foi desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com o TJPE. Pernambuco e São Paulo foram os Estados escolhidos para a implantação do PJe em fase piloto. Após um trabalho integrado da equipe do TJPE com o CNJ, foi possível configurar o servidor de aplicação e o banco de dados do PJe para que este passasse a ser usado no Poder Judiciário pernambucano. •

# Secretaria de Tecnologia desenvolve sistema de autenticidade digital

Com a emissão e certificação digital dos alvarás judiciais será bem mais difícil a produção de documentos fraudulentos no âmbito do Judiciário

Izabela Raposo

Todo e qualquer alvará judicial emitido pelos Juízos estaduais serão autenticados e conferidos digitalmente, a partir da disponibilização do Sistema de Verificação da Autenticidade de Documentos no portal do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). A partir dele, as instituições financeiras, por exemplo, entregarão de forma segura o valor monetário correspondente ao alvará para a parte beneficiada, pois irão confirmar a validade do documento no [www.tjpe.jus.br/validardocumento](http://www.tjpe.jus.br/validardocumento), link disponibilizado na primeira página desse endereço, na seção Serviços.

O sistema, desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da Informação, atende ao Provimento nº 01/2012, de 12 de janeiro deste ano, editado pela Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco. Com a emissão e certificação digital dos alvarás judiciais será bem mais difícil a produção de documentos fraudulentos, como ocorreu no Juizado Especial Cível da Comarca do Cabo de Santo Agostinho, fato investigado pela Corregedoria Geral da Justiça através do procedimento administrativo nº 27/2009.

Hoje, o Tribunal já tem a Certidão de Antecedentes Criminais, que possui a mesma lógica do Sistema de Verificação de Autenticidade dos alvarás: o cidadão emite a certidão pela Internet (caso não tenha pendências com a Justiça), e a empresa que a solicitou pode verificar a autenticidade e integridade do conteúdo do documento por consulta idêntica no site do Judiciário. O código de autenticidade estará impresso no rodapé dos alvarás.

## Agilidade e Segurança

A norma também atende à Lei 11.419/2006, que dispõe sobre a informatização do processo judicial e procedimentos jurisdicionais. O Provimento nº 01/2012 também prevê que a via do alvará endereçada para a instituição financeira poderá ser enviada através do e-mail funcional, o que torna a entrega de indenizações e quantias monetárias para beneficiários de sentenças e decisões da Justiça ainda mais rápida e segura.

O objetivo do Sistema de Verificação da Autenticidade do Documento não se refere apenas a alvarás, mas a outros documentos do TJPE que sejam assinados digitalmente pela web. O alvará de autorização de viagem de crianças e adolescentes será o próximo documento a ser gerido pelo sistema de verificação. Neste caso, o magistrado emitirá o alvará e o incluirá no sistema de verificação. No aeroporto ou porto onde embarcará a criança, a Polícia Federal poderá consultar o alvará pelo sistema de verificação, confirmando sua autenticidade.



## Entenda como funciona o sistema:

O Sistema de Verificação da Autenticidade de Documentos está sendo desenvolvido para disponibilizar o serviço de autenticações de documentos oficiais da Justiça estadual, de forma rápida e segura, através da Internet. Inicialmente, o tipo de documento que será autenticado é o alvará judicial para levantamento de valores, atendendo o artigo 1º do Provimento nº 01/2012, da Corregedoria Geral da Justiça. Os alvarás a serem autenticados serão exibidos em PDF.

### Inclusão do documento no sistema:

- 1 O servidor faz o login no sistema em [www.tjpe.jus.br/autenticacaodocumentos](http://www.tjpe.jus.br/autenticacaodocumentos);
- 2 O servidor escolhe o tipo de documento a ser autenticado;
- 3 O servidor submete o documento no formato PDF no sistema;
- 4 O sistema exibe o documento para o usuário;
- 5 O servidor confirma que o documento está correto;
- 6 O servidor assina eletronicamente com certificado digital o documento;
- 7 O sistema exibe o documento “carimbado” com o número de autenticação;
- 8 Caso o servidor precise, ele imprime o documento.

### Verificar a autenticidade do documento pelo sistema:

- 1 A instituição financeira ou outro usuário (empresa, órgão público, cidadão ou advogado) acessa o link de validação em [www.tjpe.jus.br/validardocumento](http://www.tjpe.jus.br/validardocumento);
- 2 A instituição financeira informa o código de autenticação;
- 3 A instituição financeira digita o captcha exibido na tela;
- 4 O sistema confirma a operação;
- 5 O sistema verifica se o captcha está correto;
- 6 O sistema verifica se o código de autenticação existe;
- 7 O sistema verifica se o documento não foi cancelado;
- 8 Caso a verificação dos itens 5, 6 e 7 teve sucesso, o sistema exibe o documento para o usuário - instituição financeira ou beneficiário, ou advogado, de acordo com o artigo 4º do Provimento 01/2012.

### Observação:

A Secretaria de Tecnologia da Informação lembra que é essencial a conferência das informações constantes no documento. Só assim, o receptor poderá ter certeza de que o documento impresso é o autêntico e está íntegro (o valor liberado não foi alterado; o nome da criança que viajará não foi substituído, etc.)

### Orientação Técnica:

Gerência de Arquitetura de Negócio - Diretoria de Sistemas  
Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação

### Edição:

Núcleo de Comunicação Virtual  
Assessoria de Comunicação Social •

## Duas décadas de atendimento às famílias

Uma nuvem que passa lentamente... assim é o tempo. O Tribunal de Justiça de Pernambuco completa 190 anos, o Centro de Apoio Psicossocial (CAP-TJPE), o primeiro do Norte e Nordeste brasileiro para atender às Varas de Família, registra duas décadas.

Volto na nuvem do tempo e lembro a passagem pelo TJPE... como assessora de Imprensa e depois, atendendo ao desafio do então corregedor geral, desembargador Etério Galvão, de lançar a semente do CAP-TJPE, juntamente com a assistente social Rita Perazzo.

Por reivindicação do hoje desembargador aposentado, à época juiz da 4ª Vara, Milton José Neves, o Serviço Psicossocial foi criado para atender às quatro Varas de Família do Recife. Reconhecia ele que as ações exigiam mais que fundamentação legal, careciam de suporte técnico psicossocial para serem adequadas e justas, dada a peculiaridade das situações, em que muitos sentimentos se emaranham.

As dificuldades não eram poucas, mas a disposição e a necessidade de realizar um bom trabalho superavam uma a uma. As Varas de Família funcionavam na Av. João de Barros, não havia sala própria para as técnicas, ficávamos na biblioteca. Duas vezes por semana contactávamos os juízes sensibilizando-os para a importância do trabalho do psicólogo e do assistente social na Justiça. Eram os magis-

trados Sérgio Marinho Falcão, Wellington Gadelha e Antônio Camarotti, além do entusiasta Milton Neves, que logo encaminhou processos para estudo.

Em dezembro de 1995, foi instituído o Núcleo de Apoio Psicossocial, subordinado ao então corregedor geral da Justiça, desembargador Francisco de Sá Sampaio, ganhando maior abrangência. Passou a realizar supervisão do estágio de convivência entre os adotantes estrangeiros e a criança recifense pretendida, nos processos encaminhados pela Comissão Estadual Judiciária de Adoção, além de atender às quatro Varas da Assistência Judiciária com competência de família e a de Acidentes de Trabalho.

Três anos depois, em consequência da modificação na estrutura organizacional do TJPE, através da Resolução 95/98, o CAP foi criado formalmente, subordinado ao secretário judiciário. A Ordem de Serviço 01/98 disciplinou suas atividades, funcionamento e estrutura, que seria alterada pela Resolução 302/2010. Atualmente, psicólogos e assistentes sociais encontram-se distribuídos em três Núcleos: Psicologia, Serviço Social e Apoio Técnico, atendendo às Varas de Família e Acidentes de Trabalho da Capital, ao Juizado Informal de Família (JIF) e às Câmaras Cíveis.

Nestes 20 anos, além de prestar relevante assessoramento aos juízes

**Helena Maria Ribeiro Fernandes**

Chefiou o CAP até 2005. É mestre pela Universidade Federal de Pernambuco, especialista em Psicologia Clínica e Jurídica; docente em Psicologia Jurídica e diretora científica para o Brasil da Asociación Latinoamericana de Psicología Jurídica y Forense.



nas suas decisões, integrou projetos de repercussão social, tais como: Encontro com Noivos; Justiça nas Ruas; Boa Vizinhança - desenvolvido junto à comunidade do Coque; Gravidez na Hora Certa; Paternidade Responsável; Sensibilização para a Conciliação; Conciliação na Família e Mutirão para a Conciliação- precursores do JIF; todos desenvolvidos até 2002. Dentre os incentivadores, os desembargadores Alexandre Assunção, Etério Galvão, Jones Figueirêdo, Milton Neves e Nildo Nery. Escreve-se mais uma página da história do TJPE, na qual psicólogos e assistentes sociais deixam impressas as marcas da contextualização nas sentenças judiciais e contribuem para a efetivação da Justiça mais justa. •

“  
As dificuldades não eram poucas, mas a disposição e a necessidade de realizar um bom trabalho superavam uma a uma  
”

# Os Abutres

Nivaldo Mulatinho Filho

“O jornalista é aquele que dá comida à fera, mas não é ele mesmo a fera. É esta a causa do flop (fracasso): ninguém quer ver a si mesmo no papel do canalha. Como é que se pode despertar a curiosidade das pessoas para ver o filme, se o que se mostra a elas é a que bestiais consequências a curiosidade leva?”  
(Billy Wilder – Entrevista de 1992)

Pensando no livro de José Saramago, tenho o filme “A Montanha dos Sete Abutres” como um ensaio sobre a verdade.

Os abutres do meu título não são os sete abutres da Montanha (ou caverna indígena), que formam o sugestivo título brasileiro do filme de Billy Wilder. São as feras humanas. As mais perigosas, as mais terríveis. O homem é o único animal que tortura os seus semelhantes. Basta dizer isso.

De origem austro-húngara, Billy Wilder (1906-2002) escreveu roteiros na Alemanha e em Hollywood (a partir de 1933). Fugiu de Hitler e tornou-se um colecionador de obras-primas. Vindo ao mundo quase na mesma época de nascimento do próprio cinema, ele dignificou o seu ofício de cineasta, tornando legítima a expressão Sétima Arte, ao dirigir filmes como “Pacto de Sangue” (1944), “Crepúsculo dos Deuses” (1950), “Inferno nº 17” (1953), “Sabrina” (1954), “Testemunha de Acusação” (1957), “Amor na Tarde” (1957), “Quanto Mais Quente Melhor” (1959) e “Se Meu Apartamento Falasse” (1960). Filmes de gêneros diversos, aclamados pela crítica e, na sua maioria, pelo chamado grande público.

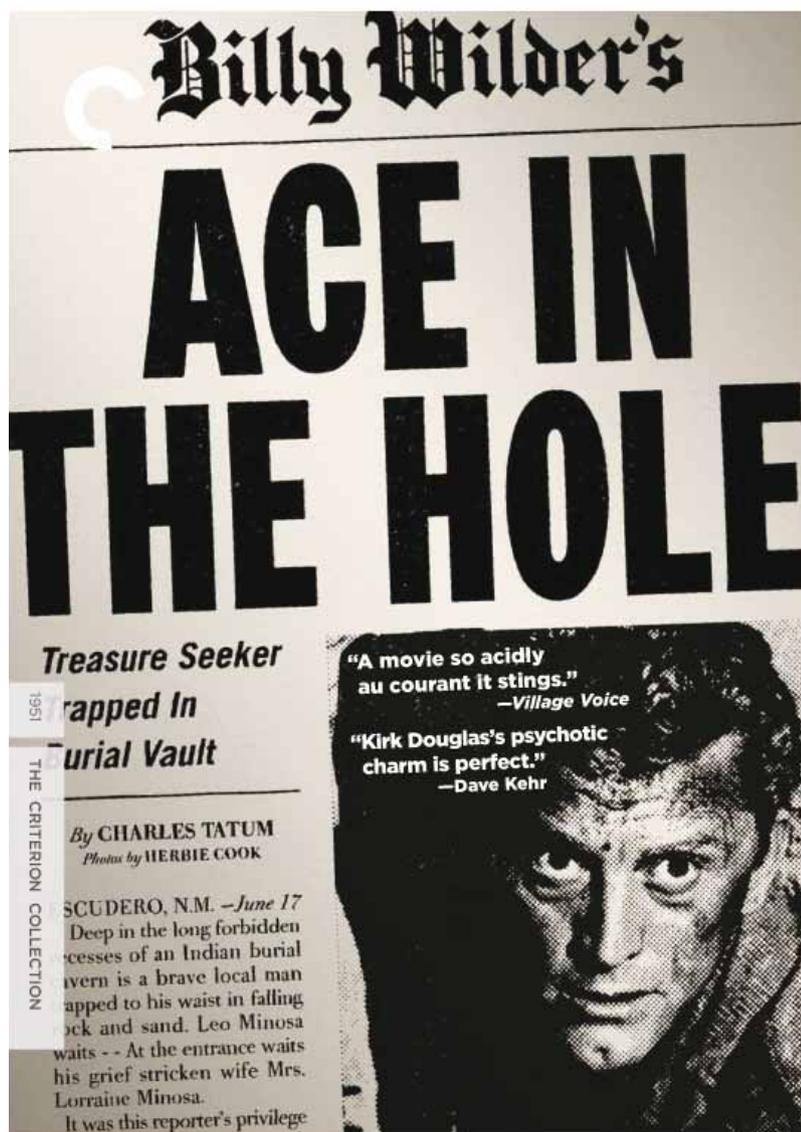
“A Montanha dos Sete Abutres”, de 1951, foi um fracasso nos Estados Unidos, mas um sucesso na Europa. É a obra preferida de Billy Wilder em toda a sua extensa carreira. E também um dos filmes mais elogiados por Woody Allen, o que não é pouco.

O título original é “Ace in the Hole”, isto é, “Carta na Manga” ou “Um Ás na Mão”, em tradução aproximada. O filme se baseia em um acontecimen-

to verídico, ocorrido em 1925, nos Estados Unidos. Naquele ano, um guia turístico, Floyd Collins, ficou preso, durante um desabamento, na gruta de Sand Cave. Ao longo de 18 dias, equipes de salvamento tentaram libertar Collins, que ficou com uma perna quebrada. À frente dos trabalhos de resgate, estava o jornalista William Burke, que trabalhava para um pequeno jornal de Louisville e passou a abastecer o país inteiro com notícias sobre o episódio de Sand Cave. O resgate falhou. Na época, talvez faltassem a tecnologia e os recursos que permitiram os trabalhos da admirável salvação dos 33 trabalhadores presos na Mina São José, no Chile, em 2010. William Burke ganhou o Prêmio Pulitzer de Jornalismo, em face da sua reportagem sobre o caso da segunda década do século passado. Em nenhum momento, ele quis causar impactos com os fatos ou tirar qualquer vantagem profissional deles. A partir desse modelo, Billy Wilder construiu seu personagem, Charles Tatum, um anti-Burke, um repórter que concentra em si todos os erros da chamada imprensa sensacionalista, a que planta notícias e distorce acontecimentos.

O jornalista Charles Tatum (Kirk Douglas) resolve manipular a realidade, na esperança de que uma reportagem possa levá-lo novamente ao primeiro time da imprensa de Nova Iorque. Quando um homem fica preso em uma caverna indígena, nos arredores da pequena cidade de Albuquerque, Tatum, repórter do jornal local, conspira com um político inescrupuloso, uma espécie de dono do município, para que o





trabalhador seja mantido onde ficou, quase soterrado, até que a história possa atingir proporções nacionais. O repórter precisa de tempo e também de exclusividade na matéria, a ser divulgada na mídia da época (o rádio e os “jornais” do cinema). O jornalista e o político combinam, assim, uma tortura, uma horripilante tortura. O tempo de resgate, que era urgente e poderia ser feito sem grandes obstáculos, vai ser mais longo. A cidade precisava. Todos precisavam. Uma vida humana estava em jogo, mas tudo ia dar certo. Instalou-se um grande carnaval na área da montanha (“The Big Carnival”, era o título sugerido pelo chefe da Paramount para o filme). Instalou-se a festa da imprensa e da comunidade. E tudo deu errado.

Billy Wilder chega a destacar uma cena do filme, que, no dizer de muitos, foi responsável pelo seu fracasso comercial. A esposa do homem preso na caverna (vivida por Jan Sterling) mostra-se um “monstro frio” quando Tatum, preocupado com a religiosidade das pessoas de Albuquerque, pede-lhe, pois seria melhor para a sequência da reportagem, que ela fosse à igreja, rezar pelo marido. Ela responde: - “Nunca vou à igreja. Ajoelhar estraga minhas meias”.

No rosto de Tatum, na intensa encarnação de Kirk Douglas, podemos acompanhar uma revolta íntima, por tudo que está acontecendo, por tudo que ele próprio inspirou. Mostra-se enojado com a insensibilidade e a deslealdade do clima de festa produzido pela sua extrema ambição de repórter. Quando ele percebe que aqueles dias de demora para o resgate, necessários para o seu show de publicidade final, significam a morte certa do trabalhador, do homem simples que acreditava nele e na comunidade, tenta mudar o rumo da trama. Era tarde demais.

O desfecho eu não vou contar. As grandes obras de arte, os ensaios sobre a cegueira e sobre a verdade, nascem para todos nós. Vou escrever a frase banal, o lugar comum (sempre necessário): não percam! •

SRP \$39,95 PREBOOK 6/12/07 STREET 7/17/07 CAT. NO. CC1705D ISBN 1-934121-68-1 UPC 715515-02472-3

DVD

## Cabo receberá Juizado para mulheres

O Cabo de Santo Agostinho receberá, em breve, uma unidade do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher. A decisão foi tomada durante reunião realizada na última semana no Tribunal de Justiça de Pernambuco. A iniciativa é uma reivindicação do Movimento de Mulheres do Cabo.



*“Desde que exista afeto, já se constitui como família. Não podemos nos esquivar de decidir”*

**Cícero Bezerra**, juiz da 1ª Vara da Família do Recife, autor da sentença que concedeu dupla paternidade a dois homens casados há 15 anos e que decidiram ter uma filha in vitro.

# Na mídia

Alguns dos principais projetos e ações desenvolvidos e implementados pelo Tribunal que foram notícia na imprensa do Estado em 2011 e 2012

## Certidão negativa pela internet

A partir de hoje, o cidadão deve requerer a certidão negativa da Justiça estadual exclusivamente pela internet sem a necessidade de enfrentar longas filas e exercer a paciência. O novo serviço on-line foi lançado no final de tarde de ontem pelo presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), José Fernandes Lima, no Setor de Antecedentes Criminais do Fórum Rodolfo Assiliano, na Ilha Jeana Bezerra, área central do Recife.

Agora, pessoas físicas e jurídicas vão solicitar via web certidões de “não consta”, quando não há pendência processual por crimes. Basta clicar no link “antecedentes criminais”, no lado direito da página do tribunal ([www.tjpe.jus.br](http://www.tjpe.jus.br)) e preencher as informações solicitadas.

O presidente do TJPE classificou a oferta do serviço como uma “mudança de cultura”. “Embora de forma simples, estamos mudando um procedimento de anos e anos. Quem não tem computador, pode acessar de uma lan house de qualquer lugar do País. Só aquelas pessoas que frequentavam o setor, sabiam dos ‘trabalhos’, disse o magistrado.

O programa que permite o envio do documento foi elaborado em seis meses de trabalho dos servidores do tribunal. “A intenção era facilitar a vida das pessoas,



CONFORTO Mizael elogia a praticidade do serviço via internet

Dez mil documentos serão emitidos por mês

de seis mil certidões negativas por mês. Agora, com a nova ferramenta, a expectativa é que o número passe para 10 mil no mesmo período. Neste ano, aproximadamente 77 mil documentos já foram solicitados. A certidão negativa é gratuita desde 2009. Antes, custava uma taxa

que trabalhava. “Ficou melhor, sem dívida. A pessoa não precisa mais se deslocar. Vai consumir menos tempo”, avalia.

O interessado terá que comparecer ao Setor de Antecedentes Criminais do fórum apenas nos casos em que o resultado do pedido de certidão pela internet apresentar algum problema, como a possibilidade de haver homônimos. O setor funciona de segunda a sexta, das 8h às 19h. O usuário deverá apresentar comprovante de residência e documento de identidade e CPF para resolver esse tipo de pendência.

Além da certidão negativa, o TJPE oferece outros dois serviços via web: o acesso ao Diário da

## Dois Juizados do Folião no dia do Galo

Dois unidades do Juizado do Folião serão montadas pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) para atender o público durante o desfile do Galo da Madrugada, que ocorrerá no Sábado de Zé Pereira. Um dos pontos de atendimento será no Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, na Avenida Martins de Barros, e o outro na Associação dos Ferroviários Federais, ao lado da Estação Central de Metrô do Recife. Ambos funcionarão das 15h às 21h.

A descentralização do serviço foi solicitada pela Secretaria de Defesa Social (SDS). “Devido à quantidade de pessoas durante o desfile, a divisão facilita o encaminhamento de foliões exaltados até uma das unidades do Juizado do Folião”, explicou a coordenadora adjunta dos Juizados Especiais Isabella Mesalhas.

## superesportes

### Uma vitória contra a impunidade

Um líder da Torcida Jovem foi preso por quebrar o acordo com o Japex. Ele ainda brigou com os policiais e ironizou a situação no Facebook. [www.esportes.com.br](http://www.esportes.com.br)

política

Journal de comércio



NOTA: Jovaldo Nunes (2), Fernandes (3) e outros, com o diretor do JVC Francisco Siqueira (1)

## Jovaldo Nunes e o desafio de agilizar as ações da Justiça

### Escola legal

O Tribunal de Justiça de Pernambuco fechou parceria com Olinda para desenvolver o projeto Escola Legal nas unidades de ensino do município. O projeto consiste na criação de um conselho de mediação de conflitos para ajudar a reduzir a violência, incluindo o bullying.

# Jovaldo assume TJPE e anuncia novos concursos

**JUSTIÇA** Novo presidente do Tribunal de Justiça, Jovaldo Nunes promete realizar dois concursos para enfrentar o déficit de pessoal

**Juliana Moraes**  
mmoraes@zic.com.br

A nova mesa diretora do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) começa a trabalhar na tarde de ontem em cerimônia solene no Palácio da Justiça. O tribunal agora será presidido pelo desembargador Jovaldo Nunes, que ocupa o lugar deixado por José Fernandes de Lima. Também assumiram seus

deveres, e acredita que pelo menos um terço das vagas será preenchido. Jovaldo Nunes também ressalta que os membros do TJPE trabalham intensamente, muitas vezes com jornadas de trabalho que duram de 10 a 12 horas. E reclama que a imprensa e a sociedade apenas dão destaque aos reclamos e problemas do Tribunal. Mesmo assim, ele reconhece que nem todos os membros são comprometidos com seus

Jovaldo afirma que muitos membros do TJPE trabalham até 12 horas



JUSTIÇA. Dos 240 casos previstos, 17% foram atendidos

## Mutirão agiliza a cobrança de perdas

Mutirão de Audiências realizado pela Coordenadoria de Atendimento Especial de Pernambuco para agilizar o julgamento dos processos relativos às perdas das seguradoras planas Veris, Bravos e Coler T-11. A responsabilidade por atender mais de 175 casos, dos 240 previstos. As pessoas que debatem de comparecer serão intimadas por oficiais de justiça para todas as audiências nos juizados de origem do processo. A Coordenadoria dos Juizados Es-

peciais e Juizamento de Pequenas Causas - muitos deles empagados desde 2007 - para agilizar o tribunal, cumprindo o chamado Meta 2 do Conselho Nacional de Justiça. "A forma que o TJPE encontrou para fazer isso foi através do mutirão", disse.

Na parte das pessoas que comparecem com ações podendo restrição do valor de suas cadernetas de poupança sem dificuldades de pagar documentos comprovando que tinham conta na época dos planos que tiveram

## Juizado especial tem semana da conciliação

Começa ontem a II Semana Pernambucana da Conciliação nos Juizados Especiais 2011. O evento ocorre no hall monumental do Fórum Rodolfo Azeiteiro, na Ilha Joana Soares, entre 9h e 18h, até a próxima sexta-feira. Com 176 audiências designadas, o mutirão é dedicado a processos que tramitam nos Juizados Cíveis e das Relações de Consumo da Região Metropolitana do Recife, envolvendo pessoas físicas e jurídicas.

"Realizaremos audiências de conciliação em processos de diversas empresas e também tentaremos o acordo em audiências cujas partes são microempresas e condomínios. Se não

houver êxito na conciliação, realizaremos a instrução e o julgamento desses processos na mesma audiência", explica a coordenadora geral da semana e dos Juizados Especiais, juíza Fernanda Chesley de Paula.

Durante a semana, haverá 472 audiências de conciliação envolvendo processos das empresas Lojasig, HSBC, IMAG, Vivo, HP, Natura, Samsung, Sky, Sony, IBM/CSA, Bompreço/Walmart e Oi/Telcelar. Outras 404 audiências envolvendo microempresas e condomínios. A expectativa da organização é superar ou pelo menos repetir o índice de 77% de solução dos conflitos cíveis na I Semana, que ocorreu em maio.

### Mutirão

A partir de segunda-feira, o Tribunal de Justiça e a Faculdade de Ciência vão oferecer atendimento gratuito para pessoas com questões pendentes nos juizados especiais cíveis. O Juízo da Justiça será nas dependências da Força, em Olinda.

### TJPE digital

Os julgamentos do Tribunal de Justiça, neste ano, são do século 21 foram reunidos em CD. O acervo digitalizado, produzido pelo Centro de Estudos Judiciários do TJPE, será entregue pelo desembargador Jones Figuerêdo, amanhã.

## DIÁRIO de PERNAMBUCO



### O AMOR E A JUSTIÇA DOS HOMENS

Audiência para a disputa empresarial por uma mulher e filhos. Albergaria e detentor de direitos de família. Uma mãe para o filho. Uma mãe em processo de recuperação de crédito na história de sociedade brasileira. (Foto de P. Mar de Família de Recife) Coordenadora e filha, prof. www.casas.com.br/legisla/uma-filha-com-dupla-paternidade. Em primeiro plano, o juiz de família e o juiz de família. A audiência foi realizada pelo juiz de família da região de Olinda, em Olinda.

### Proposta de 6,34% de aumento

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), desembargador Jovaldo Nunes (foto), vai apresentar ao Plenário o projeto de lei para reajuste da remuneração dos cargos de servidor do Judiciário estadual. A proposta, que será apresentada na próxima quarta-feira, inclui aumento de 6,34% incidindo sobre o valor atualizado em 31 de maio do vencimento base dos cargos efetivos, comissionados e nas funções gratificadas.

RP 13.550-08. Caso aprovado, o documento será enviado para a Assembleia Legislativa para votação. O projeto foi publicado no Diário de Justiça Eletrônico (DJE) de ontem. O documento ainda extingue o auxílio-saúde, conforme pleito de categoria, cujo valor vai ser incorporado à remuneração dos servidores, integrando os vencimentos e os proventos de aposentadoria. O valor do auxílio-alimentação é fixado em R\$ 580 e o auxílio-transporte, em R\$ 143.



# Juizados ficarão na Imbiribeira

Depois de estatísticas revelarem que a descentralização dos Juizados Especiais (propriedade estatal), na prática, não vinha funcionando, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) decidiu reunir esse tipo de serviço em uma nova unidade. O Fórum Desembargador Benedito de Souza, inaugurado em um prédio onde funcionava a Universidade Salgado Filho (Univers), no número 1909 da Avenida Mascarenhas de Moraes, na Imbiribeira, Zona Sul do Recife, vai abrigar os 25 Juizados Especiais da capital.

Desde então, os serviços começaram a ser transferidos para o novo prédio, que passou pouco mais de um ano em reforma para abrigar o fórum. De acordo com a coordenadora dos Juizados Especiais, a juíza Fernanda de Paula Chaves, a centralização irá trazer eficiência para os processos. Nos juizados são tratados causas de até 40 salários mínimos.

"Os juizados são instalados em bairros, mas verificamos que nem sempre os moradores daquela região procuram aquele juizado. Com isso, alguns juizados ficaram sobrecarregados e outros mais vazios", destaca

de Juizado do Idoso. A transferência já teve início, mas será gradual e até fevereiro do próximo ano (ver quadro ao lado).

A nova unidade do TJPE está funcionando em um terreno de 6,8 mil metros quadrados de área construída em pavimento térreo. O local também abriga um pátio interno com estacionamento para aproximadamente 489 veículos, sendo 249 vagas para deficientes, idosos e idosos, 166 destinadas a magistrados e funcionários e 74 para o público em geral. O fórum também conta com bicicletário e espaço para estacionamento de motos.



MUDANÇA Juizados vão funcionar no antigo prédio da Univerisa

Unidade do TJPE trata de processos com causas de até 40 salários mínimos

O bloco de infraestrutura do TJPE, Edifício-Sigatira, revela que todos os salas são climatizadas e informatizadas. Segundo ele, o prédio é alugado por um período de cinco anos.

## Calendário das transferências

Entre parênteses onde cada juizado funciona, funcionava antes de ser transferido

- 24 transferidos ontem
- Juizado Civil da Faculdade Marista (Gonçalves)
- 22º Juizado Especial das Relações de Consumo (Thomas de Aquino)
- 24º Juizado Especial das Relações de Consumo (Thomas de Aquino)
- Começam a funcionar hoje
- 2º Juizado Especial das
- Entre os dias 14 e 16 de dezembro
- Juizado do Idoso (Bela Vista)
- 2º Juizado Especial Civil (Thomas de Aquino)
- 10º Juizado Especial Civil (Thomas de Aquino)
- 12º Juizado Especial Civil (Thomas de Aquino)
- 13º Juizado Especial Civil (Thomas de Aquino)
- 16 de 16 e 18 de janeiro de 2012
- Colégio Recurral
- 12º Juizado Especial Civil (Thomas de Aquino)
- 13º Juizado Especial Civil (Thomas de Aquino)

## Recife é palco do segundo casamento gay

A Primeira Vara de Família e Registro Civil da Comarca do Recife oficializou, ontem, o segundo casamento entre pessoas do mesmo sexo em Pernambuco, com efeitos imediatos e sem necessidade de celebração. A sentença proferida às 15h pelo juiz Cláudio Bezerra e Silva converteu em casamento a união estável das empresárias Máilton Alves da Silva, 24 anos, e Wilson Ramos de Albuquerque, 29. Os dois alegaram o regime da comunhão parcial dos bens e pediram a usar os nomes de casados: Máilton Alves Albuquerque e Wilson Alves Albuquerque. Os cônjuges iniciaram a união estável em 1997. A primeira sentença do Estado que oficializou um casamento entre pessoas do mesmo sexo foi proferida em 2 de agosto deste ano, também pelo juiz Cláudio Bezerra. O ato só se tornou possível após a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), em 5 de maio de 2010, que entendeu ser aplicável à união homossexual os efeitos da união estável, o que possibilitou aos requerentes a conversão da união em casamento.

## Aborto de anencéfalo no Recife

O procedimento já começou no Cham e a camareira pernambucana de 30 anos que estava esperando a autorização da Justiça para interromper a gravidez pode ter alta ainda hoje. Ontem, o juiz da 3ª Vara do Tribunal do Juri da Capital, Pedro Odilon de Almeida, concedeu um alvará para que ela pudesse abortar o bebê sem cérebro. [VER ÚLTIMA PÁGINA](#)

## para adoção ENTREGAR O BEBÊ A JUSTIÇA NÃO É CRIME

Programas como o Mãe Legal e o Acólito atendem mães que querem entregar o filho para adoção. A intenção é acabar gestões em situação de vulnerabilidade para prevenir o aborto, o infanticídio e a adoção ilegal. [VER ÚLTIMA PÁGINA](#)



ILUSTRACÃO: GUSTAVO MACHADO/REDAÇÃO PÉREZ

## Novas varas para combate ao tráfico

A Assembleia Legislativa aprovou, ontem, projeto de iniciativa do TJPE que cria a 3ª e 4ª Varas Criminais de Entropocentes especializadas e com dedicação integral e exclusiva, visando a agilizar o combate dos aparelhos de Estado ao narcotráfico e crimes conexos. As novas varas - originárias da 9ª e 14ª Varas, que não são exclusivas - têm rito específico e se destinam a desalgar os processos acumulados das anteriores.

O projeto do TJPE (nº 888/2012) altera o Código de Organização Judiciária de Pernambuco (Lei nº 100/2007). Ao criar as 3ª e 4ª Varas de Entropocentes, revela que os objetivos são "acelerar julgamentos, adiantar audiências e dar rapidez aos pro-

cedimentos de investigação, como infiltração de agentes policiais, interceptação telefônica, quebra de sigilo telefônico, fiscal e bancário e decretação de flagrantes".

"A grande demanda exige pronto pronunciamento judicial. Há 3,5% telefones monitorados em andamento (9ª e 14ª Varas) e 1.039 em todas as demais criminais. O Estado ocupa o 4º lugar na taxa nacional de homicídios", diz o presidente do TJPE, Jovaldo Nunes. Em complemento à reorganização Judiciária, chegou à Alça o projeto nº 889/2012, com o TJPE criando 1.039 cargos efetivos no âmbito estadual, entre analista judicial, técnico judiciário e oficial de Justiça. (A.M.)

## Endividados terão núcleo de conciliação

Os que têm algum tipo de dívida com o município do Recife podem regularizar a sua situação, fazendo um acordo no Núcleo de Conciliação de Executivos Fiscais da Capital, que vai funcionar a partir de hoje no primeiro andar do Fórum Desembargador Rodolfo Azeiteiro, na Ilha Juma Bezerra. "O cidadão poderá ter um desconto de 70% sobre os juros e multa, se o pagamento for à vista e um parcelamento de até 60 vezes desde que a parcela mínima seja em R\$ 20", diz a diretora da Procuradoria da Fazenda do Recife, Juliana Serra Cruz.

Os acordos a serem realizados envolvem os débitos em aberto com o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), Imposto sobre Serviços (ISS), Cartão de Inscrição Municipal (CIM), taxas insubstanciais e mercantis cobradas pelo município.

O Núcleo terá audiências em terça e quinta-feira, das 15h às 17h. "Resolvemos implantar este serviço, porque fazemos um monitoramento das execuções judiciais em andamento e os resultados foram muito positivos. De todas as audiências realizadas, em 94% delas foram fechados acordos", explica a diretora

# TJPE manda plano baixar mensalidade

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) determinou que o seguro Bradesco Saúde reduza a mensalidade cobrada para uma cliente de 74 anos. De acordo com a sentença, o custo do plano médico e hospitalar deverá ser diminuído de R\$ 1.888,13 para R\$ 621,64.

A consumidora, cujo nome será preservado, ingressou com uma ação na Justiça em novembro do ano passado por danos materiais, morais e psicológicos. Ela sofreu reajustes na mensalidade duas vezes por ano: na data do aniversário do contrato e por mudança de faixa etária. Com isso, o preço mensal saltou de R\$ 662,78 em novembro de 1996 para R\$ 1.888,13 no mesmo mês de 2011.

A sentença já havia sido proferida em março deste ano e, no último dia 23, o TJPE nega recurso do Bradesco Saúde. De acordo com o documento, o reajuste fere o Código de Defesa do Consumidor, por estipular um percentual abusivo, e o Estatuto do Idoso, que proíbe a cobrança de valores diferenciados por causa da idade.

Assim como a idosa, usuários que se sentirem lesados por reajustes da mensalidade de seus planos podem questionar. O advogado Rômulo Saraiva orienta os consumidores a, primeiro, registrar

## Idosa conseguiu baixar custo do seguro de R\$ 1,8 mil para R\$ 621

trabalho de atendimento).

"Mesmo sabendo que não haverá um retorno, é bom fazer um procedimento destes, porque o consumidor pode pedir na Justiça o ressarcimento em dobro a partir do período em que fez a reclamação", explica Saraiva. Caso o usuário vá diretamente ao poder judiciário, poderá recuperar o dinheiro pago nos últimos cinco anos.

Ele também alerta que os planos costumam fazer reajustes exorbitantes pouco antes de o cliente completar 60 anos para não configurar violação ao Estatuto do Idoso. "O reajuste deve ser dado com base no que é estipulado pela Agência Nacional de Saúde (ANS) uma vez por ano", finaliza. O valor da correção delimitado pela Agência pode ser conferido no site [www.ans.gov.br](http://www.ans.gov.br) ou pela central de atendimento (0800 704 9666).

## Toma posse nova mesa diretora do TJPE

■ Pág. 2



**JORNALDO** Nunes (centro) assume a presidência do Tribunal e anunciou concursos para suprir a falta de juízes e servidores.

## VOZ DO LEITOR

### Acordo louvável

A respeito do louvável acordo firmado entre governo do Estado, MPPE e TJPE visando a preservação do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida das populações das margens do Rio Una, proponho que as providências sejam estendidas aos rios vizinhos. As margens do Manguinho e do Pernambuco, em São José da Coroa Grande, vêm sendo fortemente agredidas pela ocupação desordenada e pela devastação.

○ Paulo A. V. de Carvalho  
[postoucarvalho@bol.com.br](mailto:postoucarvalho@bol.com.br)

## Decisão ganhou força no país

No estado, um dos primeiros abortos foi autorizado em 2005. Agora, com decisão do STF, a causa ganhou jurisprudência

# Justiça suspende cobrança de IPTU

**IMPOSTO** Com reajustes acima da inflação e da valorização da mercado, oito contribuintes conseguiram liminar para suspender o pagamento do IPTU, que foi considerado abusivo

# Mutirão para acidentados

O a paralisos e as cicatrizes no ombro direito do segurança Edson Barbosa da Silva, 45 anos, trazem à tona a triste lembrança do dia 10 de março de 2010, quando foi atropelado em Paulista, Grande Roca. Um motorista cruzou sua via em alta velocidade e atingiu em cheio Edson e sua moto. O acidente trouxe como sequelas um diagnóstico no tendão de ombro e fratura no tornozelo. Após o trauma, ele esperou mais de um ano para receber a indenização a que as vítimas de acidentes têm direito no País. Então, recebeu o Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT) graças ao P Mutirão do Seguro Obrigatório DPVAT, no Fórum Rêchilde Azeiteiro, Joana Bezerra, Centro de Roca.

A iniciativa faz parte da Semana Nacional de Conscientização con-



**SEGURO** Edson (C) vai receber restante do DPVAT em 2012

Estado. "O projeto é importante por estimular a cultura da conciliação e da resolução pacífica

Segundo a conciliadora da unidade de segurança, Miriam Patrícia de Melo, de 2011, serão re-

○ Serviço

### Conciliação

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) vai implantar centros de conciliação, mediação e arbitragem nas comarcas de Garanhuns, Pesqueira e Santa Cruz do Capibaribe. Agende. O projeto que prevê a criação das unidades foi aprovado.

### Conselhos

O Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santarém, no Seridó, convoca para eleições de conselheiros tutelares. As inscrições começam na próxima quarta, na sede do Comarca, na Rua Dr. Abílio Monteiro no bairro Almirante Fernandes.

## Casa de Justiça e Cidadania inaugurada

RODRIGO PASSOS

■ O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) inaugurou na manhã de ontem, a Casa de Justiça e Cidadania que fica instalada na rua Cabo Estreito, no Coque. A unidade multifuncional tem por objetivo promover o desenvolvimento de ações voltadas à participação do cidadão e da comunidade na solução de problemas e aproximação com o Poder Judiciário.

# JUSTIÇA CONGELA TAXAS DE CARTÓRIOS

A decisão de proibir o reajuste da tabela, que era feito a cada dia 1º de janeiro com base no IPCA dos 12 meses anteriores, foi tomada pelo presidente do TJPE, José Fernandes Lemos. Ele analisou o faturamento dos cartórios e comparou com a inflação. Entre janeiro de 2008 e novembro de 2011 o valor arrecadado pelos estabelecimentos cresceu 116,7%. O percentual é 74,78% maior que a inflação medida pelo IPCA no mesmo período, que variou 23,98%. Os cartórios estão recomendando ao CNU para que seja cumprida a correção dos preços. [www.tribunaonline.com.br](http://www.tribunaonline.com.br)

## rápida

### TJPE vai criar 1.019 cargos

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) anunciou ontem a criação de mais 1.019 cargos. O projeto ainda espera aprovação da Assembleia Legislativa do Estado. A novidade, no entanto, não é sinônimo de um novo concurso público. "Temos um concurso em vigência, com prazo de dois anos e prorrogável por mais dois. Só podemos fazer outra seleção quando esta estiver esgotada", esclareceu o vice-presidente do TJPE, desembargador Fernando Ferreira. Na prática, esses novos cargos serão preenchidos pelos selecionados no atual concurso. "A criação desses novos cargos é providamente efetivo visa suprir as lacunas existentes principalmente nas comarcas interiores para que possa haver mais celeridade no andamento dos processos", observa Ferreira. Foram criados 564 cargos de análise judiciário, 387 cargos de técnico judiciário e 68 cargos de oficial de justiça.

### TJPE inaugura novo arquivo

EDUARDO PENA

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) inaugurou ontem o Arquivo da Infância e Juventude do Poder Judiciário. A unidade funcionará no edifício Arruando de Barros Figueiredo, que fica no bairro da Boa Vista, no Recife, no mesmo endereço do Centro Integrado da Criança e do Adolescente (CICA). Anteriormente, os processos das Varas da Infância e Juventude da Capital ocupavam sete salas do CICA, o que, segundo o TJPE, dificultava tanto o acesso quanto a conservação das in-



ESPAÇO concentrará processos da Vara da Infância

tegrado, o arquivo foi criado para abrigar todos os processos dos documentos. Luiz Carlos destacou a iniciativa e

## Conciliações em Petrolina

A população de Petrolina, no Sertão pernambucano, comemora o sucesso na resolução de demandas repletoras e assuntos como pensões alimentícias, divórcios e ordens de despejo. Os resultados começaram a ser notados no município há um ano, após a implantação da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem, órgão que está funcionando nas dependências da Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas de Petrolina (Facsape).

A implantação é resultado de uma parceria entre a instituição de ensino superior e o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). Durante este primeiro ano de atuação, a câmara faz balanço positivo, com os mais de 300 casos que já foram solucionados.

Implantação é resultado de uma parceria entre a instituição de ensino superior e o TJPE

"A Câmara de Conciliação busca, através do diálogo e acordo entre as partes envolvidas, solucionar os casos de maneira mais amigável e simplificada possível, evitando o desgaste que muitas vezes ocorre quando se dá entrada em um processo na Justiça", explica a

defensora pública e coordenadora do órgão, Carolina Toledo.

Para ter acesso aos serviços disponibilizados e também para obter informações, os interessados podem se dirigir ao prédio da Facsape, na Cidade Universitária, no horário das 14h às 18h. A equipe é formada por dois conciliadores, dois mediadores e cinco alunos estagiários.

Quando o acordo entre as partes é realizado, quatro vias são geradas e distribuídas pelas partes envolvidas, para a homologação que será feita pelo juiz e uma permanece na Câmara de Conciliação.

Mais informações podem ser obtidas pelo endereço eletrônico [www.facsape.br](http://www.facsape.br) ou através do telefone (87) 3866-3348.

### Governo terá que arcar com custos de tratamento

O Governo de PE terá suas contas bloqueadas em R\$41.163,84 para custeio do tratamento de uma paciente com câncer. A resolução foi tomada, antecorrem, pelo desembargador Jorge Américo Pereira de Lira, do Tribunal de Justiça de Pernambuco. De acordo o TJPE, a decisão foi dada por falta de cumprimento de uma liminar que deferia o fornecimento do remédio, há mais de dois meses. De acordo com a liminar, o medicamento deveria ter sido fornecido num prazo de 48 horas, o que não aconteceu. Em seguida, foi expedido outro ofício, estabelecendo prazo de 24h. Como nada foi feito, as contas foram bloqueadas. O Estado pode recorrer.

# Espaço para negociar débitos

RODRIGO LIND

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) está cedendo uma sala no Fórum Rodolfo Asseliano, na Ilha do Leite, para que seja instalado um Núcleo de Conciliação de Executivos Fiscais Municipais da Capital. Na próxima terça-feira, acontecerá uma reunião entre representantes do Judiciário pernambucano e da Procuradoria da Fazenda do Recife, com o objetivo de definir os horários, a quantidade de sessões por dia e, também, a

divisão do trabalho, já que existem duas Varas de Executivos Fiscais. Os contribuintes poderão negociar débitos de todos os tributos municipais, como Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISS), Serviços Integrados dos Municípios (SIM) e Taxas Imobiliárias e Mercantis.

A ideia é que as conciliações já comecem em março. "A sala já foi entregue. Vamos realizar reuniões com o Poder Judiciário para estabelecer um cronograma de audiências. Este será um espaço permanente, que possibilita ações privadas para que se façam conciliações", explicou o diretor geral da Procuradoria, Luis Cláudio de Farias Junior. Caso os convocados queiram pagar o débito à vista, poderão obter descontos de 70% nos juros e multas, além do abatimento de 15% no pagamento dos honorários advocatícios. Para quem quiser parcelar, a dívida pode ser dividida em até 96 vezes, mas sem desconto algum.

Em janeiro do ano passado, houve uma ação semelhante à essa, mas em caráter de teste. Na época, foram realizadas 95.000 das 343 audiências realizadas, isso significou um resgate de R\$ 6.127.889,85 para os cofres da Prefeitura da Cidade do Recife (PCR). Para esse novo núcleo, os números ainda não foram estimados. "Estamos aguardando a conclusão dos acordos. Mas ainda não sabemos quantas pessoas deverão usar esse benefício", concluiu. Os 18 procuradores da Fazenda trabalharão no núcleo, realizando um revezamento.

## Projeto tenta reduzir as agressões

O Projeto Escola Legal, que tem o objetivo de reduzir a violência em ambiente escolar, vai ser desenvolvido em Olinda e Alagoa e Lins, onde foram registradas as últimas agressões. A iniciativa tem como foco o combate a ocorrências de menor potencial ofensivo, mediando conflitos nas escolas públicas estaduais. O trabalho é feito em oficinas, palestras e orientações. Se-

gundo a Secretaria Estadual de Educação, as unidades poderão a receber os comitês de Mediação de Conflitos.

Esses grupos são formados por diretores, professores, pais, representantes dos conselhos tutelares da Criança e do Adolescente e estudantes dos cursos de direito. Eles são responsáveis por tomar conhecimento dos conflitos nas escolas e dar os encaminhamentos, geralmente, para as câmaras extrajudiciais.

O projeto social trabalha, principalmente, para diminuir os casos de agressão, bullying, abuso sexual e uso de drogas nas escolas. No município, a ação será desenvolvida com apoio da Faculdade de Olinda (Fisoc).

A iniciativa conta com a parceria da Secretaria de Defesa Social (SDS), Ministério

Público de Pernambuco, Tribunal de Justiça de Pernambuco e instituições de ensino superior e já atua em escolas da rede pública de ensino com as maiores ocorrências de violência. O projeto social está presente nos municípios de Recife, Alvarães dos Garimpeiros e Cabo de Santo Agostinho, no Grande Recife, e em Petrolina, Sertão pernambucano.

TJPE vai criar 3 cartórios este ano

## Cidadania no Coque

Moradores do Coque, na Ilha Joana Benedita, área central do Recife, dispõem, desde ontem, de um espaço de intermediação de conflitos. A Casa de Justiça e Cidadania, inaugurada pelo presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), José Fernandes de Lemos, conta com advogados, assistentes sociais e psicólogos que ajudam na resolução de problemas, evitando que cheguem aos tribunais.

"A casa é para os moradores do Coque. É a primeira vez que instalamos um espaço como esse numa comunidade. Uma brigada entre vizinhos ou parentes, por exemplo, que acabaria na Justiça, pode ser resolvida com a nossa intermediação", destacou José Fernandes. Ele aproveitou para elogiar a iniciativa do ex-presidente do TJPE Nildo Nery, responsável pela criação da Orquestra Criança Cidadã, formada por crianças e adolescentes do Coque.

Segundo o presidente do tribunal, existe a possibilidade de, futuramente, outras bairros do Recife receberem uma casa como a



AVANÇO Espaço vai acelerar solução para problemas no bairro

inaugurada ontem. No local, a população terá acesso a informações sobre seus direitos. Servidores e voluntários do Judiciário estadual prestarão orientação e encaminhamento cidadão, quando necessário, a órgãos e entidades que prestam serviços públicos ou privados. Um juiz ficará responsável por homologar os acordos de conciliação.

Na unidade estão previstas

ainda palestras, cursos e oficinas de saúde, educação e artes "Será ótimo para nós, moradores do Coque, porque muitos não conhecem seus direitos", comentou o funcionário público Romão Passos, um dos 18 selecionados para atuar como agente comunitário. "Já temos a ganhar com a inauguração dessa casa", afirmou a professora Mariléia Melo, também agente comunitária.

## Saía do vermelho com ajuda do TJPE

Enquanto a redação de juros aumenta a atração para o crédito, instituições como o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) fortalecem programas para ajudar quem perde o controle e entrou no grupo dos superendividados. Em um ano de atuação, o programa Proendividados do TJPE, assistiu cerca de 7 mil pessoas, que, juntas, pagaram R\$ 12,3 milhões em dívidas depois de acordo com os credores.

No Proendividados, são atendidas gratuitamente pessoas que não conseguem honrar suas contas por motivos como problemas de saúde, morte de um membro da família ou desemprego. Entre as empresas que cobram os pagamentos, geralmente estão bancos e outras instituições financeiras, lojas de vestuário e calçados e operadores de cartão de crédito.

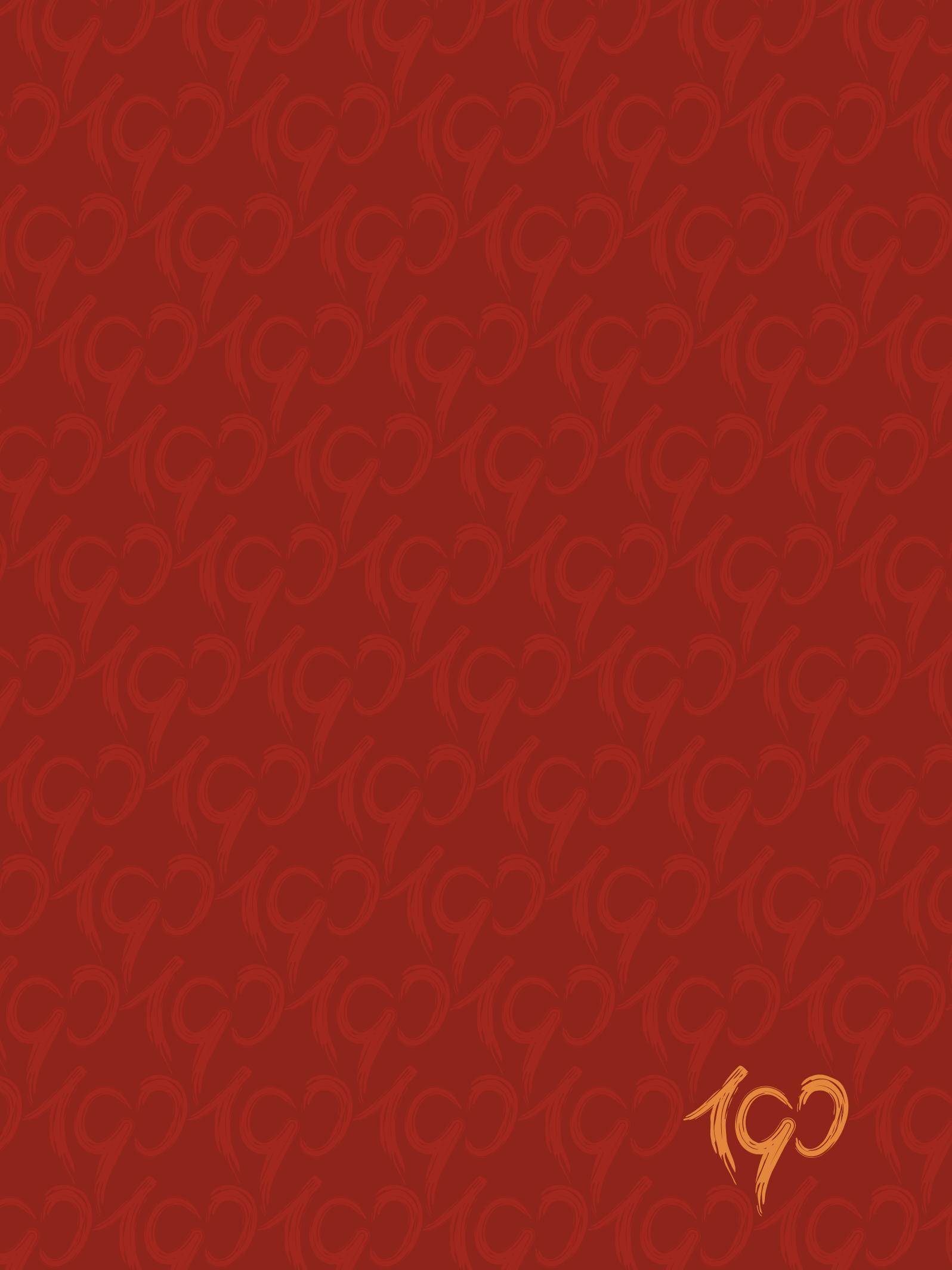
Até agora, foram mais de 3 mil audiências de conciliação, com índice de sucesso de 80%. Em geral, o desconto obtido a partir da negociação fica em 40%, mas houve casos que chegou a 90%. Para evitar uma nova situação de superendividamento, o programa também oferece aos consumidores atendidos a assistência social e psicológica, além de cursos específicos de educação financeira.

O atendimento no Proendividados não inclui dívidas habitacionais, fiscais, vinculadas a conselhos profissionais ou que envolvem débitos com empresas públicas federais. Também não são recebidos casos que envolvam questionamento judicial de juros ou cobranças indevidas, que são encaminhados a outras instituições, como os Preçosos Estadual e Municipal, ou à Justiça Comum.

O desembargador Leopoldo Raposo diz que o Proendividados vem preencher uma lacuna deixada pela lei: "Não se encontra nem no Código Civil nem no Código do Consumidor nada que proteja as pessoas do superendividamento por motivos alheios à vontade delas". Muitos dos que recorrem à assistência já estão com mais de 90% do que ganham comprometidos com dívidas.

Para saber como participar do programa, veja as dicas na arte ao lado.





90

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO: 190 anos em ação

No ensejo das comemorações de seus 190 anos de incessante atividade para consecução da missão institucional, que é a de proporcionar o acesso de todos a uma prestação jurisdicional segura e célere, buscando assegurar a cada qual, com oportunidade, o direito de que seja titular, cabe destacar que o Tribunal de Justiça de Pernambuco, além de vir realizando concursos públicos para preenchimento de lacunas existentes nos seus quadros funcionais, de magistrados e de servidores, tem investido na qualificação profissional de seus recursos humanos, na sintonia com os avanços tecnológicos e na consolidação da cultura de responsabilidade social e ambiental.

Trata-se, portanto, da priorização de programas voltados à garantia da cidadania e da dignidade humana, princípios constitucionais nutrientes da confiabilidade daqueles a quem a Instituição serve.

Por isso que, comprovadamente, o povo pernambucano orgulha-se em contar com um Judiciário que produz justiça com transparência, acessibilidade e cumprimento de metas adrede estabelecidas.

Muito há a ser feito, não há negar. Mas essa constatação, antes de esmorecer o ânimo dos que fazem o TJPE, subsidia-lhes o espírito para o enfrentamento dos enormes desafios naturalmente postos à manutenção do padrão de excelência que a Instituição de há muito logrou atingir.



**TJPE**  
Tribunal de Justiça  
de Pernambuco